

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

DEAN GOMES DE OLIVEIRA

**COAMO E COAGEL: EXPANSÃO E FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO
AGROINDUSTRIAL NA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE**

FRANCISCO BELTRÃO

2016

DEAN GOMES DE OLIVEIRA

**COAMO E COAGEL: EXPANSÃO E FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO
AGROINDUSTRIAL NA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia
– nível Mestrado, área de Concentração “Produção do Espaço e Meio Ambiente” –
da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.
Orientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros.

FRANCISCO BELTRÃO

2016

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Unioeste – SBU

Oliveira, Dean Gomes de
O48c COAMO E COAGEL: expansão e formação do
cooperativismo agroindustrial na mesorregião centro ocidental
paranaense. / Dean Gomes de Oliveira. – Francisco Beltrão,
2016.

145 f.

Orientadora: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão,
2016.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativas agrícolas. I.
Medeiros, Marlon Clovis. II. Título.

CDD 20. ed. – 334.683098162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

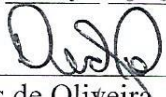
**COAMO E COAGEL: EXPANSÃO E FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO
AGROINDUSTRIAL NA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE**

Autor: Dean Gomes de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

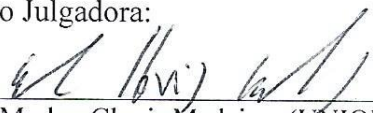
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Dean Gomes de Oliveira e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 26 / 04 / 2016

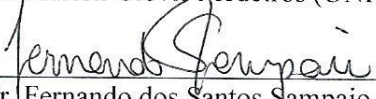


Dean Gomes de Oliveira

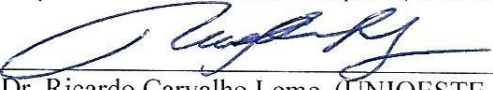
Comissão Julgadora:



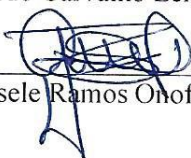
Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Ricardo Carvalho Leme (UNIOESTE – F.B)



Profa. Dra. Gisele Ramos Onofre (UNESPAR/ Campo Mourão)

Francisco Beltrão - PR
2016

Se cheguei até aqui foi porque me apoiei no ombro dos meus gigantes, minha família.

AGRADECIMENTOS

Não é fácil chegar até aqui e se você está lendo este trabalho é porque eu consegui. Da viagem ao um lugar desconhecido, do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado, foi uma trilha longa e árdua. Nada foi fácil, nem tampouco tranquilo.

E nesse percurso várias pessoas passaram pela minha vida, uns mais presentes, outros mais ausentes, mas todos com suas contribuições que jamais esquecerei.

Primeiramente, eu agradeço ao meu orientador Marlon Clovis Medeiros, que mesmo sem me conhecer, acreditou no meu potencial e contribuiu no meu crescimento intelectual e profissional. Obrigado por todos ensinamentos, experiências e puxões de orelha, que tanto me ajudaram.

Aos meus pais, Rose e Tião, e ao meu irmão Gustavo, razão da minha existência e meus exemplos de vida. Obrigado pelos conselhos, amor, carinho e compreensão, principalmente pelas palavras de apoio.

As mulheres da minha vida, tia Rosana, tia Zã, tia Neide, tia Dirce, tia Maria, Bárbara, Priscila e Isabelle, por serem minhas companheiras, amigas e irmãs. Não posso esquecer também dos meus primos, Caio, Rogério e Eduardo, pelos incentivos e amizade.

A minha eterna amiga e orientadora, Dra. Gisele Ramos Onofre, que desde 2010 me colocou no meio científico, sendo minha grande mestre e inspiração.

Aos meus amigos, pelas alegrias, ausências aos finais de semana, pela distância e pelo afeto que tanto precisei nos momentos de angústia. Especialmente ao Bruno, pela amizade, pelo apoio, pelas dicas e pela moradia em Campo Mourão.

A minha turma de Mestrado, especialmente a Eliete e Camila, que além de serem companheiras de estrada, foram de trabalhos, seminários, artigos, aflições e alegrias. As futuras mestres: Carol, Lidiane, Maiara, Marcela, Polly e Solange, pelas contribuições e pela acolhida no Sudoeste.

A banca de qualificação, os professores Fernando Sampaio, Fernando Farias e Ricardo Carvalho Leme, por nortear a pesquisa e pelas contribuições que tanta ajudaram nessa dissertação.

Aos professores do PPGG-Unioeste e da Unespar/Fecilcam, pelos ensinamentos.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Dinâmica Econômica e Formação Socioespacial, entrevistados, coordenação e secretaria do mestrado.

RESUMO

As cooperativas agropecuárias no espaço agrário brasileiro são consideráveis, já que movimentam um número expressivo de funcionários, cooperados e produtos, portanto seu estudo se torna essencial em qualquer âmbito, seja ele econômico, político ou social. A evolução do cooperativismo brasileiro ocorreu em diferentes escalas, sendo marcadas pelo processo de modernização da agricultura e principalmente por políticas públicas, como a criação do Plano Real, que fez com que as cooperativas tomassem novos rumos, dado a falta de apoio do governo federal na década de 1990. Assim, o trabalho busca discutir a expansão e formação do cooperativismo agroindustrial na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, dando ênfase nas duas maiores cooperativas agroindustriais da região, a Coamo Cooperativa Agroindustrial e a extinta Cooperativa Agroindustrial de Goioerê – Coagel. Nesse sentido, na pesquisa buscou-se analisar os fatores que levaram a Coamo a se tornar a maior cooperativa singular da América Latina, e a Coagel ser incorporada pela mesma, procurando entender todo esse processo partindo do local, com suas especificidades. A hipótese da pesquisa é que dentre os fatores que condicionaram tal desempenho da Coamo, foi seu processo de verticalização, aliado a sua expansão territorial, que já atinge três estados brasileiros (PR/SC/MS). Já a Coagel entrou em crise após o declínio do algodão em 1996, que era o carro-chefe da cooperativa, acarretando inicialmente seu arrendamento, em seguida sua incorporação pela Coamo. Em suma, considera-se que esse estudo evidencia os distintos caminhos e perfis estratégicos utilizados para a hegemonização da Coamo, tanto no campo, como na cidade, como as dificuldades encontradas pela Coagel no decorrer de sua história.

Palavras-Chave: Coamo, Coagel e Cooperativismo Agropecuário na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.

COAMO AND COAGEL: AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVE EXPANSION AND FORMATION IN THE CENTRAL-WEST REGION OF PARANÁ

ABSTRACT

The agroindustrial cooperatives in the Brazilian agricultural scenario are substantial, since they are responsible for a significant number of employees, members and products, thus research them is essential in any field, whether economic, political or social. The evolution of Brazilian cooperativism occurred at different scales, being pertinent at the agricultural modernization process and mainly by public policies, such as the creation of the Real Plan, which led cooperatives to new guidelines, given the lack of support from the federal government in the 1990s. Therefore, this discusses the agro-industrial cooperative expansion and formation in the central-west region of Paraná State, with emphasis on the two major agro-industrial cooperatives on site, Coamo Agro-industrial Cooperativa and the suppressed Cooperativa Agroindustrial de Goioerê - Coagel. In this sense, the search aimed to analyze the factors that led Coamo to become the largest single cooperative in Latin America, and Coagel to be merged into this, also trying to understand this whole process from the local, with its specificities. The hypothesis of the research is that among the factors that conditioned Coamo performance, was its vertical integration process, along with its territorial expansion, which has already reached three Brazilian states (PR / SC / MS). Still, Coagel entered into crisis after the decline of cotton in 1996, which was the flagship of the cooperative, initially causing its lease, then its merger into Coamo. In short, it is considered that this study highlights the different paths and strategic profiles embraced for the hegemony of Coamo, both in the field as in the city, such as the difficulties encountered by Coagel in the course of its history.

Key words: Coamo, Coagel and Agro-industrial Cooperative in the central-west region of Paraná State

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ABCOOP – Aliança Brasileira de Cooperativas

ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café

AGE – Assembleia Geral Extraordinária

AGEF – Armazéns Gerais Federal

BNCC – Banco Nacional do Crédito Cooperativo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BTN – Bônus do Tesouro Nacional

CAI – Complexo Agroindustrial

CAPEG – Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda

CNCR – Organismo de Coordenação de Crédito Rural

COAGEL – Cooperativa Agropecuária de Goioerê

COAGRI – Cooperativa Agropecuária e Industrial de Dourados

COAMO – Coamo Agroindustrial Cooperativa

COOPERAL – Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda

COCPM – Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate

COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão

COOPAGRO – Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda

COPALMA – Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda

COPASA – Companhia Estatal de Silos e Armazenagem

COPIVA – Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda

COTRIGUAÇU – Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura

CREDICOAMO – Coamo Crédito Rural Cooperativa

CTA – Centro de Treinamento Agrícola

CETRIN – Comissão de Trigo Nacional

DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo

DENACOOOP – Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FECOOPAR – Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINAME – Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

FUNDECE – Fundo de Democratização do Capital das Empresas

GERCA – Grupo de Racionalização da Agricultura

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal),

IGP – Índice Geral de Preços de Mercado

IGP-DI – Índice Geral de Preços de Mercado - Disponibilidade Interna

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPARDES - Instituto Paraense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

MCR – Manual de Crédito Rural

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NORCOOP – Projeto Norte de Cooperativismo

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PDC – Plano de Desenvolvimento Cooperativo

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PET - Politereftalato de etileno

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo

PIDCOOPs – Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROCAPAGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias

PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativa para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

PSD – Partido Social Democrático

JK – Juscelino Kubitschek

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativismo

UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Modernização da Agricultura	26
Figura 02 – Esquematização do Complexo Agroindustrial	33
Figura 03 – Fluxo de Colonização do Estado do Paraná	43
Figura 04 – Os projetos Regionais de Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná	48
Figura 05 – Empresas do Setor Agrícola situados na Malha Urbana Compacta de Goioerê	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição de Crédito Rural por Modalidade entre 1972-1979	37
Gráfico 02 – Evolução do Crédito Rural Brasileiro na década de 1970	38
Gráfico 03 – Participação das Regiões Brasileiras (Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul – PR, SC e RS) nos Valores Totais do Crédito Rural – Acumulado por Períodos (%)	40
Gráfico 04 – Crescimento Anual de Associados em Função dos PIDCOOPs	49
Gráfico 05 – Grau de Urbanização dos Municípios da Microrregião de Campo Mourão	53
Gráfico 06 – Grau de Urbanização dos Municípios da Microrregião de Goioerê	53
Gráfico 07 – Evolução dos desembolsos do RECOOP	83
Gráfico 08 – Desembolsos do BNDES para o Setor Agropecuário de 1990 a 1999	85
Gráfico 09 – Desembolsos do BNDES para o Setor Agropecuário de 2000 a 2010	86
Gráfico 10 – Número de Cooperativas financiadas pelo BNDES através dos programas Procapagro, Prodecoop e Pronaf Agroindústria de 2002 a 2014	87
Gráfico 11 – Números de Contratos firmados das Cooperativas Agroindustriais com o BRDE	95
Gráfico 12 – Área plantada de algodão nos municípios com entrepostos da Coagel – 1990/2000	98
Gráfico 13 – Área plantada de algodão, soja, milho e trigo no município de Goioerê – 1990/1995	99
Gráfico 14 – Área Plantada de Algodão na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, Microrregião de Goioerê e no município de Goioerê – 1990/2014	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e Divisão Política de seus Municípios	21
Mapa 02 – Expansão Horizontal da Coamo no Estado do Paraná – 1970 a 2010	119
Mapa 03 – Expansão Horizontal da Coamo no Estado do Mato Grosso do Sul – 2000 e 2010	121
Mapa 04 – Expansão Horizontal da Coamo no Estado de Santa Catarina – 1980 a 2010	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Frota de Tratores no Brasil (1950-1980)	28
Tabela 02 – Participação dos Estados nos Valores Totais do Crédito Rural – Acumulado por Períodos (%)	39
Tabela 03 – Municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e suas respectivas populações e IDHM	51
Tabela 04 – Principais Culturas Agrícolas de Campo Mourão no ano de 1948	55
Tabela 05 – Números Referentes à Agricultura em Campo Mourão na Safra 1966/77	56
Tabela 06 – Principais Culturas e suas Áreas Plantadas ou Produção em Campo Mourão entre 1960 a 1980	57
Tabela 07 – Criação de Animais em Campo Mourão entre 1960 a 1980	58
Tabela 08 – População do município de Campo Mourão, dividido por população residente na zona urbana e zona rural: 1970 a 2010	59
Tabela 09 – População do município de Goioerê, dividido por população residente na zona urbana e zona rural: 1970 a 2010	61
Tabela 10 – Principais Culturas e suas Áreas Plantadas ou Produção em Goioerê entre 1960 a 1980	62
Tabela 11 – Criação de Animais em Goioerê entre 1960 a 1980	62
Tabela 12 – Dados Gerais sobre os Serviços em Goioerê em 1980	46
Tabela 13 – População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas em 2010	66
Tabela 14 – Resumo do Balanço do Exercício de 1971 da Coamo	69
Tabela 15 – PIB Agropecuário Brasileiro de 2000 a 2013 – Valores em Milhões de Reais – e Porcentagem em Relação ao PIB Total	75
Tabela 16 – Participação Relativa (Comparado com o PIB da Indústria e Serviços) e Taxa de Crescimento, em percentual, do PIB agropecuário no Brasil entre 1991 e 1999	76
Tabela 17 – Participação do BNDES em Investimentos Agropecuários no Brasil – 2000/10	86
Tabela 18 – Programas oferecidos pelo BNDES para Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – 2002/14 – Valores em Reais e Quantidades de Projetos	91
Tabela 19 – Contratações realizados pela Coamo junto ao BNDES – 2002/2014	92
Tabela 20 – Finalidade dos valores contratados pela Coamo através do BNDES – 1995/2015	92
Tabela 21 – Investimentos da Coamo com a participação do BNDES	93

Tabela 22 – Área plantada de Algodão no ano de 1990	96
Tabela 23 – Principais culturas e suas respectivas áreas plantadas em Goioerê em 1990	97
Tabela 24 – Coamo em Números divididos pelos estados do PR/SC e MS e sua porcentagem	107
Tabela 25 – Entrepósitos da Coamo na década de 1970	110
Tabela 26 – Entrepósitos da Coamo na década de 1980	113
Tabela 27 – Entrepósitos da Coamo na década de 1990	114
Tabela 28 – Entrepósitos da Coamo na década de 2000	115
Tabela 29 – Entrepósitos da Coamo criados na década de 2010	115
Tabela 30 – Entrepósitos da Coamo criados no Mato Grosso do Sul	121
Tabela 31 – Entrepósitos da Coamo criados em Santa Catarina	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 01

PANORAMA ECONÔMICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA À PARTIR DE 1960

.....	25
1.1 O Processo de Modernização da Agricultura no Brasil: causas e efeitos.....	27
1.2 Formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs)	32
1.3 As Transformações Políticas e Econômicas no Setor Agrícola: uma análise sobre o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	34
1.4 O Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário Paranaense.....	41
1.5 A formação sócio espacial da mesorregião Centro Ocidental Paranaense.....	50
1.5.1 Dinâmica Populacional e Produção do Espaço de Campo Mourão.....	54
1.5.2 Dinâmica Populacional e Produção do Espaço de Goioerê.....	60
1.6 O Processo de Fundação da Coamo Agroindustrial Cooperativa.....	67
1.7 A História da Coagel: Cooperativa Agroindustrial de Goioerê.....	69
1.8 Considerações do Capítulo	72

CAPÍTULO 02

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ECONÔMICO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PLANO REAL.....

.....	73
2.1 Cenário agrícola brasileiro nas décadas de 1990 e 2000	74
2.2 Os programas governamentais para as cooperativas agroindustriais a partir das mudanças políticas e econômicas do Plano Real.....	78
2.3 O papel do BNDES para o Cooperativismo Agropecuário Paranaense	84
2.4 O BRDE e o Cooperativismo Agropecuário Paranaense	94
2.5 COAGEL: do auge na década de 1990 a crise na virada do século	96
2.6 Considerações do Capítulo	104

CAPÍTULO 03

A EXPANSÃO E O CRESCIMENTO DA COAMO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 105

3.1 O Processo de Expansão Espacial da Coamo Agroindustrial Cooperativa no Estado do Paraná 106

3.1.1 Expansão por meio da Aquisição de Cooperativas no Estado do Paraná 116

3.2 O Crescimento Horizontal nos Estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina..... 120

3.3 Processo de Verticalização da Coamo: O Caso do Alimentos Coamo..... 124

3.3.1 Alimentos Coamo na Atualidade 128

2.6 Considerações do Capítulo 130

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 131

REFERÊNCIAS 134

INTRODUÇÃO

Na década de 1950 verificou-se um aumento da atividade industrial e da modernização da economia brasileira como um todo, o que também influenciou as atividades agrícolas. Ao final dos anos de 1960 destacou-se a constituição do novo complexo agroindustrial nacional, marcado pela integração da agricultura com a indústria. Nesse contexto, coube a agricultura o papel de fornecer alimentos para os grandes centros urbanos em formação, produzir matérias-primas industriais e mercadorias destinadas à exportação. Já ao setor industrial coube a produção dos maquinários e implementos agrícolas.

Esse processo acarretou em uma subordinação do setor agrário aos interesses urbanos, além do endividamento do agricultor, já que o aumento crescente da produção resultou em preços cada vez menores para os produtos agrícolas, enquanto os insumos industrializados tornaram-se mais caros. Contudo, esse endividamento pode ser encarado também como um fator positivo, já que nos últimos anos/décadas, o mesmo gerou uma capacidade produtiva, importante para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Assim, na década de 1960, o Cooperativismo Agropecuário ganha força, pois tinha a função de oferecer uma maior assistência técnica aos produtores, como armazenar, industrializar e comercializar os produtos oriundos do campo. O cooperativismo serviu como uma estratégia do Estado para aumentar o crescimento econômico brasileiro, e consequentemente diminuiu os atravessadores da produção agrícola, que abocanhavam grande parte dos lucros dos produtores.

Os incentivos externos, aliados com as atividades supracitadas, impulsionaram também a expansão de cooperativas por todo o Brasil, sobretudo nos estados da região Sul, tendo o estado do Paraná como um dos principais protagonistas.

A atuação das cooperativas agropecuárias no espaço agrário paranaense é muito considerável desde a metade do século passado, tornando-se evidente quando observada suas participações no recebimento da produção agropecuária, como no processamento agroindustrial. Em 2015, de acordo com a Ocepar, 56% de todo o PIB Agropecuário Paranaense passou pelas cooperativas agropecuárias do estado.

Com o passar do tempo, as cooperativas agroindustriais se espalharam por todo o Paraná, e no ano de 2014, conforme dados da Ocepar (2014), as 75 cooperativas possuíam 137.293 cooperados, empregando 61.148 funcionários, com uma receita bruta de R\$ 38,67 bilhões, receita líquida de R\$ 37,75 bilhões, sobras do exercício totalizando R\$ 1,34 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 10,74 bilhões e exportações de US\$ 2,36 bilhões. Os números ainda

revelam que na safra 2012/2013, 64% do milho, 72% da soja e 67% do trigo produzidos no Paraná passaram pelas cooperativas (OCEPAR, 2014). Esses números revelam a importância do setor para a economia, tanto paranaense, como brasileira.

Sabe-se também que as cooperativas funcionam como agentes propulsores dos processos de modernização e diversificação da agricultura, ou seja, da própria expansão capitalista no campo, bem como dos projetos do Estado, portanto, já devem ser alvo de investigações.

Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a formação e expansão da Coamo e da Coagel, além da extinção da cooperativa Coagel, ou seja, verificar os motivos que acarretaram a integração da infraestrutura da Coagel pela cooperativa Coamo, bem como verificar as consequências socioeconômicas geradas no decorrer dessa abertura de território, tanto horizontal, como vertical.

No contexto das pesquisas geográficas, sobretudo, da Geografia Econômica, estes objetos de estudo são de suma importância para entender o desenvolvimento do agronegócio sob a égide do capital financeiro, que nos últimos setenta anos determinaram profundas mudanças na estrutura produtiva de todo mercado agrícola, além da inserção da agropecuária no contexto mais amplo do complexo produtivo da agricultura (GONÇALVES, 2005).

Por isso existe uma necessidade do estudo do cooperativismo agropecuário na Geografia, para investigar a partir da faceta capitalista as transformações das relações organizativas, que conduziu a uma alteração do cooperativismo, passando de um movimento voltado a resolução de problemas sociais para se tornar um agente dinamizador da intensificação, acumulação e reprodução do capital no campo.

A pesquisa se justifica pela importância da produção de conhecimento científico sobre temáticas particulares com abordagens inéditas para a produção espacial da sociedade, conhecendo, analisando e caracterizando a dinâmica envolvida das cooperativas Coagel e Coamo.

Os estudos sobre o cooperativismo agropecuário já vêm de longa data, com obras de Seabra (1977), Benetti (1992), Ávila (2002), Setti (2006), Alves (2003), Fajardo (2008), Padilha (2014), Casagrande (2014), Farias (2015), dentre outros, que buscaram compreender as causas e efeitos provenientes desse modelo.

Utilizou-se no decorrer do trabalho utilizar a categoria de formação econômica e social através dos entendimentos de Milton Santos e Armen Mamigonian (1999, 2004), que consideram o conceito de formação sócio econômica por meio da noção de totalidade e nas

suas frações, no qual os modos de produção escrevem sua história no tempo, e as formações sociais se escrevem no espaço (SANTOS, 2008).

Para tanto, procurou-se uma vasta revisão bibliográfica de textos pertinentes ao tema, utilizando-se diversos estudos, como de Delgado (1985), Graziano da Silva (1993, 1996, 1999), Rangel (2000), Gonçalves (2005, 2008), Fajardo (2008), dentre outros. As coletas e as análises de dados, sejam estes relacionados à economia como um todo, ou especificamente às cooperativas em estudo, foram oriundas de órgãos públicos, como o IBGE, Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, BNDES, BRDE, além da Ocepar. Foram realizadas entrevistas com associados e ex-associados, dirigentes, funcionários e ex-funcionários das cooperativas, além de levantamentos e análises dos relatórios de atividades da Coamo e da Coagel.

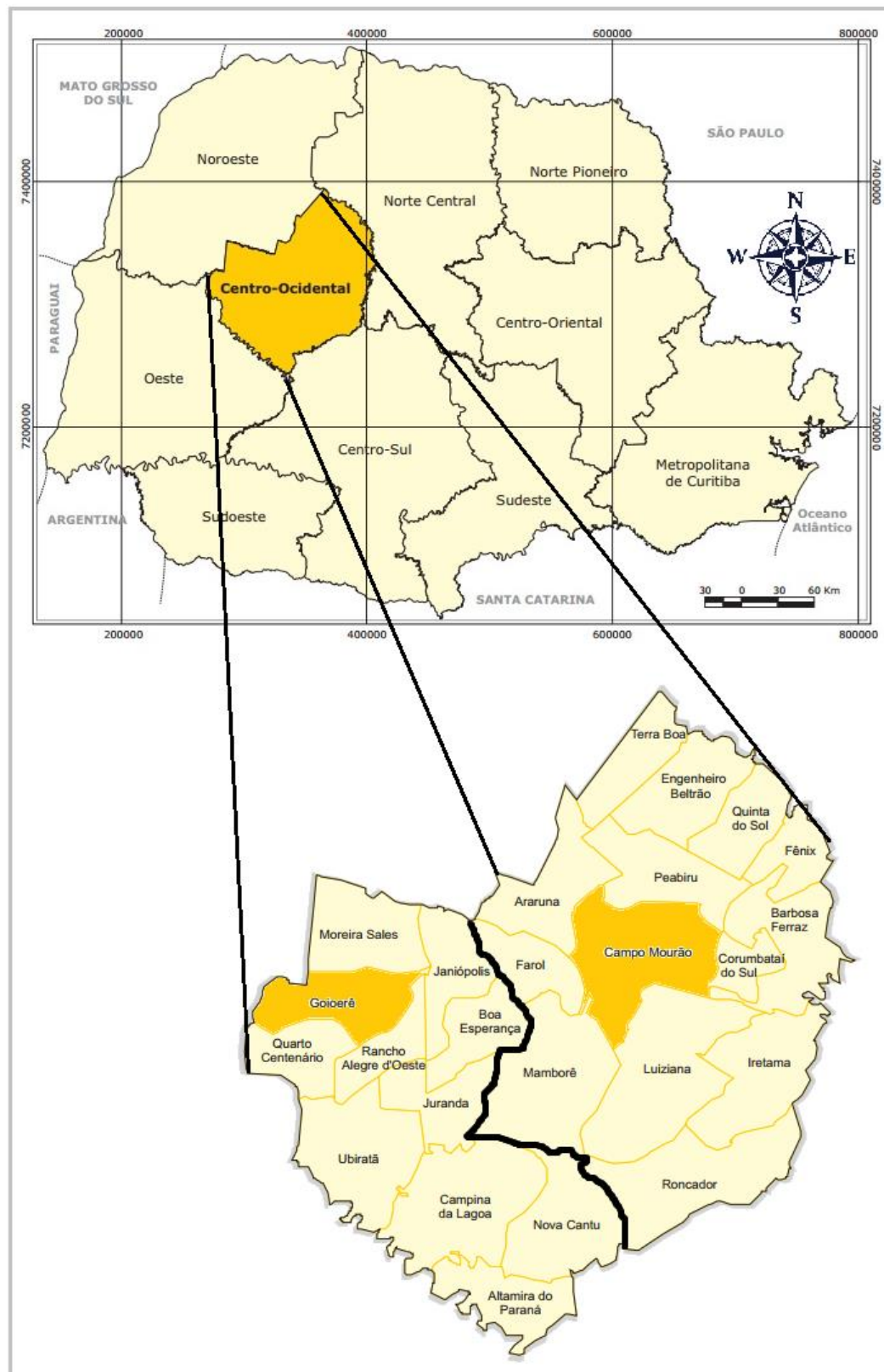
Ainda de acordo com Santos (2008, p. 22), “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”. Deste modo, compreendeu-se como ocorre a construção do espaço geográfico, no caso da mesorregião Centro Ocidental Paranaense, local em que se estabeleceram a Coamo e a Coagel.

As ascensões das cooperativas tiveram consideráveis desdobramentos nas transformações espaciais ocorridas em várias regiões brasileiras, inclusive na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, local do estudo, já que o crescimento no número de armazéns e agroindústrias, do comércio e do processamento de grãos, como a distribuição de insumos e tecnologias tiveram importante influência sobre as mudanças produtivas na modernização das propriedades rurais, na circulação de produtos, na geração de empregos e na relação da região com os demais lugares do país e do mundo (PADILHA, 2014).

Na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, o cooperativismo agropecuário surge na década de 1970, a Coamo Agroindustrial Cooperativa – COAMO no município de Campo Mourão em 28 de novembro de 1970 e a Cooperativa Agropecuária de Goioerê – COAGEL, na cidade de Goioerê, em 22 de junho de 1974, trazendo o espírito cooperativista para a região.

De acordo com Ipardes (2012), a mesorregião Centro Ocidental Paranaense está dividida em duas microrregiões, a de Campo Mourão e a de Goioerê, totalizando 25 municípios. A microrregião de Campo Mourão compreende os municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Já a microrregião de Goioerê abrange os municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubitatã (Mapa 01).

Mapa 01 – Localização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e Divisão Política de seus Municípios



Fonte: Organizado pelo autor a partir do Iparides (2004).

No começo do século XXI, a Coamo se definiu como maior cooperativa singular da América Latina, já a Coagel por motivos econômicos e administrativos, foi arrendada, e mais recentemente vendida para a Coamo.

A Coamo, cuja sede está instalada na zona urbana do município de Campo Mourão/PR, atua no acompanhamento da produção dos seus cooperados, na prestação de assistência técnica e no oferecimento de suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra, além de oferecer cursos, treinamentos e encontros para seus cooperados. Em consonância, a Coagel direcionava também sua gestão no acompanhamento da produção e na prestação de assistência técnica nos seus 13 entrepostos. Em 2009, ano de seu arrendamento, a cooperativa possuía uma carta de 1,7 mil associados e uma receita anual de 600 milhões de reais.

Atualmente, a Coamo conta com 112 unidades de recebimento, em 68 municípios que se encontram nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Em receita global, a Coamo apresentou no ano de 2015, a cifra de R\$ 10,662 bilhões, com sobras líquidas de R\$ 816,029 milhões e sobras distribuídas de R\$ 320,355. Seu ativo total foi R\$ 8,188 bilhões, possuindo um patrimônio líquido de R\$ 3,656 bilhões. As exportações chegaram na casa de US\$ 3,486 bilhões, o faturamento dos bens de fornecimento foi de R\$ 2,898 bilhões e os investimentos de R\$ 297,008 milhões. Em relação aos tributos recolhidos, a cooperativa contribuiu com R\$ 405,490 milhões. A segunda maior cooperativa agropecuária do Brasil, Aurora Alimentos, apresentou uma receita global 27,8% menor em comparação com a Coamo, 7,7 bilhões (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2015).

A cooperativa recebe soja, milho, trigo, café e algodão, entre outros, e tem capacidade de armazenamento de 4,86 milhões de toneladas a granel. Para conduzir as operações e as atividades, a Coamo possui 6.917 funcionários diretos e média mensal de 1.575 colaboradores (temporários e terceirizados), além de 28.095 cooperados (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2015).

Já os alimentos Coamo industrializaram 1.478.070 toneladas de soja, 108.073 toneladas de trigo, 3.177 toneladas de café de 7.673 toneladas de algodão em pluma, com um faturamento de R\$ 790,113 milhões em 2015 (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2015).

Com recebimento de 7,04 milhões de toneladas de produtos agrícolas, a Coamo respondeu, em 2015, por 3,6% da produção brasileira de grãos e fibras, demonstrando sua importância estratégica na produção de alimentos em âmbito nacional e internacional. Outros fatos que demonstram sua grandeza, é que a Coamo foi 27ª maior empresa exportadora do

país e 1ª empresa do Paraná, além de maior empresa embarcadora de produtos no porto de Paranaguá (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2015).

Segundo a Revista Exame - Edição Melhores e Maiores 2015, a cooperativa é a 47ª maior empresa brasileira (entre todas as companhias estatais, multinacionais e privadas, instaladas no país), 18ª maior empresa do Brasil com capital 100% nacional, 27ª maior exportadora do país, 3ª maior empresa na Região Sul e a 1ª empresa genuinamente paranaense.

Por fim, a dissertação está dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo denominado de “Panorama da Agricultura Brasileira à Partir da Década de 1960” traz considerações sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, analisando as causas e efeitos para os agricultores e para a economia. A seguir explanou-se sobre a formação dos Complexos Industriais (CAIs), que se desenvolveram paralelamente a modernização da agricultura, fundando um sistema de agroindústrias. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi abordado em seguida, expondo as transformações políticas e econômicas no setor agrícola. Realizada a análise em âmbito nacional, a pesquisa se delimitou mais ao local, buscando primeiramente os fatores que influenciaram o desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário Paranaense, trazendo um breve relato sobre o processo de colonização do estado. Regionalmente, discutiu-se a formação sócio espacial do noroeste do estado do Paraná, mais precisamente dos municípios de Campo Mourão e Goioerê, que mesmo estando localizados próximos, possuem características distintas nesse contexto. Após o entendimento dos municípios, apresentou-se um breve relato da fundação da Coamo e Coagel, além de uma conclusão do capítulo.

O segundo capítulo tem como foco a análise sobre o desenvolvimento agrícola e econômico das cooperativas agropecuárias após a criação do Plano Real, como os principais programas governamentais concebidos. Foram abordados a importância dos bancos de fomento, BNDES e BRDE, que tiveram um papel relevante para as cooperativas, sendo até hoje, um importante meio de crédito para investimentos na agricultura. A seguir explanou-se sobre o processo de ascensão da Coagel, até os problemas enfrentados pela mesma com o declínio da produção de algodão na região.

Já o terceiro capítulo, apresenta-se o processo de expansão, tanto vertical, como horizontal, além das principais estratégias de crescimento econômico da Coamo. Essa hegemonização da Coamo no campo e na cidade, foi analisado a partir da faceta capitalista de transformação das relações organizativas, que conduziu a uma transformação do cooperativismo, passando de um movimento voltado a resolução de problemas sociais para se

tornar um agente dinamizador da intensificação, acumulação e reprodução do capital no campo.

Capítulo 1

PANORAMA ECONÔMICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA À PARTIR DE 1960

O intuito desse capítulo é traçar um panorama do setor agrícola brasileiro entre às décadas de 1960 a 1980, abordado a modernização da agricultura, complexos agroindustriais e o Sistema Nacional de Crédito Rural.

Foi dado um enfoque maior na dinâmica do setor agropecuário no estado do Paraná, principalmente na microrregião de Campo Mourão, localidade do nosso objeto de estudo, pois a construção de um trabalho a partir da compreensão mais ampla de um cenário, permite entender o local não só dentro de um enredo geral, mas também a partir de suas próprias especificidades.

A economia brasileira apresenta um perfil agroexportador desde sua época colonial e as atividades agrícolas estiveram em constante processo de inovação para obter maior produtividade e maior lucro. Contudo, a partir da década de 1930 o Brasil passou a priorizar o mercado interno e as próprias exportações foram utilizadas para financiar a industrialização e de acordo com Gonçalves (2005, p. 10) formaram “inúmeros segmentos produtivos com estruturas produtivas para mais além dos limites da agropecuária”.

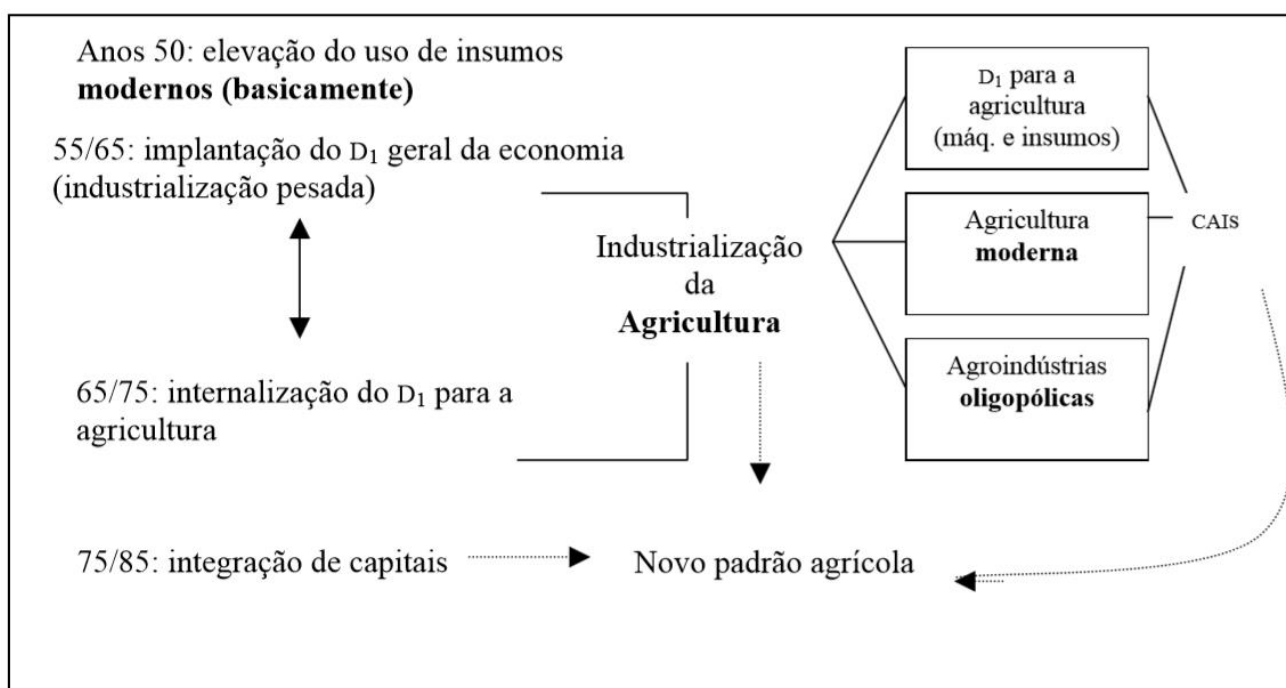
Até a década de 1960 a agricultura brasileira possuía um caráter meramente extensivo, ou seja, aumentava-se a produção por meio do aumento da área cultivada. A partir dos anos de 1950 ocorre um aumento do uso de tratores e surge uma ação estatal interessada na modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Deste modo, o campo passou por uma intensa mudança, a chamada “Revolução Verde”, que consistiu na modernização da agricultura, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade por meio do uso intensivo de insumos químicos, do aumento de variedades de sementes melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, fato que criou novos objetivos e formas de exploração agrícola, acarretando alterações tanto na agricultura, como na pecuária.

Com relação à essa modernização, se deu de forma parcial no território brasileiro, no sentido de alcançar alguns produtos, em certas regiões, favorecendo alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Balsan (2006, p. 127) afirma que “aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro”. E esse processo ocasionou distintas consequências, com efeitos sociais e econômicos na população envolvida com as atividades rurais.

De acordo com Delgado (1985) e Graziano da Silva (1996; 1999), a modernização da agricultura brasileira se deu em três fases, na qual a primeira foi a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), ainda nos anos de 1960. Já a segunda fase é determinada como o período de industrialização da agricultura, ou seja, quando a indústria, além de suprir insumos para o campo, passa a estabelecer os rumos da mudança técnica das atividades agrícolas, constituindo o D1¹ da agricultura. Enfim, a terceira fase é caracterizada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e mais adiante pela fusão e integração do capital financeiro. Para tanto, Graziano da Silva (1999) esquematizou uma cronologia, como pode ser observada na figura 01.

Figura 01 – Modernização da Agricultura



Fonte: Graziano da Silva (1999).

Também foi no período entre 1960 a 1980, que as cooperativas agroindustriais começaram a ampliar sua abrangência, se tornando enormes empresas industriais, modernizadas e com grande poder de mercado (PADILHA, 2014).

¹ Graziano da Silva (1996, p. 5) denomina D1 agrícola, “como o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura”.

1.1 O Processo de Modernização da Agricultura no Brasil: causas e efeitos

O processo de modernização da agricultura no Brasil iniciou-se ainda na década de 1950, baseado nas importações de meios de produção mais avançados daquela época. Contudo, somente na década de 1960 que esse processo se consolidou, graças a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para o campo.

Na década de 1960, depois da industrialização pesada agenciada pelo Plano de Metas (1956-1960), o governo brasileiro se deu conta da imprescindibilidade de instalar novas políticas que objetivassem a modernização da agricultura nacional, dado a necessidade econômica do país. Essa ânsia era evidenciada pelas pretensões de setores agrários que eram dados como atrasados em relação ao setor industrial recém-implantado, sendo que esse, por sua vez, preocupava-se com uma apropriada oferta interna de alimentos e matérias-primas.

O Plano de Metas ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek, membro do Partido Social Democrático (PSD). Os maiores objetivos do plano eram de construir uma infraestrutura básica à integração do sistema industrial brasileiro, antecipando-se à demanda, tendo o eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais o mais importante. Tal plano compreendia os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação, no qual os três primeiros foram os mais beneficiados. Para cada setor havia metas, sendo que o de energia possuía cinco; de transportes sete; de indústria de base onze; de alimentação seis e de educação somente um. Também existia a chamada meta-síntese, que compreendia a construção de Brasília. As fontes para esse financiamento advinham de recursos externos (TAVARES *et al.*, 2010).

Em relação ao maior número de metas do plano, Rangel (2000, p. 42) diz que “a introdução de novas técnicas, por sua vez, supondo o emprego de um equipamento muito diferente do anteriormente usado, exige a criação das indústrias correspondentes – as indústrias de base”. Tais indústrias chegam para efetivar a modernização da agricultura, com a inserção de um novo padrão tecnológico no Brasil, contudo no Plano de Metas as políticas voltadas para a agricultura ainda eram modestas, com apenas 3,2% dos investimentos planejados direcionados ao setor de alimentação.

Todo o crescimento do período JK pode ser compreendido como um molde voltado para a efetivação de um desenvolvimento econômico acelerado. De tal maneira, que o Estado deveria exercer o posto de agente indutor desse processo, quer demonstrando os rumos da

economia e direcionando os investimentos, quer investindo em setores basilares, como infraestrutura.

Sobre a mecanização da agricultura, a meta do plano era aumentar o número de tratores para 72.000, mas em meados de 1960 já passava de 77.000 tratores, portanto, superou-se a meta (LAFER, 1975).

A tabela 1 demonstra o crescimento considerável de tratores no Brasil, evidenciando a mudança do modelo econômico do país. De acordo com Teixeira (2005, p. 24), “a produção interna de tratores no Brasil só se iniciou no ano de 1959, com a instalação da Ford. Antes desse ano, os tratores usados eram todos importados”.

Tabela 01 – Frota de Tratores no Brasil (1950-1980)

ANOS	Nº DE TRATORES	TAXA DE CRESCIMENTO
1950	8.372	-
1960	61.338	632,6%
1970	165.870	170,4%
1975	323.113	94,8%
1980	527.906	63,4%

Fonte: IBGE - Censos Agrícolas do Brasil (1950 e 1960); Censos Agropecuários do Brasil (1970, 1975 e 1980).

Os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul concentravam 69% da frota de tratores do Brasil, enquanto em outras regiões o número era insignificante. A tecnologia agrícola utilizada na maior parte do país era rudimentar até meados da década de 1960, mesmo estando em processo de modernização desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em relação a proporção de todos os estabelecimentos, a maioria possuía pouca maquinaria moderna (MARTINE, 1991).

A agricultura brasileira tinha como objetivo aumentar a produção agrícola e regularizar o abastecimento alimentar, e não se modernizar. Também havia o fato de que o país não possuía um parque industrial apto para tal dinamismo, já que a tecnologia estava nas mãos dos países ricos.

O processo de modernização da agricultura brasileira foi tardia, comparado aos países desenvolvidos. De acordo com Gonçalves Neto (1997), esse processo não se deu do mesmo modo e nem na mesma intensidade em todos os estados, tendo o período mais lento de modernização entre 1965 e 1967, graças ao período de reorganização política que o país enfrentava, o Regime Militar².

² O Regime Militar iniciou-se a partir do Golpe Militar em 1 de abril de 1964 e se perpetuou até 15 de março de 1985, dando início ao período chamado de Nova República (REZENDE, 2013).

Após o golpe militar de 1964, a economia brasileira passou por um período particular da sua história. O panorama de crise dos primeiros anos da década de 1960 foi transmutado, de maneira que a partir de 1967 o crescimento rápido do Produto Interno Bruto (PIB) foi permitido, caracterizando o chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, que durou até por volta de 1973.

O Milagre Econômico Brasileiro foi fruto das várias políticas de investimentos produtivos que vinham desde JK, continuando por toda década de 1960, criando assim grandes estruturas produtivas, além da modernização da agricultura.

De acordo com Resende (1990), a inflação no começo da década de 1960 chegou a alcançar 83,2% a.a., todavia foi combatida por um programa de estabilização econômica implementado entre 1964 e 1968. No primeiro trimestre de 1964 chegou em aproximadamente 100% a.a., já em 1969 estava em torno de 20%. Concomitantemente, o aumento do PIB que em 1963 era de 0,6%, recuperou-se após 1966, e já em 1968 atingia a taxa de 9,8% (RESENDE, 1990).

Tal desempenho do aglomerado econômico nessa fase foi acompanhado por transformações na estrutura produtiva do país. Segundo Cordeiro Neto (2007, p. 2), “no que concerne ao setor primário, por meio do processo denominado modernização conservadora, a agricultura incorporou mudanças significativas”.

Um dos focos dessa modernização era transformar a agricultura tradicional em uma agricultura moderna, ajustando o país às exigências do comércio internacional, frente à expansão industrial e a necessidade cada vez maior de produção de matéria-prima (MARTINE, 1991). Contudo, a oligarquia rural nunca foi favorável à modernização e aos investimentos pesados, sendo esta forçada pelo Estado aliado ao capital industrial e financeiro.

A questão central envolvendo a agricultura estava no abastecimento urbano em quantidade e preços adequados. Com o êxodo rural acelerado no período, havia menor mão de obra para produzir no campo e um crescente aumento de consumo de alimentos nas cidades, fatos que impulsionaram a criação de políticas para a agricultura.

Fica evidente assim, que a questão da modernização da agricultura não se resumia ao aspecto produtivo em si, mas na armazenagem, transporte e comercialização, buscando quebrar o isolamento do produtor e criar meios mais eficientes para que os produtos agrícolas chegassem ao consumidor final. Esse modelo adotado nas décadas de 1960 e 1970 era direcionado ao consumo de capital e tecnologia externa, ou seja, grupos especializados

passavam a abastecer os produtores com insumos, desde maquinários, a sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes (BALSAN, 2006).

De acordo com Graziano Neto (1985), se for analisado os indicadores de modernização nesse período, se percebe uma modificação significativa no cenário agrícola brasileiro. O uso de fertilizantes cresceu à taxa média de 60% a.a., já os agrotóxicos acenderam numa média anual de 25%. Esse crescimento, mesmo não sendo tão alto em outros anos, se estendeu pelas décadas seguintes.

Com o avanço da tecnologia no meio rural os agricultores buscaram uma maior rentabilidade, ampliando as áreas cultivadas e melhorando sua produção, mas para que os mesmos pudessem adquirir os maquinários e os insumos necessários para esse aumento, segundo Balsan (2006, p. 126) a “opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores³”.

Diante da demanda, o governo criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que evidenciou a importância de um tratamento diferenciado do setor público em relação à agricultura, comparativamente aos demais setores produtivos do país.

Tal medida foi instituída pelo presidente Castelo Branco (1964-1967), no qual direcionou os recursos financeiros para os setores econômicos conforme o grau de necessidade de cada. Esse conjunto de medidas faziam parte de reformas institucionais implementadas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que buscava integrar um panorama adequado à retomada dos investimentos e à superação da crise dos primeiros anos da década de 1960 (GREMAUD *et al.*, 2007).

O governo militar ainda criou uma série de instituições voltadas ao desenvolvimento das atividades produtivas, como o Organismo de Coordenação de Crédito Rural (CNCR), o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP) (BENITES, 2000).

Além das transformações na base técnica, é necessário ponderar que essas mudanças também foram sentidas nas relações sociais de produção, principalmente pela modificação no método de trabalho agrícola, em que o labutador para de ser o agente ativo, o regulador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

³ Tais fatos serão analisados no subitem 1.3.

Essas tentativas de mudança no campo brasileiro tinham como metas alcançar um crescimento econômico em um país em desenvolvimento, que possuía nítidas diferenças em comparação com outros países que tiveram uma industrialização menos tardia, acarretando assim um desequilíbrio econômico e social. A incessante busca pelo crescimento da economia brasileira, além do esforço para a superação dos pontos críticos que abocanhava o crescimento, levou a identificar quais os motivos do adiamento no desenvolvimento da agricultura nacional. Deste modo, a nova política agrícola brasileira deveria considerar um processo de modernização, aumentar e diversificar a produção e ganhos na produtividade. Em suma, essas transformações na base produtiva deveriam incluir, desta maneira, o surgimento de modernos setores produtores de máquinas, implementos e insumos agrícolas.

A partir do final da década de 1960, a agricultura começa a ter conexões com outros setores de produção, passando a depender dos insumos que recebe de determinados segmentos industriais. A produção não mais se limita apenas a bens de consumo final ou na comercialização de mercadorias *in natura*, mas, também, na produção de bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação (MESQUITA E MENDES, 2009).

Outras características importantes oriundas da modernização não foram somente referentes as técnicas de produção, mas também a modernização da circulação, da armazenagem e da comercialização da produção. Além disso, envolvia toda uma estrutura de acompanhamento de safras, de financiamento, de extensão rural e pesquisa agropecuária.

O processo de modernização da agricultura fortificou a disparidade do campo brasileiro, pois aumentou as lacunas existentes entre os produtores rurais demandadores de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência.

Essa inclusão do aperfeiçoamento tecnológico, resultou em um processo irreversível, criando assim os Complexos Agroindustriais (CAIs), conforme será brevemente analisado a seguir.

1.2 Formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs)

O final dos anos de 1960 é considerado como marco de constituição do denominado Complexo⁴ Agroindustrial, sendo ainda chamado por outros autores, como arrancada do processo de industrialização do campo brasileiro (MULLER, 1981).

Todo esse processo segundo Szmrecznanyi (1983), se deu a partir da implantação de um setor de bens de produção voltado para a agricultura, que se desenvolveu paralelamente a modernização de produtos industrializados de origem agropecuária, formando um sistema de agroindústrias, que tinham como foco o mercado interno e também o externo.

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 1970 ocorreu a partir da integração intersetorial entre três setores principais: as indústrias, que fornecem produtos para o campo, a agricultura moderna e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com elevados incentivos de políticas públicas específicas, como fundos de financiamento para certas atividades agroindustriais, programas de ajuda a produtores agrícolas, linhas de crédito para a compra de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

De acordo Marafon (2015, p. 01) a constituição do complexo agroindustrial em nosso país “envolveu a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a modernização e expansão do sistema agroindustrial que foi regulamentada através das políticas estatais (políticas de fomento agrícola)”.

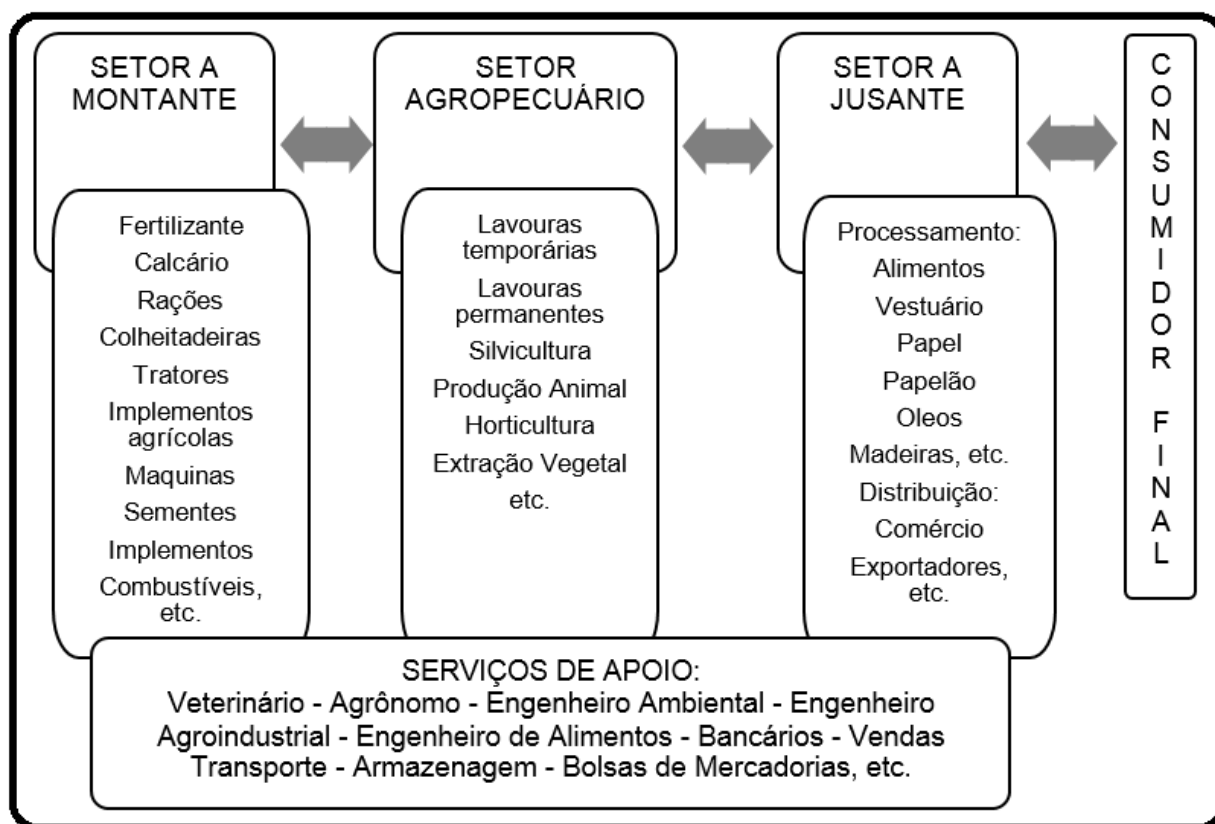
Segundo Delgado (1985), a construção de um setor industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do setor industrial a jusante (processamento de mercadorias agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma fração significativa da agricultura brasileira. O campo avança na tecnologia graças aos incentivos do Estado e induzida pela indústria, que por sua vez transforma sua base técnica de meios de produção. Esse sistema denota que a reprodução expandida do capital no ramo agrícola torna-se gradativamente integrada em termos de relações interindustriais para frente ou para trás. No primeiro caso, essas associações implicam a própria transformação do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedoras, equipamentos de irrigação, entre outros) (DELGADO, 1985).

⁴ De acordo o Ferreira (2004, p. 134), complexo é um “conjunto de instalações ou edifícios coordenados para facilitar o desempenho de uma atividade; que encerra várias coisas ou ideias, que não é simples, complicado, que tem complemento”.

A agropecuária é representada como o polo econômico desse sistema, que passa a ser mais um elemento de um complexo controlado cada vez mais pelo capital financeiro. Tal polo é conectado tanto aos setores a montante, como a jusante. O setor a montante é responsável pelo fornecimento de insumos, máquinas e implementos para a produção agropecuária, já o setor a jusante, é responsável pelo processamento e transformação da produção (agroindústria), como pela distribuição (comercialização, armazenagem e transporte) das produções agropecuárias e agroindustriais, além da rede de serviços de apoio necessários ao funcionamento desse sistema, representado pela assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento, pelos serviços bancários, marketing, transporte, bolsas de mercadorias, etc. Um exemplo disso é o café, que possui fortes relações a montante, com a produção do café, e a jusante, com a indústria processadora, de torrefação e de moagem.

A figura 02 esquematiza todo o complexo agroindustrial, demonstrando o sistema, seus atores e seus setores.

Figura 02 – Esquematização do Complexo Agroindustrial



Fonte: Organizado pelo autor.

Percebe-se que o Estado sempre está presente na discussão sobre a formação dos complexos agroindustriais. De acordo com Delgado (1985), o projeto iniciado com o SNCR revelou um novo sistema para a agricultura, no qual se definiu o objetivo de modernizar o setor. A facilidade de financiamento, em relação as taxas de juros, prazos e carência de pagamento tinham como clientela prioritária os agricultores modernos, predispostos a adotar os progressos tecnológicos, inseridos na malha das transações interindustriais do Complexo Agroindustrial. Tal fato ocorreu, já que os produtores com tais particularidades estariam mais dispostos a receber os arcabouços de coordenação, pelas empresas industriais, que estavam sendo criadas no período.

Deste modo, o capital industrial passou a conduzir a economia do Brasil em vários setores, até mesmo no campo, adaptando-o de acordo com seus interesses. Entretanto, esse progresso nos meios técnicos-produtivos não alcançou todos os agricultores e propriedades, excluindo aqueles menos privilegiados. Foram favorecidos os grandes proprietários e certos setores da produção, ou seja, aqueles que eram de interesse da indústria ou aqueles encaminhados para exportação (TEIXEIRA, 2005).

Em síntese, o Complexo Agroindustrial foi constituído e ampliou por meio da modernização da agricultura brasileira. Para Benetti (1992), esse processo não diferenciou apenas o estilo, mas o próprio modelo econômico de desenvolvimento da agricultura brasileira, nas décadas de setenta e oitenta.

1.3 As Transformações Políticas e Econômicas no Setor Agrícola: uma análise sobre o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

O Crédito Rural foi responsável pela consolidação da modernização da agricultura no território brasileiro, ajudando no desenvolvimento econômico do país a partir dos anos sessenta.

No ano de 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que tinha como objetivo principal compartilhar recursos com juros negativos (subsidiados) aos agricultores dispostos a adotar o novo padrão técnico na produção agrícola. O SNCR priorizava o mercado interno, e secundariamente as exportações agrícolas (DELGADO, 1985).

Essa ampliação da produção como da produtividade seria alcançado por meio da alocação de fundos na agricultura que permitiria a incorporação de novas técnicas e/ou o seu

uso alastrado no conjunto de produtores agrícolas. O avanço da demanda por máquinas, equipamentos e insumos para uso no campo correspondia aos interesses da indústria nacional produtora desses itens, que tinha necessidade de ampliar, de forma significativa, o mercado para a sua produção em crescimento.

O SNCR foi um dos apoios lançados pelo governo federal a fim de modificar a agricultura em um setor dinâmico, provendo o item que faltava para interligar os setores, ou seja, integrar o capital financeiro. O sistema desempenhava um canal da política monetária do Estado para aquisição de crédito abundante e barato, com juros subsidiados, disponíveis nas agências oficiais, principalmente do Branco do Brasil (DELGADO, 1985).

Integravam o SNCR: o Banco Central da República do Brasil, o Banco do Brasil, o Banco de Crédito da Amazônia, Banco do Crédito do Nordeste do Brasil, além do Banco Nacional do Crédito Cooperativo⁵. Eram vinculados ao sistema: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)⁶ e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E como órgãos auxiliares, desde que operassem em crédito rural dentro das diretrizes fixadas na lei: os bancos de que os Estados participem com a maioria de ações; Caixas Econômicas; Bancos privados; Sociedades de crédito, financiamento e investimentos e Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural.

No texto da Lei nº 4.829, que cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 5 de novembro de 1965, é previsto a disponibilidade de recursos para diferentes finalidades de aplicação, para assim:

- I- Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II- Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III- Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

⁵ O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) foi criado pela lei nº 1.412 de 13 de agosto de 1951, que transformou a Caixa de Crédito Cooperativo em BNCC, no qual seu objetivo era dar assistência e amparo às cooperativas. O BNCC possibilitava, com exclusividade, a participação indireta das cooperativas de crédito que captassem depósitos a vista na Câmara de Compensação de Cheques. Porém, com a lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello extinguiu várias entidades da administração pública, dentre elas o BNCC (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003).

⁶ O decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária.

IV- Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965, p. 1).

De acordo com Mata (1982), as modalidades de financiamento são classificadas em custeio, investimento e comercialização, distinguindo-se as atividades agrícolas das pecuárias, sendo o custeio agrícola o grupo de empréstimo mais comum, sendo responsável por cerca de 50% do número de contratos assinados. Contudo, os créditos destinados a investimento e comercialização são disponibilizados em menor número do que os de custeio, mas o montante médio é superior nesses dois tipos de empréstimo do que no caso do custeio (MATA, 1982).

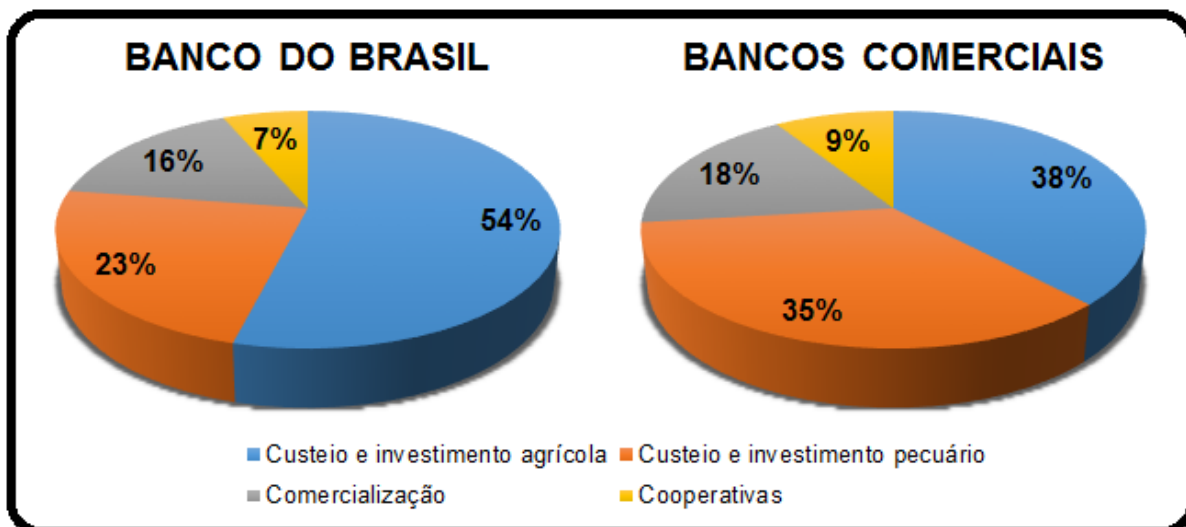
Em outras palavras, a lei estabelece que os recursos do SNCR possibilitem o financiamento de curto prazo, como o de custeio e de comercialização, e de médio e longo prazo, através de empréstimos para investimentos, acarretando modificações em toda estrutura da produção agrária do produtor.

O financiamento a curto prazo pelo crédito de custeio demonstrou importância no cenário agropecuário da época, mas restringe-se a acréscimos de produtividade somente durante o ano-safra, pois permite a utilização de insumos, defensivos, adubos, entre outras tecnologias. De acordo com Fürstenau (1987, p. 145) o crédito de custeio “geram um incremento da produtividade da terra no período, mas não oferecem quase nenhum ou mesmo nenhum resultado quanto a safras futuras”.

O gráfico 01 demonstra a distribuição de crédito rural por modalidade entre os anos de 1972 a 1979 realizados pelo Banco do Brasil e outros bancos comerciais. Constata-se que são os créditos de curto prazo, no caso do crédito de custeio, que consomem a maior parcela do total dos recursos destinados à atividade rural. Em relação as cooperativas, o gráfico revela crédito abundante as mesmas, possibilitando crescimento vertical e horizontal⁷. Segundo Fürstenau (1987, p. 146) “isso poderia indicar um incentivo aos produtores no sentido de serem usados recursos de curto prazo (custeio) em detrimento da efetivação de empréstimos de prazo mais longo”.

⁷ Tais fatos serão analisados no subitem 1.4.

Gráfico 01 – Distribuição de Crédito Rural por Modalidade entre 1972-1979



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Mata (1982).

Outro elemento que fez parte dos objetivos do SNCR, mostrando-se nitidamente no texto da lei que cria o sistema, refere-se à destinação de recursos aos pequenos agricultores. Essa era uma proposta apenas formal do governo já que desde o princípio o sistema promoveu a centralização dos recursos na posse dos médios e grandes produtores, especialmente dos grandes. Mas foi partir da década de 1970 que houve um cuidado maior por parte do governo para implementar a diretriz de destinação de crédito rural para os pequenos produtores. No decorrer de 1975 a 1980 houve um crescimento da quantidade de contratos beneficiando os mini e pequenos produtores, mas que em vista dos montantes irrisórios em termos de valor dos contratos não modificou de forma significativa a estrutura de concentração observada desde a implementação do sistema (FÜRSTENAU, 1987).

A fonte dos recursos do SNCR foi regulamentada pela resolução nº 69 do Conselho Monetário Nacional. Esta resolução regularizou um percentual dos depósitos à vista para o crédito rural. Além dos depósitos à vista, viriam recursos oriundos do Tesouro Nacional, como dos bancos através de empréstimos voluntários.

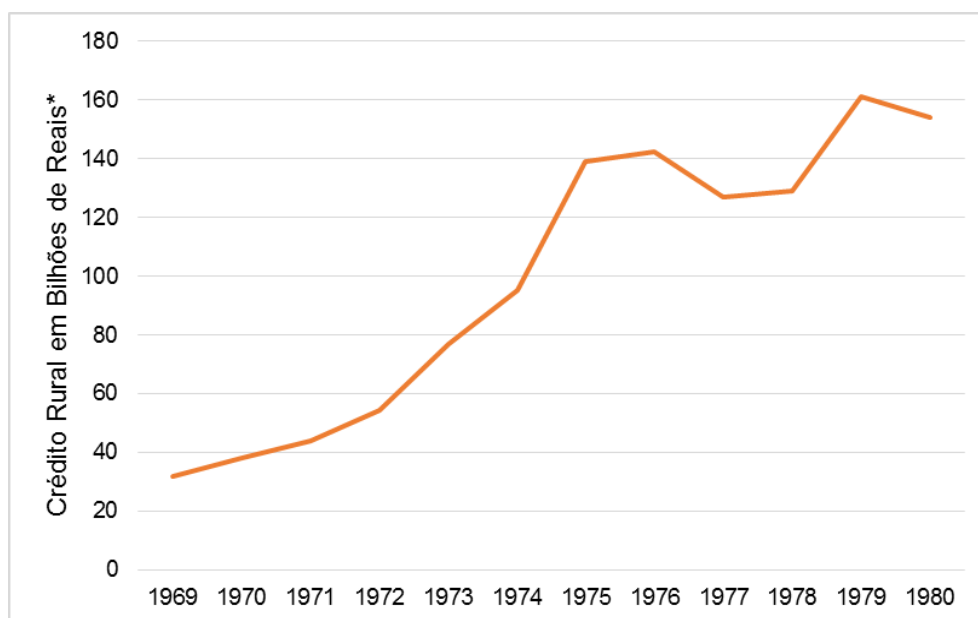
Segundo Barbosa (2005, p. 6-7) as fontes tradicionais de recursos do SNCR passaram a ser formadas por:

- Exigibilidades: percentuais dos depósitos à vista que obrigatoriamente devem ser direcionados para a agricultura ou permanecerem inaplicáveis para outras operações. Estas fontes são liberadas tanto por bancos públicos quanto privados, uma vez que é estabelecido um percentual sobre os depósitos à vista. Destaque-se que muitas vezes ocorreu de os bancos privados preferirem manter os recursos ociosos a emprestar para agricultura.

- Recursos do Tesouro Nacional: direcionados para o Banco do Brasil e liberados via Banco Central. Fazem parte das definições das Obrigações Oficiais de Crédito (OOC) e até os anos 1980 advinham de programas de incentivo a setores específicos e subsidiados.
- Recursos livres: que podem ser emprestados por qualquer banco, mas que de fato foram historicamente liberados essencialmente pelo Banco do Brasil (BARBOSA, 2005, p. 6-7).

Após a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, verificou-se que agricultura brasileira desencadeou admiráveis mudanças em consequência da intensa quantidade de crédito subsidiado aos produtores durante toda a década de 1970. O gráfico 02 revela o aumento do crédito rural na década, tendo seu ápice em 1979.

Gráfico 02 – Evolução do Crédito Rural Brasileiro na década de 1970



*Valores corrigidos pelo IGP-DI - Índice médio anual de 2012

Fonte: Organizado pelo autor a partir do Anuário do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2012).

A institucionalização do crédito rural no Brasil e a fixação de um piso de obrigatoriedade de empréstimo à agricultura sobre os depósitos à vista do sistema bancário possibilitaram uma intensa ampliação do crédito rural até o final dos anos 1970. O aumento médio da quantidade das aplicações de recursos de crédito rural, em termos reais, foi de 16,7% ao ano no intervalo de 1969 a 1979. No ano de 1970, o crédito rural representava a 54% do produto do setor primário (KAGEYAMA *et al.*, 1990).

Contudo, a distribuição do crédito rural não foi homogênea em todo país, sendo principalmente aplicado no estado de São Paulo e nos estados da região Sul, no qual se

concentravam o maior número de cooperativas agropecuárias na época. A tabela 02 demonstra essa heterogeneidade entre 1980 e 2004.

Tabela 02 – Participação dos Estados nos Valores Totais do Crédito Rural –
Acumulado por Períodos (%)

	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	2000-04
AC	0,19	0,13	0,03	0,11	0,19
AL	1,72	1,13	0,47	0,62	0,32
AM	0,63	0,19	0,13	0,24	0,26
AP	0,01	0,01	0,05	0,03	0,02
BA	4,74	5,06	3,67	4,11	2,50
CE	2,22	1,30	0,66	1,42	0,78
DF	0,31	0,47	0,34	0,31	0,28
ES	1,47	1,20	0,4	1,03	0,97
GO	4,88	9,41	7,91	7,14	7,91
MA	1,08	0,94	0,74	0,89	0,76
MG	9,21	8,57	6,62	11,44	9,75
MS	3,04	5,14	5,44	4,21	4,53
MT	2,59	5,89	7,57	6,46	7,73
PA	1,18	0,82	0,72	1,29	1,35
PB	1,09	0,65	0,37	0,60	0,60
PE	2,66	1,61	1,02	1,17	0,40
PI	0,77	0,54	0,45	0,96	0,41
PR	16,25	17,05	19,76	16,14	16,48
RJ	2,01	0,76	0,45	0,41	0,27
RN	0,91	0,53	0,49	0,55	0,36
RO	0,29	0,22	0,15	0,60	0,97
RR	0,08	0,04	0,05	0,06	0,05
RS	17,69	17,65	18,96	15,23	17,41
SC	4,05	4,33	5,62	7,29	7,50
SE	0,61	0,42	0,22	0,55	0,23
SP	20,32	15,35	16,74	16,13	16,81
TO	0,00	0,59	0,97	1,01	1,16

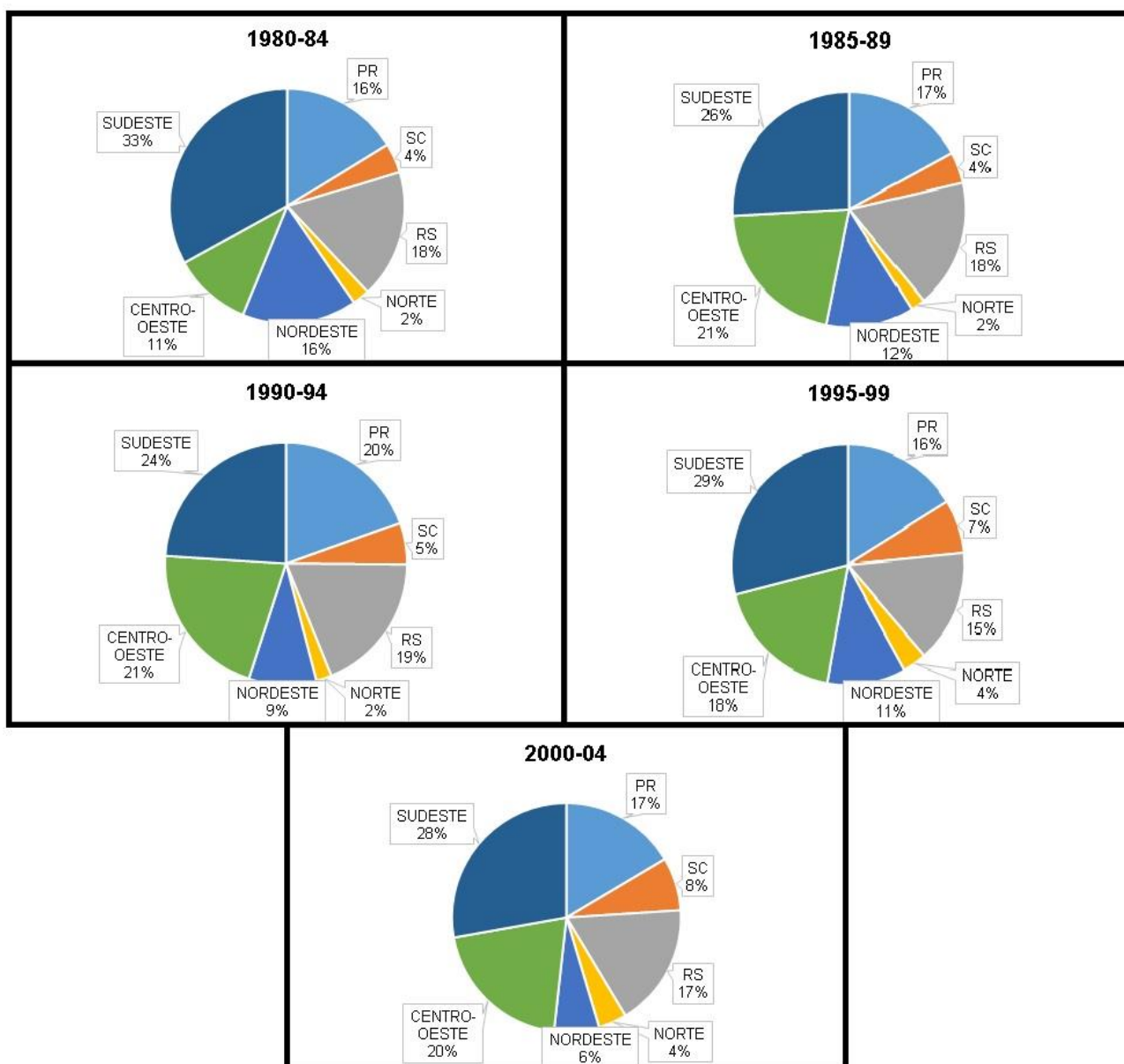
Fonte: Medeiros (2009).

De acordo com Medeiros (2009), apenas oito estados concentram mais de 80% do crédito rural em todo o período. Esta concentração aumentou do período 1980-84 para 1990-94, tendo uma queda na segunda metade da década de 1990. Posteriormente, no período de 2000-2004, ocorre um aumento da participação dos oito estados com maior participação (São

Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que recebem juntos, 88,1% do crédito rural nacional.

O gráfico 03 apresenta a distribuição de acordo com as regiões brasileiras, dando ênfase aos estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Gráfico 03 – Participação das Regiões Brasileiras (Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul – PR, SC e RS) nos Valores Totais do Crédito Rural – Acumulado por Períodos (%)



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Medeiros (2009).

Os estados da região Sul representaram do total de crédito rural, 37,99% no período de 1980-84; 39,03% de 1985-89; 44,34% de 1990-94; 38,66% de 1995-99 e 41,39% de 2000-04. Esses números demonstram a importância do setor para os respectivos estados e principalmente para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias, que foram estimuladas pela forte presença do setor público e pela aplicação compulsória dos bancos.

1.4 O Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário Paranaense

As primeiras cooperativas agropecuárias brasileiras foram organizadas no estado de Minas Gerais a partir de 1907, com o intuito de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros (SERRA, 2013). O projeto cooperativista do Estado de Minas Gerais foi lançado pelo então governador João Pinheiro⁸ e tinha o café como detentor de suas preocupações, criando uma seção exclusiva somente para o produto, dando estímulos materiais e isenções fiscais (OCB, 2015).

Contudo, até o começo da década de 1930, as cooperativas eram criadas e instaladas sem o amparo governamental e sem levar em consideração os princípios norteadores do cooperativismo universal. De acordo com Serra (2013), foi a partir do Decreto Federal nº 22.239, outorgado em 19 de dezembro de 1932, que as cooperativas são regulamentadas. No Paraná, com a criação do Decreto nº 581, espelhado no Decreto Federal de 1932, a fundação e o funcionamento das cooperativas passaram a ser crivo do poder público do Estado. Mas antes mesmo da edição do Decreto nº 581 que estabeleceu o registro obrigatório das cooperativas já instaladas ou a serem instaladas no Paraná, o controle oficial sobre as entidades associativistas já vinha ocorrendo por força da Lei Estadual nº 32, editada no ano de 1932 (SERRA, 2013).

Após a criação da Lei de 1932 vieram alguns novos decretos, mas foi em 1966, com o Decreto Lei nº 59 e, em 1971, com a Lei 5.764/71 que a legislação cooperativa brasileira foi redefinida. Elaborada durante a ditadura militar e em uma fase de crescimento da economia nacional, a nova legislação marca o desenvolvimento e consolidação do cooperativismo agropecuário (empresarial), numa estratégia governamental de estimular a modernização das relações de trabalho e produção no campo (CASAGRANDE, 2014).

As sociedades cooperativas em geral foram reguladas pela Lei nº 5.764/71, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. Deste

⁸ O governo de João Pinheiro em Minas Gerais durou entre 07 de setembro de 1906 a 25 de outubro de 1908 (WIRTH, 1982).

modo, as cooperativas são sociedades de pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas para prestar serviços aos associados e que se distinguem das demais sociedades, e de acordo com a Receita Federal do Brasil (2015, p. 1), possuem as seguintes características:

a) adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; b) variabilidade do capital social, representado por cotas-partes; c) limitação do número de cotas-partes para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade; d) inacessibilidade das quotas partes do capital à terceiros, estranhos à sociedade; e) retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral; f) quorum para o funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital; g) indivisibilidade do fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social; h) neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; i) prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, ao empregados da cooperativa; j) área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015, p. 1).

Sobre esse período, Pinho (1974, p. 109), diz que “o Estado chamou a si a incumbência de orientar a política nacional do cooperativismo para adaptá-la às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento”.

Com os incentivos externos e as políticas adotadas na década de 1960, o cooperativismo agropecuário se ampliou por todo Brasil e hoje é um ramo difundido em todo território nacional, e tem como função dar assistência técnica aos produtores, armazenar, industrializar e comercializar os produtos, além de dar assistência social e educacional aos cooperados, abastecendo o mercado interno com produtos alimentícios e participando nas exportações, contribuindo para um saldo positivo na Balança Comercial Brasileira.

Na região Sul do Brasil, as cooperativas agropecuárias foram surgindo principalmente nas comunidades de origem alemã, italiana e holandesa, já que conheciam o sistema cooperativista europeu. De acordo com Alves (2007, p. 66-67):

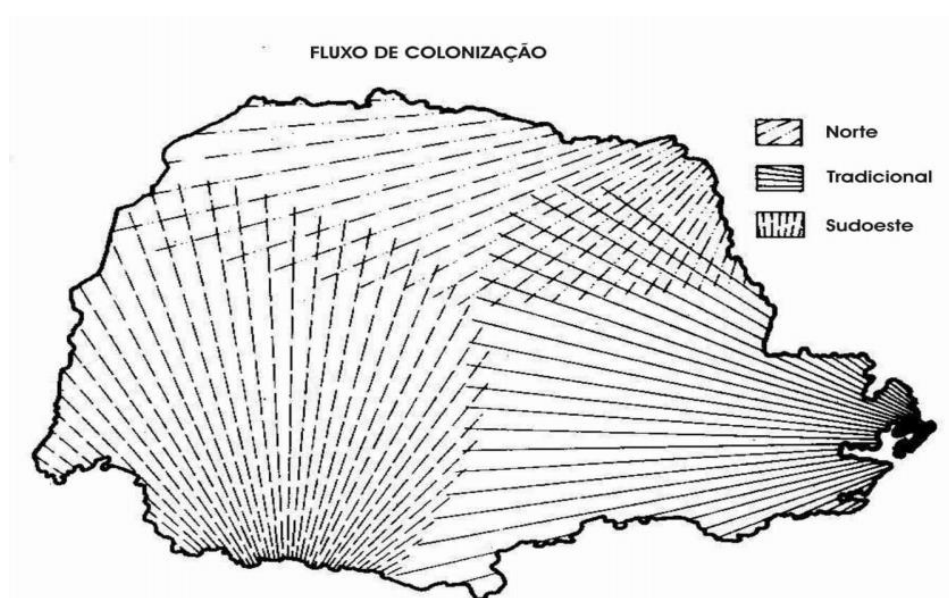
Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo destaca-se a da "Colônia Cecília" em 1890, no município de Palmeira/PR, idealizado pelo agrônomo Giovanni Rossi; em 1906, Associação Beneficente 26 de outubro, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro; e em 1909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição, em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda.; em 1945 a Sociedade Cooperativa Svitlo (Luz) em Carazinho, União da Vitória;

Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o decreto-lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1942; no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, fundada por imigrantes holandeses (ALVES, 2007, p. 66-67).

Essas cooperativas que tiveram origem em grupos de imigrantes, de acordo com Setti (2006, p. 69), “no início, embora algumas notadamente fossem sólidas, muitas eram incipientes. Pequenas cooperativas, atuando em áreas comuns com outras, formavam um ambiente de competição [...] no final dos anos 60 e início dos anos 70”.

O desenvolvimento do cooperativismo e de suas características no estado do Paraná está ligado ao processo de colonização do início do século XX (RICKEN, 2009). De acordo com Bernardes (1952, p. 53) “o povoamento do Paraná realizou-se de modo irregular”. Essa ocupação ocorreu em três frentes, no qual a primeira parte do litoral em direção a região central do estado (Tradicional), já a segunda vem do estado de São Paulo, ocupando o norte paranaense (Norte) e por fim a terceira, oriunda de Santa Catarina adentrando o oeste e o sudoeste paranaense (Sudoeste), conforme demonstra a figura 03.

Figura 03 – Fluxo de Colonização do Estado do Paraná



Fonte: IPARDES (1974).

Segundo IPARDES (1974), a ocupação pela primeira frente, partindo da região leste do estado, ocorreu por causa da criação de gado e da extração de erva mate e madeira. A segunda frente está ligada a produção de café e pela forte influência de produtores oriundos de São Paulo, Minas Gerais e da região nordeste do Brasil. A terceira, foi realizada por pequenos

e médios produtores de cereais e suinocultores oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Em relação a colonização por meio de imigrantes, Bettles Junior *et al.* (1996) salienta que os italianos ocuparam, principalmente, a região de Curitiba, Morretes, São José dos Pinhais, Campo Largo e Alexandra (Paranaguá). Já os poloneses fixaram-se em Guarapuava, União da Vitória, Rio Negro, Curitiba, Campo Largo, São Mateus do Sul, Irati e Araucária. Os holandeses se estabeleceram em Castro, Carambeí e Arapoti. Os ucranianos colonizaram as regiões de Prudentópolis, Guarapuava, União da Vitória e Lapa. Os japoneses se dirigiram principalmente para Assaí, Cambará, Uraí, Tomazina, Londrina, Bandeirantes, Castro e Arapongas.

Os ciclos econômicos que transcorreram o território paranaense, como de madeira, erva-mate, café, algodão, trigo, soja e leite, se misturam com a criação das cooperativas agropecuárias.

Em relação a frente Tradicional, Teixeira (2005) aponta que a erva-mate passou a ser a principal atração econômica do Paraná, principalmente na região central, em meados do século XIX, como também a mais rentável, graças ao interesse comercial no mercado externo desse produto e pelo declínio da pecuária extensiva. Entretanto, foi suprida pelo do café no início do século XX.

Em relação ao ciclo da madeira, Palhares (2007, p. 76) afirma “que se desenvolveu praticamente junto com o da erva-mate. Seu início foi pelo litoral, com a exploração de algumas madeiras, como a Peroba, o Cedro, entre outras”.

Com crise instaurada com a queda da exportação da erva-mate, os mateiros a partir de 1943 começaram a se estruturar em forma de cooperativas. Diante dos problemas de comercialização, os estoques dos produtores foram crescendo para além da sua capacidade individual de armazenamento, acarretando a diminuição do valor de venda. Para tentar evitar a crise geral do setor, o governo criou a COCPM (Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate), dando-lhe total poder para implantar e organizar as cooperativas, como estratégia para diminuir as consequências da crise. Em três anos, foram implantadas quatorze cooperativas de ervateiros, levando o segmento para uma fase de ouro que, todavia, não perpetuou muito. Foi a partir de 1947 que novos setores do cooperativismo são implantados no Estado, com destaque para o café, o trigo e a soja (SERRA, 1992).

Já a frente Norte, teve o café como principal elemento para a criação das cooperativas e constitui-se historicamente como maior região agrícola paranaense, dado “a sua

potencialidade ecológica para atividades agropecuárias (clima, relevo, solo) (MORO, 1998, p. 353).

A região se tornou um “fenômeno” de movimento ocupacional, pois foi ocupada por quase dois milhões de habitantes de 1920 a 1960, em uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, trazendo efeitos surpreendentes para todo o Paraná (PADIS, 1981).

Sua colonização dirigida a partir do século XX, com o fracionamento das terras por companhias particulares, foram os responsáveis pelo êxito na implantação da cultura cafeeira, mesmo que os reais propósitos da Companhia de Terras Norte do Paraná fossem de cultivar o algodão, que perdeu o espaço dado a crise de 1929, que forçou os colonos a cultivar culturas de menor escala (FAJARDO, 2008).

O baixo preço dos lotes, que variavam de 3 a 15 alqueires⁹, além da facilidade de pagamento, permitiram a migração de vários colonos oriundos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, como do nordeste brasileiro (CANCIAN, 1981).

Sobre a expansão da cafeicultura na região norte do Paraná, Graziano da Silva (1996, p. 176) afirma que:

A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aí encontrou enormes extensões de terras roxas, ideias para essa cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 176).

Contudo, como o ciclo da erva-mate, os anos de glória da cafeicultura não permaneceram por muito tempo. Segundo Kohlhepp (1991), a superprodução e a saturação do mercado internacional do café fez que o governo tomasse medidas que buscassem reduzir a safra pelos programas de erradicação do café.

Em 1961 é criado o Grupo de Racionalização da Agricultura (GERCA), que apoiava o Programa de Racionalização da Cafeicultura, que tinha como objetivo a diversificação do espaço aberto pela erradicação do café (MORO, 1998).

Nesse cenário surgem diversas cooperativas de cafeicultores no norte do Paraná, como a Cocamar, buscando reduzir os efeitos causados pela crise. “A grande maioria formada por pequenos proprietários que adquiriram seus lotes juntos às companhias colonizadoras (FAJARDO, 2008, p. 129)

⁹ A medida oficial das políticas públicas são em hectares, portanto os valores dos lotes variavam de 7,26 hectares a 36,3 hectares.

Tais cooperativas foram criadas por incentivo do Instituto Brasileiro do Café (IBC)¹⁰ e representavam uma saída aos agricultores, atuando principalmente na difusão da modernização do campo. Com a Geada Negra de 1975, a crise se acentua e muitas das cooperativas acabam fechando (FAJARDO, 2008).

No caso da frente Sudoeste, a colonização foi feita por famílias originárias principalmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tratava-se de pessoas de classe mais baixa e com estilo de vida muito simples, devido às dificuldades econômicas da época decidiram migrar para novas regiões. Eram agricultores, comerciantes e artesãos, pertencentes às etnias italiana, alemã e polonesa (CASAGRANDE, 2014).

Com a crise da suinocultura a partir da segunda metade do século XX, os agricultores buscaram a modernização para suprir as suas necessidades econômicas, já que a principal fonte de renda da região estava em decadência. Além disso, outros elementos fomentam a necessidade de modernizar a agricultura, como o esgotamento dos solos decorrentes do manejo inadequado (uso abusivo da queima, o mau preparo da terra, ausência de prática de combate à erosão, etc.) (SANTOS, 2008).

Diante das transformações e ao longo das décadas de 1960/70 foram surgindo e aumentando as cooperativas de produção agropecuárias na região. Este processo, além de ampliar a produção de base moderna, objetivava desenvolver estruturas de recebimento, armazenagem e comercialização de produtos (CASAGRANDE, 2014).

Em relação ao cenário nacional, nesse período as duas entidades de representação do cooperativismo eram a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), que tinham como principal problema não ser atendida pelo Estado, na época o Regime Militar. A ABCOOP reunia basicamente as cooperativas de grãos e a Unasco as cooperativas de leite. Contudo, ao ver a força do campo, o então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, solicitou em 1967 ao secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Antonio José Rodrigues Filho, já uma liderança cooperativista, que promovesse a união de todo o movimento. Assim, em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, extinguindo a ABCOOP e a Unasco. Sua primeira Assembleia

¹⁰ O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado pela lei nº 1.779, de 22/12/1952, como entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda. A partir de 1961 passou para o âmbito do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido extinto pela lei nº 8.029, de 12/4/1990. Tinha por atribuições executar a política cafeeira nacional, prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura e controlar a comercialização do café (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 2013, p. 6).

Geral Extraordinária aconteceu no dia 30 de junho de 1970, mas foi somente em 8 de julho do mesmo ano, que a OCB é registrada em cartório (OCB, 2015).

Setti (2006) salienta que com a criação da OCB, o Congresso Nacional sugeriu que fosse criado também organizações dentro dos estados brasileiros, assim surgiu a Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná).

A Ocepar foi criada como resultado do Congresso Brasileiro de Cooperativismo sediado em Belo Horizonte, em 1969, e da própria reorganização interna promovida pelo INDA/INCRA (Instituto Regional de Colonização e Reforma Agrária), pelo DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), pela Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) e demais lideranças cooperativas (CASAGRANDE, 2014).

Atualmente, a Ocepar faz parte do Sistema Ocepar, que reúne três sociedades distintas, não possuindo fins lucrativos, e em estreita parceria, se dedicam à representação, fomento, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses: o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PR) e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR).

De acordo com Ricken (2009), para orientar e dar assistência técnica as cooperativas criadas e aquelas que ainda estavam se organizando nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o governo brasileiro juntamente com Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, enviaram o alemão naturalizado norte-americano Henry Gerber para desempenhar essa função. Gerber estabeleceu seu escritório em Curitiba, junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA), atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual obteve todo o apoio para assessorar a reorganização e fortalecimento das cooperativas existentes. Ainda no final da década de 1960, o INCRA, a Secretaria da Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)¹¹, iniciaram um trabalho conjunto de pesquisa que resultaria no planejamento e reorganização do sistema cooperativista do Paraná. Esse esforço de integração deu origem posteriormente aos projetos regionais de cooperativismo, cujos resultados permanecem até os dias atuais e sempre que o sistema cooperativo paranaense inicia um novo ciclo de atividade (RICKEN, 2009).

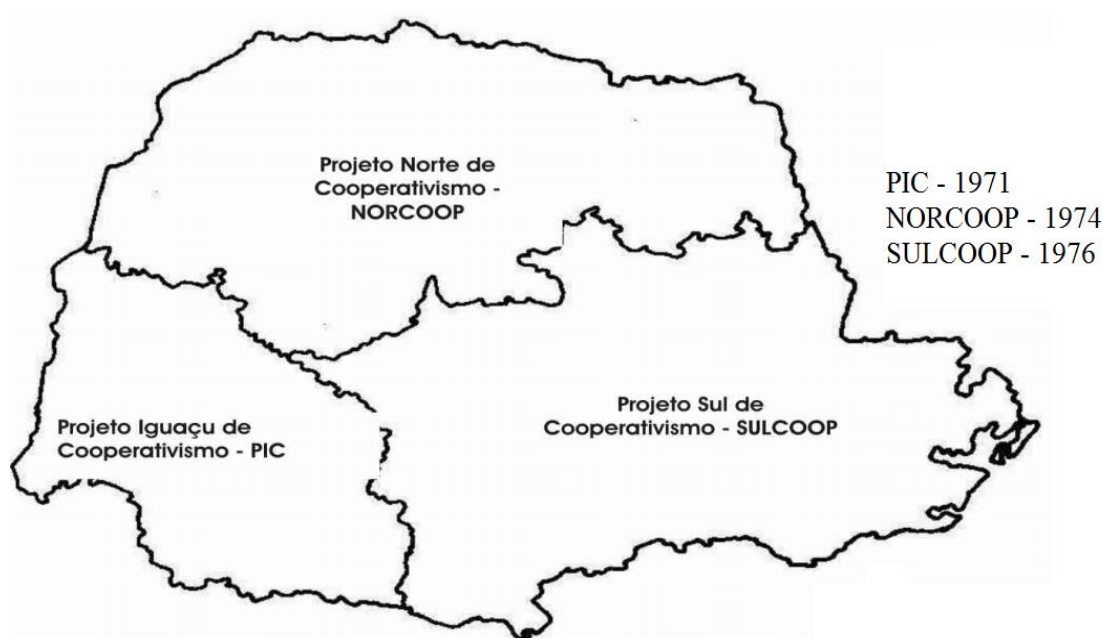
¹¹ Em 1977 é criada a EMATER - Paraná, empresa pública de direito privado, com a finalidade de absorver as atividades da Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), que iniciou seu processo de extinção.

A competitividade entre as pequenas cooperativas, que muitas vezes trabalhavam com os mesmos produtos, motivou o INCRA, o DAC e a Acarpa a reorganizarem o sistema cooperativista no final da década de 1960 e início da década de 1970. Isto ocorreu através da implantação dos PIDCOOPs (Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo), com o apoio da recém-criada Ocepar (SETTI, 2006).

O planejamento regional praticado a partir de 1971 refletiu no campo e admitiu que se desenvolvesse um modelo de cooperativismo agropecuário existente no Paraná na atualidade. A Figura 04 delimita a atuação dos projetos e o ano de criação de cada.

Ao observar a figura a seguir, percebe-se que os projetos foram traçados de acordo com os fluxos de colonização no Paraná. O primeiro projeto criado foi o PIC (Projeto Iguaçu de Cooperativismo), estabelecido em 1971, beneficiando as regiões Oeste e Sudoeste do estado. Já o NORCOOP (Projeto Norte de Cooperativismo) reorganizava as cooperativas da região Norte e Noroeste, região da criação da COAMO e da COAGEL. Por fim, o último a ser criado, o SULCOOP (Projeto Sul de Cooperativismo), foi instituído em 1976 e abrangia as cooperativas localizadas na região Centro-Sul.

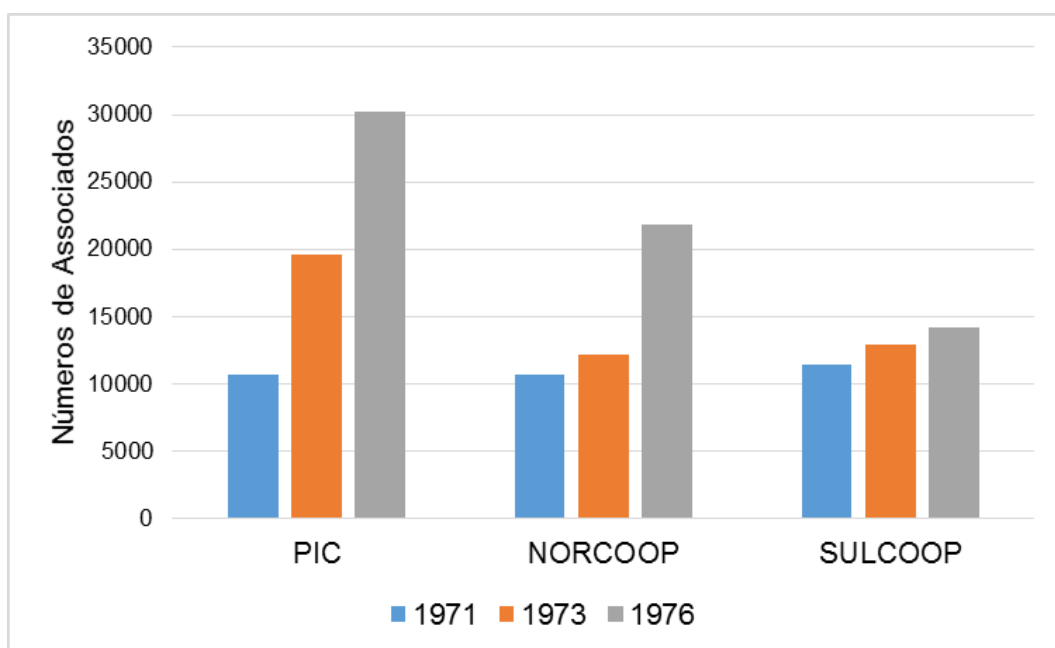
Figura 04 – Os projetos Regionais de Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Ipardes (1974).

O gráfico 04 demonstra o aumento do número de associados após o funcionamento dos projetos regionais de cooperativismo.

Gráfico 04 – Crescimento Anual de Associados em Função dos PIDCOOPs



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Salanek Filho (2006).

O total de associados passou de 32.789 no ano de 1971, para 66.282 em 1976, tendo o PIC o maior agregador de associados, triplicando em pouco mais de cinco anos. E em segundo lugar vem a NORCOOP, quase dobrando o número de participantes. O número menos representativo ocorreu no SULCOOP, já que o programa foi instaurado em 1976. Essa diferença do número de associados, demonstra a importância desse projeto, que viu o seu primeiro programa, o PIC, a aumentar significativamente diante da sua atuação.

O cenário cooperativo agropecuário paranaense sofreu profundos impactos a partir de 1960, tendo a década de 1970 a mais transformadora, já que as cooperativas agropecuárias deixaram de ser apenas intermediárias na compra e venda de produtos, passando a ser cooperativas empresariais direcionadas ao agronegócio. De acordo com Casagrande (2014, p. 44) “a cooperativa passa a ser o meio de obter o crédito e a ciência agrícola moderna, acelerando a difusão do pacote tecnológico e potencializando os ideais modernizantes do governo”.

A atuação do PIDCOOPs, aliado a modernização da agricultura e aos incentivos do governo federal com o crédito rural, as cooperativas agropecuárias no Paraná se consolidaram, tornando tal ramo fonte de renda para milhares de famílias por todo estado.

1.5 A formação sócio espacial da mesorregião Centro Ocidental Paranaense

A mesorregião Centro Ocidental Paranaense é uma das dez mesorregiões geográficas do estado do Paraná, está localizada sob as coordenadas 23°33'05'' a 24°59'02'' ao Sul do Equador e 53°18'20'' a 51°53'20'' a Oeste de Greenwich, abrangendo uma área total de 11.937,031 km² (MASSOQUIM, 2010).

O desenvolvimento da mesorregião ocorreu primeiramente na microrregião de Campo Mourão na virada do século XIX, com a chegada de expedicionários oriundos da região de Guarapuava, que tinham como intuito criar gado bovino, além de povoar as terras de Campos de Mourão¹². Os primeiros registros de propriedade foram lavrados em 25 de setembro de 1893, na cidade de Guarapuava. Com os documentos de posse, algumas famílias começaram a se instalar e em 1906 a população não passava de 100 pessoas (SIMIONATO, 2008).

Já na microrregião de Goioerê a colonização foi um pouco mais tardia. Os colonizadores foram os membros da família Scarpari, oriundas do interior do estado de São Paulo, que em 21 de abril de 1950 obtiveram a ordem de ocupação de 1.200 alqueires¹³ da Gleba 12, dado pelo então governador estadual Moisés Lupion. A partir de então, a cada dia novos moradores se instalavam nas terras ocupadas ainda por mata virgem. Dos 1.200 alqueires titulados pela família, 150 foram destinados para a cidade, 500 alqueires para a fazenda e o restante foi dividido em lotes de 5 a 10 alqueires para a venda (PAZ JÚNIOR, 2003).

Atualmente, a mesorregião possui uma população de mais de 330 mil habitantes (Tabela 03), sendo que Campo Mourão detém 26,09% do total, seguido de Goioerê, com 8,68%, Ubatuba com 6,45% e Terra Boa com 4,72%.

¹² As terras banhadas pelo rio Ivaí receberam a denominação de Campos de Mourão, posteriormente simplificado para Campo Mourão, em homenagem a Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, que é considerado o responsável pelo primeiro colonizador da região (SIMIONATO, 2008).

¹³ Corresponde a 2.904 hectares.

Tabela 03 – Municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e suas respectivas populações e IDHM

MUNICÍPIO	POP. TOTAL	POP. RURAL	POP. URBANA	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONG	IDHM EDUC
Altamira do Paraná	4.306	2.171	2.135	0,667	0,667	0,780	0,571
Araruna	13.419	2.944	10.475	0,704	0,685	0,785	0,648
Barbosa Ferraz	12.656	3.075	9.581	0,696	0,667	0,808	0,625
Boa Esperança	4.568	1.928	2.640	0,720	0,687	0,808	0,673
Campina da Lagoa	15.394	2.837	12.557	0,704	0,677	0,829	0,623
Campo Mourão	87.194	4.518	82.676	0,757	0,749	0,841	0,689
Corumbataí do Sul	4.002	1.875	2.127	0,638	0,632	0,790	0,520
Engenheiro Beltrão	13.906	1.628	12.278	0,73	0,701	0,820	0,677
Farol	3.472	1.454	2.018	0,715	0,671	0,818	0,665
Fênix	4.802	807	3.995	0,716	0,669	0,825	0,665
Goioerê	29.018	3.776	25.242	0,731	0,720	0,850	0,639
Iretama	10.622	4.435	6.187	0,665	0,696	0,811	0,521
Janiópolis	6.532	2.494	4.038	0,696	0,688	0,826	0,593
Juranda	7.641	1.802	5.839	0,708	0,678	0,818	0,639
Luiziana	7.315	2.559	4.756	0,668	0,659	0,781	0,580
Mamborê	13.961	4.977	8.984	0,719	0,698	0,821	0,649
Moreira Sales	12.606	2.673	9.933	0,675	0,673	0,802	0,570
Nova Cantu	7.425	3.321	4.104	0,658	0,646	0,792	0,558
Peabiru	13.624	2.615	11.009	0,723	0,727	0,826	0,629
Quarto Centenário	4.856	1.944	2.912	0,710	0,724	0,819	0,603
Quinta do Sol	5.088	1.277	3.811	0,715	0,689	0,842	0,631
Rancho Alegre D'Oeste	2.847	544	2.303	0,704	0,673	0,831	0,625
Roncador	11.537	4.417	7.120	0,681	0,665	0,797	0,595
Terra Boa	15.776	2.725	13.051	0,728	0,708	0,803	0,680
Ubiratã	21.558	3.161	18.397	0,739	0,706	0,854	0,669
TOTAL/MÉDIA	334.125	65.957	268.168	0,702	0,686	0,815	0,621

¹ IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), inclui três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Renda e IDHM Educação.

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2010).

O IDHM¹⁴ é um número que varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município, no qual de 0 a 0,499 é considerado muito baixo, de 0,500 a 0,599 é considerado baixo, de 0,600 a 0,699 é médio, de 0,700 a 0,799 é alto e de

¹⁴ Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também recalculou-se o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios. O desafio já havia sido enfrentado nas edições do Atlas de 1998 e 2003. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

0,800 a 1 é considerado muito alto (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

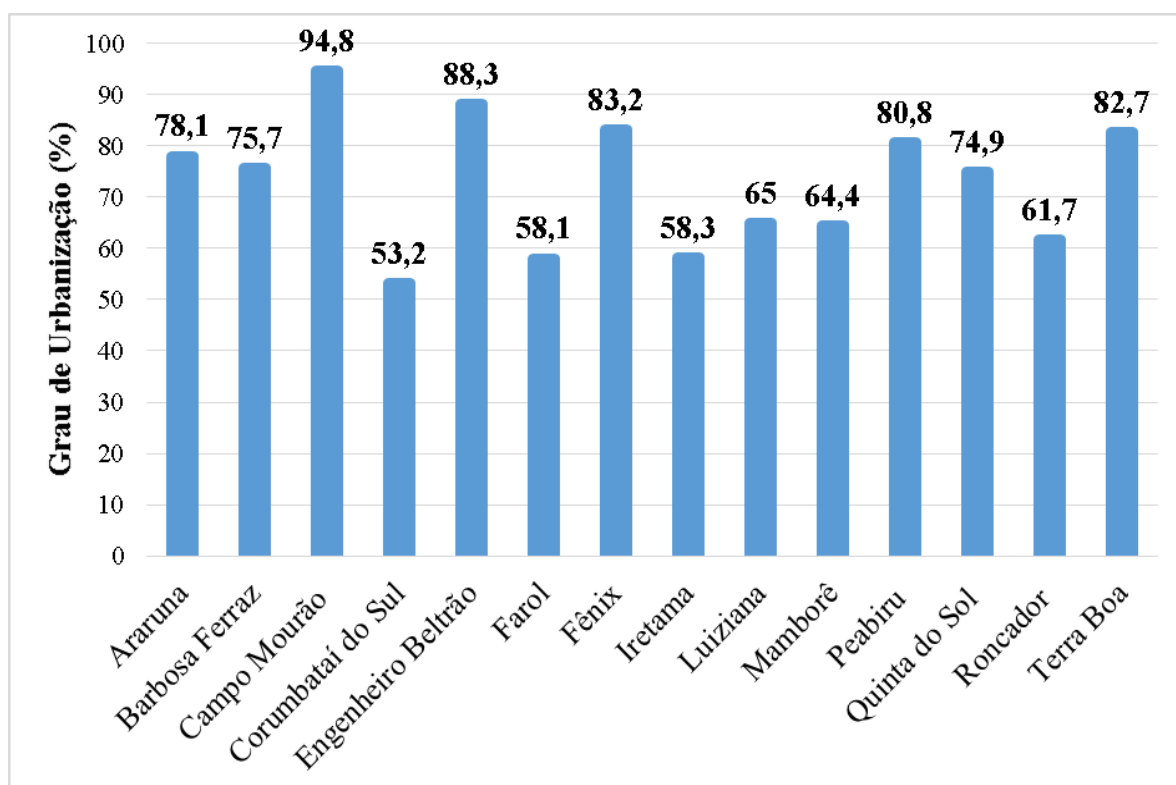
A média do IDHM nos municípios da mesorregião foi de 0,702, estando no patamar de alto, contudo 36% dos mesmos encontram-se entre 0,600 e 0,700, ou seja, o índice é considerado médio. Em relação ao IDHM Renda, que indica a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município, a média foi de 0,686, considerado médio. Entretanto, percebe-se que as maiores cidades em relação a população estão no patamar de alto, representando 24% de toda mesorregião.

O IDHM Longevidade, que aponta a vida longa e saudável através da expectativa de vida ao nascer, aponta que a média dos municípios é de 0,815, ou seja, está no patamar de muito alto, e apenas seis localidades estão no índice de alto. Essa longevidade, é fruto de vários fatores que propiciaram essa ascensão, dentre muitos, o crescimento econômico do país, acesso à água tratada e esgoto, aumento do consumo, entre outros.

No IDHM Educação, a média foi de 0,621, considerado médio. Dentre os 25 municípios, oito estão abaixo de 0,600, ou seja, encontra-se no patamar de baixo. Vale salientar, que o acesso ao ensino superior presencial na mesorregião está somente nos municípios de Campo Mourão, Goioerê e Ubitatã.

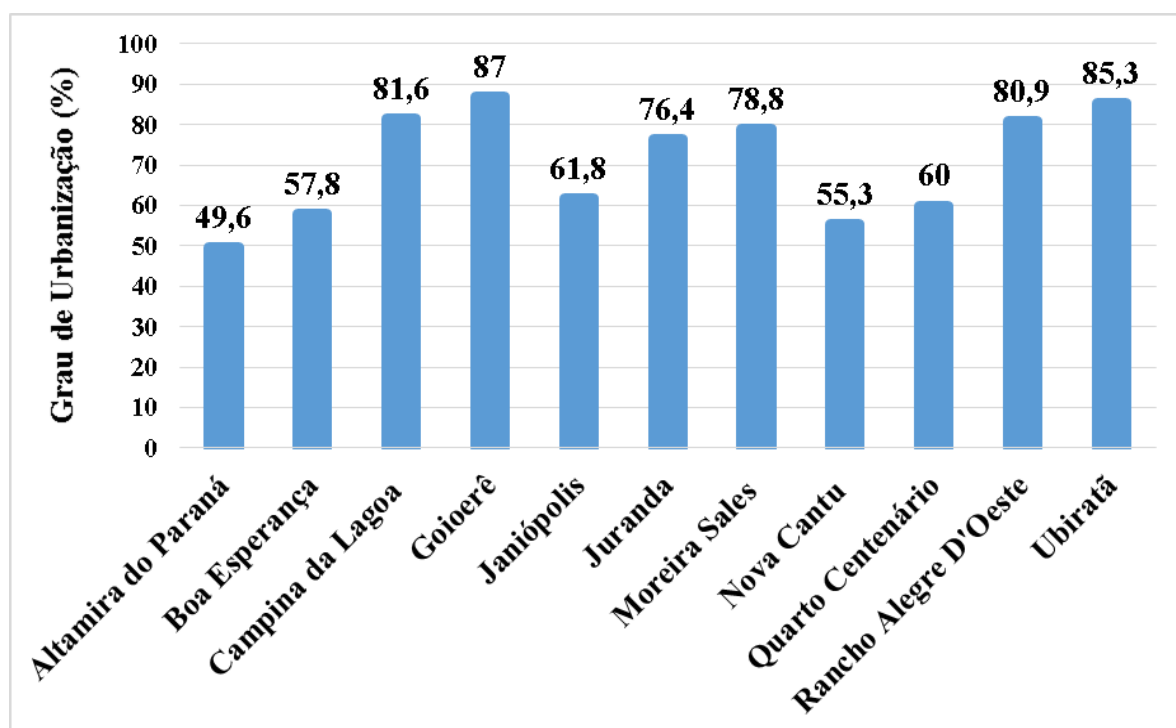
As taxas de urbanização da mesorregião variam de menos de 50% até mais de 94%, enquanto a média do Paraná corresponde a 85,3% (IBGE, 2010). A microrregião de Campo Mourão a média de urbanização é de 72,8%, sendo que Campo Mourão, seguido de Engenheiro Beltrão e Fênix, com 94,8%, 88,3% e 83,2% respectivamente (Gráfico 05). Já a microrregião de Goioerê a taxa média de urbanização é de 70,4%, sendo que Goioerê possui 87%, seguido de Ubitatã, com 85,3% (Gráfico 06).

Gráfico 05 – Grau de Urbanização dos Municípios da Microrregião de Campo Mourão



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2010).

Gráfico 06 – Grau de Urbanização dos Municípios da Microrregião de Goioerê



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2010).

Dos 25 municípios pertencentes a mesorregião, 22 possuem menos de 16 mil habitantes, representando 88% do total. Em relação aos baixos índices de população e de povoamento dos municípios da área em estudo, Costa e Rocha (2009) afirmam que:

Em 1960 a mesorregião tinha população de 369.906 habitantes, em 1970 passou para 532.143 habitantes, em 1980 a população caiu para 403.902, passou para 387.451 em 1991, em 2000 caiu para 346.431 habitantes e o censo de 2007 contabilizou 331.303 habitantes. No período entre 1960 e 1970 verifica-se um acréscimo de 162.237 habitantes. A partir da década de 1970 [...], a região passou a ter decréscimo de população, que vê na migração para os centros urbanos maiores uma saída para o desemprego (COSTA E ROCHA, 2009, p.116).

Buscando um melhor entendimento da dinâmica da mesorregião, primeiramente será discutido a formação sócio espacial de Campo Mourão, em seguida de Goioerê, que além de serem os municípios mais populosos, foram os mais atuantes no cooperativismo agroindustrial, com a Coamo em Campo Mourão e a Coagel em Goioerê.

1.5.1 Dinâmica Populacional e Produção do Espaço de Campo Mourão

De acordo com as estimativas para o ano de 2014, Campo Mourão possui uma população de 92.300 habitantes, com uma densidade demográfica de 115,05 hab/km² (IBGE, 2014). Seu povoamento ocorreu primeiramente por uma pequena frente de expansão sulista por volta de 1880. Décadas mais tarde, o povoamento foi se intensificando com uma frente oriunda do norte do estado composta pelos paulistas na expansão da cafeicultura, e outra frente vinda do sul, formada por catarinenses e gaúchos, que tinham a pecuária como base de produção (BERNARDES, 1951).

Em 1934 a população era de aproximadamente dois mil habitantes, chegando em 1940 na marca de 11.964, se destacando como 4º maior distrito de Guarapuava em quantidade de moradores¹⁵. Em 1950 a população estimada foi de 33.949, no qual 32.112 vivia na zona rural e apenas 836 na zona urbana (VEIGA, 1999).

Percebe-se que o efetivo povoamento se deu ainda na metade do século XX e de acordo com Onofre (2005), a chegada na região de um grande fluxo populacional está relacionado também pela notícia da existência de terras devolutas do Estado que poderiam ser pagas em várias prestações ao governo. Tal fato atraiu agricultores de várias localidades do

¹⁵ Campo Mourão se emancipou de Guarapuava no dia 10 de outubro de 1947.

Brasil, como a instalação de uma Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, com o intuito de regularizar e controlar a grilagem de terra. Esse crescimento demográfico aumentou ainda mais no ano de 1944, graças a abertura de uma estrada de rodagem, que ligou Campo Mourão a Maringá. Essa via proporcionou a entrada da frente pioneira advinda do norte do estado, que não haviam conseguido terra na região de Maringá e pretendiam adquirir terras para o plantio de café e formação de “safras” (criação de porcos).

Em relação aos aspectos econômicos, Simionato (2008) afirma que naquela época havia exploração da erva-mate e madeiras de lei, como o pinho. Plantava-se também milho, cana-de-açúcar, abacaxi, feijão, café, arroz, além de outros tipos de culturas para a subsistência, como pode ser verificado pela tabela 04.

Tabela 04 – Principais Culturas Agrícolas de Campo Mourão no ano de 1948

Produtos	Unidade	Quantidade Produzida
Abacaxi	Fruto	150.000
Algodão (em caroço)	Arroba	4.000
Amendoim (com casca)	Quilo	20.000
Arroz (com casca)	Saca com 60 kg	1.800
Cana-de-Açúcar	Tonelada	4.700
Feijão	Saca com 60 kg	2.000
Mandioca	Tonelada	150
Milho	Saca com 60 kg	2.000.000
Café Beneficiado	Arroba	2.000

Fonte: IBGE – Sinopse – Estatística do Município de Campo Mourão (1950)

Em 1948 a produção extrativista foi de 30.000 quilos de erva-mate, 4.500 m³ de pinho, 900 m³ de peroba, 100 m³ de cedro e 713 m³ de madeiras diversas. Em relação aos animais existentes, haviam cerca de 5.000 cabeças de bovinos, 1.800 de equinos, 150.000 suínos, 1.800 caprinos, 1.800 muas e 2.000 patos, marrecos ou gansos.

Foi nesse cenário, aliado a soma de vários fatores tanto políticos, econômicos, como sociais, proporcionaram grande desenvolvimento para a região. Com a emancipação de Campo Mourão em 10 de outubro de 1947, nasce um novo momento, no qual principia a real estruturação e organização espacial dessa localidade.

A agricultura paranaense a partir da década de 1950 tinha como carro-chefe o café, com uma produção de mais de um milhão de toneladas. No ano de 1968, o estado era o maior produtor de café, algodão feijão, milho e batata inglesa e o segundo de soja e trigo do Brasil (SETTI, 2010).

De acordo com Padis (1981), o café chegou no Paraná desde o início dos anos de 1920, porém a produção estava nas áreas próximas a Curitiba em direção ao litoral e a Ponta Grossa, em regiões em que o solo e o clima eram impróprios. Quando a cultura adentra as áreas recém colonizadas no norte paranaense, “o desenvolvimento da cafeicultura é tão rápido e fulminante que em pouco tempo (nos anos de 1950) a região torna-se a principal produtora do país” (FAJARDO, 2008, p. 127).

A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura do estado de São Paulo, que encontrou gigantescas extensões de terras roxas que são ideais para o cultivo dessa cultura, além de um clima mais propício (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Mesmo Campo Mourão não estando localizada geograficamente no norte paranaense, sofreu interferência direta dos pioneiros, que primeiramente se instalaram na região de Londrina, depois de Maringá. O arranjo territorial composto pelos núcleos urbanos próximos interligados por ferroviários e estradas, além de toda estrutura montada para atender a colonização da região norte ajudaram a definir a colonização de Campo Mourão e sua realidade agrícola, já que a mesma ainda se encontrava isolada do restante do Paraná.

No final dos anos de 1960, Campo Mourão ainda estava sendo desbravado, correspondendo uma das últimas fronteiras agrícolas de terras mecanizáveis a serem exploradas no Paraná. Contudo, a acidez do solo atribuído ao latossolo roxo, profundo, de textura argilosa, dificultou esse processo, que logo foi corrigido (SETTI, 2010).

Na mesma década se instalou em Campo Mourão a Acarpa, que segundo Setti (2010, p. 28) “atuava basicamente na assistência técnica ao produtor, na promoção social e na organização rural”. A entidade ficou responsável por fazer um levantamento da realidade rural de Campo Mourão, indicando os seguintes números referentes à agricultura do município na safra de 1966/67 (Tabela 05).

Tabela 05 – Números Referentes à Agricultura em Campo Mourão na Safra 1966/67

Área Rural Total	214.218 hectares
Área de Matas	40.971 hectares
Propriedades Agrícolas	3.442 unidades
Área Média das Propriedades	55,76 hectares
Arados de Tração Animal	2.164 unidades
Animais de Tração	5.703 unidades
Carroças	771 unidades

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Setti (2010).

A tabela anterior demonstra que a agricultura em Campo Mourão era ainda exercida, na maioria das propriedades, de forma tradicional, baseada na força animal e humana. Em 1970 o município contava com apenas 295 tratores e 78 máquinas de plantio ou colheita. Uma década depois esse número passou para 1502 e 1525 respectivamente, representando um aumento de 409,1% do número de tratores e 1.855% de máquinas de plantio ou colheita (ANDRADE, 2013).

Ainda sobre o levantamento, ele indicou que 50% das propriedades rurais possuíam menos de 100 hectares, 84% eram exploradas diretamente pelos proprietários e a suinocultura era atividade principal ou secundária de 2.287 produtores. O uso de adubos e do calcário para correção da acidez do solo não eram adotados em nenhuma propriedade, evidenciando a falta de conhecimento dos agricultores sobre a terra em que estavam trabalhando.

Na década de 1960 a agricultura mourãoense se baseava principalmente nas culturas do milho, feijão, café e arroz, ocupando a maior parte da área agrícola de Campo Mourão. Contudo, seguindo uma tendência nacional, a soja ganhou espaço nesse cenário e passou a ser a maior cultura em termos de área plantada, como observa-se na tabela 06.

Tabela 06 – Principais Culturas e suas Áreas Plantadas ou Produção em Campo Mourão entre 1960 a 1980

Produto	Unidade	1960	1970	1980
Banana	Hectare	311	125	6
Café	Hectare	26.048	4.960	2.908
Laranja	Hectare	47	71	8
Algodão	Hectare	4.703	9.294	2.868
Arroz	Hectare	9.582	18.321	2.493
Feijão	Hectare	17.329	14.619	1.418
Milho	Hectare	41.385	30.952	15.241
Trigo	Hectare	572	2.809	35.787
Hortelã	Tonelada	4.496	459	-
Soja	Tonelada	-	4.340	75.469

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE - Censo Agrícola do Brasil (1960); Censos Agropecuários do Brasil (1970; 1980).

A tabela acima evidencia a inserção da soja como principal cultura de Campo Mourão, além do vertiginoso crescimento da área plantada do trigo. Houve também a diminuição de culturas consideradas fortes na região, como o do arroz, do feijão, do café e do milho.

Essa substituição pela soja teve alguns agentes e fatores responsáveis, como a modernização da agricultura que impôs a substituição de culturas, avanço do mercado interno e políticas públicas, como afirma Campos (2010, p. 03):

A soja foi a cultura eleita como “carro chefe” das mudanças na base técnica da produção, desencadeada a partir de meados da década de 1960. Nesse contexto, políticas agrícolas foram sendo transformadas em instrumentos de apoio à soja (crédito rural, estoques reguladores, política tecnológica, política de preços mínimos, entre outras ações) e os produtos privilegiados desse processo são aqueles voltados para a exportação. A expansão da demanda internacional por soja posteriormente avançou para o mercado interno, substituindo os óleos de amendoim e algodão, a gordura de coco e de banha de porco (CAMPOS, 2010, p. 03).

Também foi nos anos de 1970 que se consolidou a avicultura industrial, contudo, sua instalação ocorre na passagem dos anos de 1950 para 1960, provocando assim o aumento da demanda de farelo de soja para ração animal no mercado interno.

Em relação a criação de animais, houve uma queda expressiva na avicultura e suinocultura, forte desde o povoamento do município. Ocorreu também a diminuição da criação de equinos, dado que os mesmos foram substituídos pelo maquinário na parte de produção (Tabela 07).

Tabela 07 – Criação de Animais em Campo Mourão entre 1960 a 1980

Animal	Unidade	1960	1970	1980
Bovinos	Cabeça	45.978	49.376	51.385
Equinos	Cabeça	15.521	7.821	3.056
Suínos	Cabeça	177.022	70.240	27.179
Aves*	Cabeça	705.878	342.707	148.752

* Considerando Frango, Galinha, Codorna, Pato, Marreco, Ganso e Peru

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE - Censo Agrícola do Brasil (1960); Censos Agropecuários do Brasil (1970; 1980).

Campo Mourão atualmente é o município com o maior número de habitantes da mesorregião Ocidental Paranaense, estando também na 21ª posição em relação ao Paraná e 327ª posição em relação ao Brasil (IBGE, 2013). Em 1970, a maior parte da população de Campo Mourão morava no campo, sendo a taxa de urbanização de apenas 36,02%. Com o êxodo rural, que ocorre em razão da modernização da agricultura, a população migra para a cidade (MORO, 1998). Assim, em 1980 a taxa de urbanização aumenta para 65,60%. Em 1991, para 90,46% e em 2010 atinge a marca de 94,81% (Tabela 08).

Tabela 08 – População do município de Campo Mourão, dividido por população residente na zona urbana e zona rural: 1970 a 2010

Período	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
P. Urbana	27.780	36,03%	50.366	65,60%	70.498	90,46%	74.754	92,88%	82.676	94,82%
P. Rural	49.336	63,97%	26.409	34,40%	7.432	9,54%	5.722	7,12%	4.518	5,18%
Total	77.118	100%	76.775	100%	77.930	100%	80.476	100%	87.194	100%

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE – Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000 e 2010).

Esse contingente populacional oriundo do campo trouxe inúmeros problemas urbanos para Campo Mourão, que viu sua população urbana superar a rural ainda na década de 1980. Segundo Costa (2009), na década de 2010, a população mais pobre diminuiu a sua participação na renda e a população mais rica elevou sua participação. Enquanto os 20% mais pobres da população viram sua participação na renda cair de 3,7% para 2,9%; os 20% mais ricos elevaram sua participação de 59,2% para 62,5%. A elevada concentração da renda em Campo Mourão é reflexo do modelo de desenvolvimento econômico aplicado na região a partir da década de 1970, levando a uma redução das pequenas propriedades familiares e a ampliação das médias e grandes propriedades rurais. A maioria das terras encontra-se concentrada nas mãos de um reduzido número de famílias que concentram a renda, enquanto que a maior parte da população (80% mais pobres) possuem apenas 37,5% da renda (COSTA, 2009).

De acordo com os Censos Agropecuários do Paraná (1970, 1975 e 1980), a mesorregião Centro Ocidental Paranaense possuía 54.982 estabelecimentos agropecuários em 1970, passando para 40.069 em 1975, representando uma diminuição de 27,1%. Já em 1980 haviam 32.395 estabelecimentos, 41% a menos que em 1970 e 19,1% comparado com 1975. O tamanho médio das propriedades aumentou 30,5% de 1970 a 1975, passando de 17,60 ha, para 25,34 ha.

Em suma, a cidade não tinha condições, como ainda não, suficientes para absorver toda a mão-de-obra disponível proveniente do campo, ocorrendo assim um empobrecimento de grande parte da população e com isso a degradação da vida urbana.

1.5.2 Dinâmica Populacional e Produção do Espaço de Goioerê

O município de Goioerê está localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, fazendo parte do terceiro planalto paranaense, denominado de Planalto de Guarapuava. Encontra-se a uma altitude média de 505 metros acima do nível do mar e apresenta as seguintes confrontações: Moreira Sales ao Norte, Janiópolis a Leste, Rancho Alegre do Oeste ao Sul, Quarto Centenário a Sudoeste, Mariluz a Noroeste e Formosa do Oeste a Oeste e está distante a 517 km da capital Curitiba. Sua área territorial corresponde a 564,163 km² e sua população total é de 29.018 habitantes, no qual 25.242 vivem na área urbana, correspondendo a 87% de toda população e 3.776 na área rural, correspondendo a 13%. O grau de urbanização da cidade é de 86,99% (IPARDES, 2013).

Em 10 de agosto de 1955, através da Lei Estadual nº 48, foi criado o município de Goio-erê¹⁶, sendo este instalado em 14 de dezembro de 1956, tendo como primeiro prefeito Francisco Scarpari, que foi o único candidato naquela eleição.

Francisco Scarpari Neto¹⁷, que tinha seus avós e pais como pioneiros, apontou, durante entrevista¹⁸, que para a criação da sede do município foi realizado um estudo por sua família, que escolheu uma colina para fixar a fazenda e a futura cidade. A escolha se deu em virtude dos cafezais que não poderiam ser plantados em áreas baixas, pois as chances de geadas seriam bem maiores. As áreas de vale serviram de plantações de culturas mais aptas as baixas temperaturas, como o trigo. A partir de então, Goioerê sofreu um rápido processo de povoamento, graças as mudanças no cenário agrícola brasileiro

Com a criação oficial do município, Goioerê foi atraindo moradores de diversas regiões brasileiras, contudo foi constituído principalmente com a colonização de duas frentes, uma vinda do Sul e outra do Norte. Segundo Onofre (2005, p. 123):

A primeira, frente, refere-se às populações colonizadoras que se deslocaram de antigas fazendas do café que não deram certo, sobretudo a população das fazendas da região de São Paulo e Minas Gerais. A segunda frente estava composta por colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ONOFRE, 2005, p. 123).

¹⁶ Em 9 de dezembro de 1988, o então governador Álvaro Dias sancionou a lei que denominava o município de Goio-erê para Goioerê.

¹⁷ Francisco Scarpari Neto nasceu em 16 de março de 1954 em São Paulo/SP. É formado em Engenharia Agrônômica pela UFPR - Curitiba/PR, trabalhou na Acarpa em Terra Rica/PR e foi Chefe de Departamento Técnico de 1978-1980 da Coagel e presidente de 1985-1996.

¹⁸ Entrevista realizada em julho de 2015 em Goioerê/PR.

Com a chegada dessas frentes, verificou-se em Goioerê um acelerado crescimento populacional, que por um lado contribuiu para o desenvolvimento econômico regional. As taxas de crescimento populacional do município aumentaram significativamente entre a década de 1960 até 1975, período em que a população total, de acordo com os respectivos Censos Demográficos, saltou de 23.660 para 100.360 habitantes. De 1975 em diante houve um acentuado declínio populacional, e atualmente não passa de 30 mil habitantes (Tabela 09).

Tabela 09 – População do município de Goioerê, dividido por população residente na zona urbana e zona rural: 1970 a 2010

Período	1970	%	1980	%	1991	%	2000*	%	2010	%
P. Urbana	13.726	18,08%	22.910	46,19%	29.827	66,13%	24.534	82,47%	25.242	87,00%
P. Rural	62.202	81,92%	26.690	53,81%	15.277	33,87%	5.216	17,53%	3.776	13,00%
Total	75.928	100%	49.600	100%	45.104	100%	29.750	100%	29.018	100%

*Foram emancipados os distritos de Rancho Alegre do Oeste em 1992 e de Quarto Centenário em 1996, que somavam uma população total de 8.510 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2000)

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE – Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000 e 2010).

Em 1975, Goioerê atingiu seu ápice populacional, com uma população de 100.306 habitantes¹⁹, graças aos cultivos de café, hortelã e algodão, que empregava grande número de mão de obra. Tal fato se comprova, com o elevado número de pessoas vivendo na área rural, 82% em 1970 e 54% em 1980.

A principal atividade agrícola de Goioerê do início da colonização até meados da década de 1970 foi a cafeicultura, que apesar do desenvolvimento de outras culturas, como a do algodão e de hortelã, o denominado “ouro verde”, era o carro-chefe da economia municipal e responsável pelo grande fluxo migratório de paulistas, mineiros, nordestinos e catarinenses para a região (PAZ JÚNIOR, 2003).

Com a grande geada de 1975 que destruiu os cafezais de todo Paraná, os agricultores de Goioerê buscaram novas culturas, diversificando a economia. De acordo com Paczyk (2009, p. 2) “logo após a geada negra de 1975, que destruiu diversos pés de café, o solo foi ocupado por outras culturas, um marco para a economia paranaense que deixou a monocultura do café, passando a diversificar as plantações agrícolas”.

Ao final do ano de 1975, o município possuía 3.040 propriedades de terras, com produção de 17 toneladas de mandioca, 24 toneladas de cana-de-açúcar, 102 toneladas de batata, 375 toneladas de amendoim, 1.022 toneladas de hortelã, 1.163 toneladas de feijão,

¹⁹ IBGE – Expectativas Populacionais Municipais de 1975.

3.983 toneladas de arroz, 5.546 toneladas de milho, 6.430 toneladas de café, 22.412 toneladas de algodão e 33.720 toneladas de soja, entre outros²⁰.

Tais mudanças em relação a agricultura municipal podem ser entendidas através da tabela 10, que evidencia o aumento da produção da soja e do algodão, no qual o município se tornou o maior produtor no Paraná em 1980, como o declínio de outras culturas, como café, arroz e hortelã.

Tabela 10 – Principais Culturas e suas Áreas Plantadas ou
Produção em Goioerê entre 1960 a 1980

Produto	Unidade	1960	1970	1980
Banana	Hectare	6	18	23
Café	Hectare	6.641	3.234	2.969
Laranja	Hectare	3	11	29
Algodão	Hectare	1.597	21.717	22.298
Arroz	Hectare	4.481	4.306	1.096
Feijão	Hectare	2.936	8.162	1.802
Milho	Hectare	2.963	11.150	4.003
Trigo	Hectare	-	1.499	17.027
Hortelã	Tonelada	30	10.892	210
Soja	Tonelada	-	4.618	26.352

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE - Censo Agrícola do Brasil (1960); Censos Agropecuários do Brasil (1970; 1980).

Já em relação a criação de animais, Goioerê em 1980 era o maior criador de bovinos e de aves de toda mesorregião. Contudo houve a diminuição da criação de equinos e suínos, conforme a tabela 11.

Tabela 11 – Criação de Animais em Goioerê entre 1960 a 1980

Animal	Unidade	1960	1970	1980
Bovinos	Cabeça	8.020	29.386	69.691
Equinos	Cabeça	821	3.962	3.159
Suínos	Cabeça	14.673	35.543	20.239
Aves*	Cabeça	65.177	230.844	186.167

* Considerando Frango, Galinha, Codorna, Pato, Marreco, Ganso e Peru

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE - Censo Agrícola do Brasil (1960); Censos Agropecuários do Brasil (1970; 1980)

²⁰ IBGE – Censo Agropecuário de 1975.

O sucesso no campo refletiu diretamente na cidade, com a expansão do comércio e dos serviços, chegando a ter 370 estabelecimentos ligados ao setor de serviços (Tabela 12).

Tabela 12 – Dados Gerais sobre os Serviços em Goioerê em 1980

Serviços	Estabelecimentos	Empregos
Alojamento e Alimentação	177	380
Reparação, Manutenção, Instalação e Confeção sob medida	117	301
Pessoais e de Higiene Pessoal	38	64
Rádiodifusão, televisão e diversos	4	22
Auxiliares diversos	38	144
Compra, Venda, Administração e Locação de Bens Imóveis	5	9
Total	379	920

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE - Censo Demográfico do Brasil (1980).

Esse fortalecimento do campo fez surgir na malha urbana um comércio de peças, insumos, sementes, maquinários, entre outros, modelando as configurações espaciais e sociais da cidade (Figura 05).

Ainda hoje, as atividades relacionadas ao campo movimentam o comércio da cidade, a circulação de mercadorias e pessoas durante o ano todo. Assim, os pequenos municípios possuem sua relevância, haja vista que estão centradas no meio rural, contribuindo dessa maneira para a produção, distribuição e consumo de produtos.

Figura 05 – Empresas do Setor Agrícola situadas na Malha Urbana Compacta de Goioerê



A) Auto Agrícola Goioerê B) Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda C) M.A. Máquinas

Fonte: Organizado pelo autor.

De acordo com Priori *et al.* (2012), o aumento da tecnologia no âmbito rural trouxe consequências na dinâmica social, tanto da cidade como do campo. Com o crescente número e utilização de maquinário agrícola, além de outros implementos e insumos, eliminou muitos empregos rurais, ocasionando a migração em massa para as cidades. Esse movimento é chamado de êxodo rural, no qual a população excluída se direciona para cidades de maior porte na região.

Foi no final da década de 1970, que houve um aumento do êxodo rural para outras regiões do Brasil, principalmente para a região Centro-Oeste (MAGALHÃES, 1998). O novo modelo de uso do solo e a falta de alternativas para o desenvolvimento resultou em diminuição acentuada de população, que viu na migração para os centros urbanos maiores uma saída para o desemprego em que se encontravam (COSTA E ROCHA, 2009).

É a chamada modernização excludente do setor agropecuário. De acordo com o IPARDES (2013, p. 63):

A transformação tecnológica dos processos produtivos e a mudança na pauta de cultivo regional ocorreram simultaneamente, quase como condição uma da outra. Esse processo, caracterizado pelo tripé da modernização agrícola (mecanização, melhoramento genético das sementes e insumos químicos, para elevação da fertilidade dos solos e controle das pragas e doenças) alterou a trajetória produtiva, econômica e populacional da região. A soja, trigo, algodão e mais recentemente o milho se expandiram acentuadamente. O Estado viabilizou e incentivou esse processo via investimentos em infraestrutura e crédito, que possibilitou o surgimento das agroindústrias, inclusive através do movimento cooperativista. Como resultado, a região modernizada passou a expulsar população (IPARDES, 2013, p. 63).

De 1980 a 2000, ocorreu uma diminuição da população rural do município, associada às mudanças estruturais na economia que afetaram diretamente o setor agrícola, juntamente com o processo de urbanização e industrialização, o que dá continuidade à evasão da população rural. Outros fatores que motivaram esse declínio foram as emancipações dos distritos de Rancho Alegre do Oeste em 1992 e de Quarto Centenário em 1996²¹, tendo sua área reduzida para as atuais 564,163 km².

No início da década de 1990, Goioerê era considerado o maior produtor nacional de algodão, com mais de 44 mil hectares cultivados. Contudo, com o surgimento de algumas pragas, até então não conhecidas, políticas governamentais falhas, além de preços desestimulantes, já em 1993, o algodão passou a ser uma cultura secundária, tendo pouca importância no final do milênio (PAZ JÚNIOR, 2003).

²¹ O Censo Demográfico de 2000 apontou que as populações de Rancho Alegre do Oeste e Quarto Centenário, respectivamente eram de 3.177 e 5.333 habitantes.

O “ouro branco” ajudou no desenvolvimento da cidade, com a instalação do curso de Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, no recém-inaugurado Campus Regional de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM em 1992²².

Em 1997, foi fundado a Sintex Tinturaria Industrial Ltda, que prestava serviços de tingimento e acabamento de malhas para terceiros, contando com uma capacidade de 350 toneladas por mês²³. Outras empresas no ramo de confecção também se instalaram na região, trazendo a industrialização para a cidade.

A partir dos anos 2000, a população goioerense se manteve quase que estagnada, com um leve declínio nesse período, contudo nos últimos 4 anos está ocorrendo um aumento populacional de 2,5%, de acordo com a estimativa população do IBGE²⁴.

Com relação à distribuição da população por setores da economia no município de Goioerê, o predomínio do número de pessoas ocupadas está no comércio, agricultura e pecuária. Em compensação, os setores da indústria de transformação não representam nem 25% dos mencionados anteriormente, conforme mostra a tabela 13.

²² O projeto de extensão universitária da UEM em Goioerê começou a ser discutido em 1986, sendo consolidado em 1992, através da formação do consórcio Intermunicipal de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e ao Ensino Superior do Vale do Piquiri.

²³ Sintex. Disponível em: <<http://www.sintextinturaria.com.br>>. Acesso em: 25 de mai. 2015.

²⁴ IBGE – Estimativas da População para Estados e Municípios, 2014.

Tabela 13 – População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas em 2010

Atividades Econômicas	Nº de Pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.032
Indústrias de transformação	1.395
Eletricidade e gás	53
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	45
Construção	1.081
Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	3.448
Transporte, armazenagem e correio	322
Alojamento e alimentação	420
Informação e comunicação	200
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	81
Atividades imobiliárias	37
Atividades profissionais, científicas e técnicas	304
Atividades administrativas e serviços complementares	235
Administração pública, defesa e seguridade social	638
Educação	894
Saúde humana e serviços sociais	409
Artes, cultura, esporte e recreação	65
Outras atividades de serviços	483
Serviços domésticos	1.367
Atividades mal especificadas	437
Total	13.945

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IPARDES – Caderno Estatístico do Município de Goioerê (2013).

Tais dados afirmam que Goioerê, mesmo tendo uma taxa de urbanização de 86,99%, ainda possui estreita relação com o campo, pois existe uma mobilidade frequente da população da área rural para a área urbana, seja para atender suas necessidades de compras, como de serviços bancários, educação, saúde, entre outros.

Todo o processo de modernização da agricultura que promoveu desde a mecanização até a industrialização da produção, foi um dos fatores de grande influência sobre o processo de urbanização, já que expulsou trabalhadores do campo para a cidade e acelerou o movimento de transferência da residência dos antigos proprietários de terra, agora empresários rurais, para a zona urbana (BRIDE E SOARES, 2003). Em contrapartida da mobilidade campo/cidade, ocorre uma mobilidade cidade/campo, com os moradores da área urbana que possuem ou trabalham em propriedades rurais.

Todas transformações ocorridas em Goioerê desde sua fundação são visíveis através da análise da paisagem rural, como da urbana. No campo, o trabalho braçal foi substituído por um maquinário moderno, as moradias, agora se assemelham com as encontradas na cidade. Já

a cidade teve mudanças na sua estrutura física e socioeconômica, logo que sua forma foi configurada e pensada com as necessidades dos seus cidadãos, como da própria população rural.

1.6 O Processo de Fundação da Coamo Agroindustrial Cooperativa

A Coamo Agroindustrial Cooperativa foi fundada no município de Campo Mourão – PR em 28 de novembro de 1970, recebendo a denominação de Cooperativa Agropecuária Mourãoense²⁵. Sua idealização surgiu em um período em que o ciclo da madeira tinha se encerrado na região, e era necessário o desenvolvimento de uma prática agrícola mais eficiente e consolidada (AZEVEDO E SHIKIDA, 2004).

De acordo com Setti (2010), em 1967 Campo Mourão possuía apenas uma máquina de moer café, uma de algodão e um posto de compra de milho, com capacidade de armazenamento de apenas 20 mil sacas. A Companhia Estatal de Silos e Armazenagem (COPASA) possuía armazéns na cidade com capacidade de 85 mil sacas, contudo atendia toda a região, não suprimindo o déficit. Outro ponto crucial era a venda de insumos agrícolas e veterinários, no qual as três casas revendedoras, mais a estatal Café do Paraná, não conseguiam atender a demanda, dificultando a vida dos produtores rurais. O município possuía também seis agências bancárias que atuavam no financiamento do plantio, maquinários e benfeitorias, mas havia uma grande dificuldade do agricultor chegar a fonte financiadora.

Contudo, a maior dificuldade encontrada estava na comercialização da safra, que com poucos compradores e poucas opções de processamento da produção acarretava uma grande oscilação de preços, como salienta Acarpa (1968, p. 3) através do Relatório da Realidade Rural de Campo Mourão:

A comercialização dos produtos agrícolas é realizada por 58,8% dos agricultores na propriedade, 36,2% no comércio de Campo de Mourão e 5% em outros centros comerciais. Analisando os dados acima se verifica que a grande percentagem de agricultores vende o produto na propriedade, concluindo-se que as vendas eram realizadas a intermediários que eram realmente, os que travaram o processamento normal da comercialização da produção (ACARPA, 1968, p. 3).

²⁵ Em 2003 a denominação social passou para Coamo Agroindustrial Cooperativa.

O então engenheiro agrônomo José Aroldo Gallasini, que chegou em Campo Mourão em 29 de maio de 1968 para atuar no escritório da Acarpa, ao analisar a realidade rural para planejar as atividades de extensionista rural percebeu a possibilidade de montar uma cooperativa. Assim em 1970, na Associação Atlética Banco do Brasil, em Campo Mourão, 79 adeptos formalizaram a cooperativa, subscrevendo um total de Cr\$ 37.540,00 de capital, o equivalente a 200 salários mínimos da época (SETTI, 2010).

A primeira diretora formada pela Coamo, teve como presidente Fioravante João Ferri; vice-presidente Gelindo Stefanuto; membros efetivos Jorge Garcia Árias, Rosalino Manuseto Salvador, Susumo Takasu; membros suplentes José Binote, Sebastião Evangelista Bezerra, Martin Kaise; Conselho fiscal Odonel Procópio de Oliveira, Joaldo Saran, Theodoro de Andrade, Emílio Gimenes, Lourenço Tenório Cavalcante e Armindo Appelt (SETTI, 2010).

O surgimento da cooperativa foi um marco para toda região, pois introduziu novos produtos e técnicas de cultivo, estimulando a produção de trigo nos anos de 1970 e logo em seguida da soja. Outro fator responsável pelo êxito inicial da Coamo também se deu graças aos estímulos ao setor cooperativista a partir da “Política Nacional de Cooperativismo” definida pela Lei nº 5.764, que entrou em vigor no ano de 1971.

A Coamo instalou em Campo Mourão na Avenida Irmãos Pereira seu escritório com 50 m² e contratou seus três primeiros funcionários, para realizar os serviços de caixa, contabilidade e cadastramento (SETTI, 2010). Porém, com a primeira safra (1971) surgiram os primeiros problemas, como a demora na recepção e a falta de armazéns, conforme Coamo (2016, p. 01):

Para resolver a situação e prevendo o aumento de área e produtividade a diretoria promoveu em 06 de novembro de 1971 a sua primeira Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com o objetivo de obter autorização para contratação de financiamento junto ao BRDE para a construção de um armazém de fundo plano com 2.250 metros quadrados, além de escritório, secadores e balança. Com grande número de autoridades, os 68 cooperados presentes à assembleia aprovaram a contratação do financiamento que foi liberado sem restrições, tendo em vista o conceito e a organização da Coamo (COAMO, 2016, p. 01).

Uma das suas primeiras operações em relação à safra 1971/1972 foi a aquisição de 5.110 sacas de semente selecionada de soja precedente do Rio Grande do Sul, 120 sacas de semente de milho, 6.500 pacotes de inoculante e 49.900 sacos vazios²⁶ para serem fornecidos aos associados, que já somavam 153 (SETTI, 2010).

²⁶ Naquela época, a colheita de soja e trigo eram ensacadas.

De acordo com o balanço do exercício de 1971 (Tabela 14), os cooperados entregaram naquele ano 194.391 sacas de trigo, o que rendeu um faturamento global de Cr\$ 6.580.599,81. Vale ressaltar que naquele ano a Coamo só comercializava trigo e forneciam insumos.

Tabela 14 – Resumo do Balanço do Exercício de 1971 da Coamo

Item	Cr\$ (Cruzeiro) Dez 1971
Capital Subscrito	226.730,57
Fundo de Reserva	9.895,12
Fundo de Desenvolvimento	29.685,37
Fundo de Capital de Giro	15.000,00
Fundo de Aumento de Capital Social	19.790,25
Fundo de Reserva Geral	14.685,40
Sobras Líquidas	98.951,25

Fonte: Organizado pelo autor a partir do Balanço de Exercício da Coamo de 1971.

Em 1972, o escritório da Coamo passou de 50 m² para instalações próprias em uma área construída de 130 m², contando com salas de contabilidade, administração, escritório geral e assistência técnica. Anos depois passou para 517 m². Nesse mesmo ano, a evolução do patrimônio líquido aumentou 176%, chegando a marca de Cr\$ 1.209.230,22, o do capital subscrito em 73,63%, ou Cr\$ 393.660,00, com uma sobra líquida de Cr\$ 660.779,70. O número de cooperados em dezembro de 1972 era de 529 (SETTI, 2010).

Apesar dos problemas enfrentados na época, como falta de armazéns e até mesmo de logística, a cooperativa seguiu crescendo, fato que será discutido mais adiante. Atualmente, a Coamo é a maior cooperativa da América Latina, estando presente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, com 116 unidades e mais de 26 mil associados.

1.7 A História da Coagel: Cooperativa Agroindustrial de Goioerê

O processo de criação da Coagel ocorreu por meio da união de 40 produtores rurais da microrregião de Goioerê, que se consideram no contexto capitalista como explorados pelos mediadores de escoamento de produção, no caso o algodão. Também havia a necessidade de melhorar a tecnologia para aumentar a produção, dado que o investimento em tecnologia na época era muito caro e acima de tudo, esses investimentos só eram obtidos nos grandes centros de produção, que estavam distantes da região.

O café já era uma cultura decadente em Goioerê e era cultivado predominante nas regiões baixas. Já o algodão estava em forte ascensão, sendo cultivada pelos pequenos e grandes proprietários de terra. Outros problemas enfrentados eram a falta de armazéns²⁷, sendo que os mais próximos estavam a 60 km, no município de Campo Mourão, como a precária assistência técnica, que em muitas propriedades nem existia. A falta de armazéns, aliado as dificuldades de escoamento, já que Goioerê está longe dos portos e das linhas férreas, fez com que alguns produtores pensassem em trazer uma cooperativa para iniciar suas atividades em Goioerê, e depois expandir para outros municípios, contudo a instalação dessa cooperativa na região foi considerada inviável economicamente pelas poucas cooperativas agropecuárias já instaladas na região (PAZ JÚNIOR, 2003).

Foi com a iniciativa do então engenheiro agrônomo Benjamin dos Santos, com a ajuda de Cristiano Daher, ambos da Acarpa, que a criação de uma cooperativa em Goioerê começou a ser pensada (PAZ JÚNIOR, 2003). Assim, em 22 de junho de 1974 foi fundada a Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda – Coagel, com sede na cidade de Goioerê, tendo como objetivo principal, afastar os intermediários que dominavam a comercialização de produtos agrícolas. Esses intermediários, conhecido como atravessadores de produção, eram de famílias tradicionais da cidade, donos de grandes propriedades de terra, com escritórios chamados de “cerealistas” espalhados principalmente na região da Avenida Moisés Lupion. As maiores cerealistas na época eram a Rochedo, Pimentel e a Algodoeira Goioerê, pertencente ao Grupo Okamoto. De acordo com Hespagnol e Costa (1995, p. 375):

[...] até o início dos anos 1970 todos os produtos agrícolas paranaenses, com exceção do café, eram comercializados por uma rede de intermediários entre produtores e comerciantes; estes formavam lotes para os atacadistas instalados nas cidades que dispunham de alguma infraestrutura de serviços (HESPANHOL E COSTA, 1995, p. 375).

O primeiro presidente foi o agricultor Antonio Sestak, que nasceu em Moror, Hungria, porém se naturalizou iugoslavo ainda criança e veio para o Brasil em 1924, se instalando em Goioerê em 1950. Um ano mais tarde assumiu a presidência o agricultor Onive dos Santos, que ficou no cargo até outubro de 1977. No mesmo ano assumido o cooperado João Apoloni, tendo como vice Ignácio Mammana Neto até o abril de 1978, quando o último assumiu até

²⁷ A armazenagem no segmento agroindustrial é um elemento indispensável. Sendo esta constituída de distintas estruturas, a receber a produção de grãos, conservá-los em perfeitas condições técnicas por tempo determinado e, posteriormente, redistribuí-los chegando ao mercado consumidor, seja intermediário ou final (WEBER, 2001).

maio de 1985. Seu vice Francisco Scarpari Neto, assumiu o cargo, permanecendo na presidência até 1996.

Sucederam a Francisco Scarpari Neto, os cooperados Antonio Jesus Alves e Ishamu Shimizu, até 2001 quando assumiu Osmar Pomini até 2009, momento em que a Coagel foi arrendada e posteriormente comprada pela Coamo.

O primeiro prédio alugado era pequeno e se localizava em um galpão no centro da cidade, na atual Avenida 19 de Agosto. Na gestão de Onive dos Santos foi inaugurada as novas instalações na Avenida Santos Dumont, em qual já contava com uma rede de escritórios, armazenagem e insumos.

De acordo com o entrevistado Francisco Scarpari Neto²⁸, a produção de algodão aumentou consideravelmente e a Coagel teve que se adaptar à nova cultura, construindo armazéns e buscando novas variedades que se adaptassem ao clima e as pragas da região. Tal fato consolidou a cooperativa no cenário agroindustrial paranaense, sobretudo com a inauguração e operação da fiação da Coagel.

Até a incorporação da Coagel pela Coamo, a cooperativa contava com uma unidade administrativa em Goioerê (sede), uma usina de algodão, uma fiação de algodão e a unidade Fazenda Coagel, local onde era realizado pesquisas com a participação da Embrapa, Ocepar, entre outras. Possuía também entrepostos em Quarto Centenário e em seu distrito de Bandeirantes do Oeste; Janiópolis e em seu distrito de Arapuã; Rancho Alegre do Oeste; Mariluz; Alto Piquiri e em seu distrito de Paulistância; Moreira Sales; Brasilândia do Sul; Umuarama e Cruzeiro do Oeste, todas no estado do Paraná. Na região Centro-Oeste possuía um entreposto em Chapadão do Sul, no Mato Grosso do Sul, região que na década de 1990 o algodão passou ser o carro-chefe.

²⁸ Idem subitem 17.

1.8 Considerações do Capítulo

- As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela modernização da agricultura brasileira, com uma transformação em sua base técnica e uma intensa inserção aos setores industriais, além de um novo padrão tecnológico. Também houve um maior desenvolvimento das relações capitalistas no campo, no qual se encontrou um dinamismo que foi alavancado a partir de 1965 com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

- Foi no final da década de 1960 que houve a constituição do Complexo Agroindustrial, no qual arrancou o processo de industrialização do campo brasileiro. Mas foi na década de 1970, que ocorreu a integração intersetorial entre os três setores principais: as indústrias, a agricultura moderna e as agroindústrias processadoras.

- A integração da agricultura e da indústria, não significa que a agricultura se constitui num ramo industrial, mas o que torna um setor de uma especificidade do sistema capitalista moderno, ou seja, a ideia de CAI marca justamente a mudança em que a agropecuária deixa de ser um pólo econômico e passa a ser apenas mais um elemento de um enorme complexo controlado pelo capital financeiro.

- A década de 1970 foi um período próspero para a agricultura e para as cooperativas, com destaque para a política de crédito adotada pelo governo federal, que condicionou tal crescimento.

- A expansão das cooperativas agropecuárias no Brasil se deu graças aos incentivos externos, como as políticas adotadas a partir de 1960, como o Decreto Lei nº 59/66 e a Lei nº 5.764/71.

- A mesorregião Centro Ocidental Paranaense sofria com o gargalo da comercialização de sua safra e com os atravessadores. Com a criação das cooperativas, esse problema foi diminuído, contudo alguns problemas continuaram.

- Campo Mourão e Goioerê são as principais cidades da região e cumprem o papel de pólo financeiro e de serviços as demais cidades ao seu entorno. Em relação a agricultura, é o distribuidor de maquinário e demais tecnologias para o campo.

Capítulo 2

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ECONÔMICO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PLANO REAL

A agricultura mundial passou por grandes modificações a partir da Segunda Guerra Mundial, graças a uma sequência de transformações decorrentes do processo de modernização, que consistiu na utilização de máquinas e implementos agrícolas, insumos e novas técnicas de manejo, aumentando a produtividade.

No Brasil não foi diferente, e hoje o setor agrícola é considerado um dos mais importantes setores da economia nacional, já que o mesmo movimenta um grande capital, apresentando uma ampla participação na balança comercial. Em relação a sua cadeia produtiva, impulsiona outros setores, como de maquinários e implementos, sementes e insumos, entre outros.

Se por um lado a agricultura cresceu a ponto de ser um dos propulsores do crescimento econômico brasileiro, do outro, os produtores rurais tiveram que criar mecanismos para concorrer no mercado tão acirrado contra as grandes empresas, e assim surgiram as cooperativas agropecuárias, que buscavam unir os interesses dos agricultores, representando de forma concreta aos interesses dos cooperados.

Contudo, as transformações econômicas, tanto mundiais, como nacionais, aliadas as transformações políticas, fizeram rupturas na configuração da agricultura brasileira nas últimas décadas do século XX.

Com a crise na agricultura instaurada no final da década de 1980, aliado com a criação do Plano Real na década de 1990, os agricultores, consequentemente as cooperativas sofreram com as novas políticas adotadas pelo governo, se endividando para tentar suprir as necessidades do mercado, que estava mais propício para as empresas de capital internacional.

Com o Plano Real a agricultura foi beneficiada pela queda da inflação, contudo, foi prejudicada pela maneira como se chegou à estabilização econômica. Segundo Panzutti (2008), em 1994 houve um crescimento relevante no volume de crédito aplicado na agricultura brasileira. Entre os anos de 1993 e 1994, o aumento foi de mais de 60% nos recursos aplicados, de R\$ 31,4 para R\$ 51,1 bilhões. Já para as cooperativas o crédito aumentou de R\$ 2,4 bilhões em 1993 para R\$ 4,1 bilhões em 1994, um aumento de 70%. O problema é que este quadro propício não se manteve por muito tempo.

A crise do México instaurada em 1995, ocasiona uma retirada pesada de capital do Brasil e as medidas tomadas pelo governo para a contenção desta fuga, como corte do crédito

e aumento da taxa de juros, lançaram a economia à recessão, prejudicando ainda mais a agricultura.

Assim, de 1994 para 1995 o crédito rural caiu de R\$ 51,1 para 23,2 bilhões (-54%). Em 1996 o valor caiu mais 12%, chegando a R\$ 20 bilhões. Para as cooperativas o crédito diminuiu cerca 60%, de 4,1 bilhões para R\$ 1,6 bilhão em 1995 (PADILHA, 2014).

Além da agricultura, toda a indústria interligada foi afetada, prejudicando as importações de insumos a produção interna de fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos.

2.1 Cenário agrícola brasileiro nas décadas de 1990 e 2000

Na década de 1990, a taxa de crescimento da economia brasileira foi insatisfatória, com taxas médias anuais de crescimento do PIB bem menores, se defrontadas com as décadas anteriores. Não foi diferente com o PIB da agropecuária, que apresentou taxa média de crescimento de 2,5% ao ano, bem abaixo da média de 4,2% entre 1955 à 1980, e de 4% nos anos oitenta²⁹.

O PIB agropecuário, do ano de 2000 até 2013, representou em média 5,58% do total do PIB brasileiro. Se comparado os valores, houve um aumento de 76,27% no mesmo período, chegando na casa de 240 bilhões de reais, conforme demonstra a tabela 15.

²⁹ Com base nos dados disponibilizados pelo IBGE.

Tabela 15 – PIB Agropecuário Brasileiro de 2000 a 2013 – Valores em Milhões de Reais – e Porcentagem em Relação ao PIB Total

Ano	PIB Agropecuário	%
2000	57.012,4375	5,51
2001	63.261,3538	5,64
2002	81.889,8054	6,43
2003	105.944,9486	7,19
2004	111.035,2885	6,68
2005	100.870,0026	5,47
2006	105.301,6154	5,14
2007	120.206,3710	5,19
2008	141.721,3151	5,40
2009	149.449,3183	5,25
2010	159.932,0000	4,84
2011	190.024,0000	5,11
2012	200.695,0000	4,91
2013	240.290,0000	5,29

Fonte: Organizado pelo autor a partir de IPEA (2016).

Para tentar sanar o quadro alarmante, em 1993 foi criado a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura (CPMI) pelos membros do Congresso Nacional, graças as pressões dos agricultores e da própria bancada ruralista. Alves (2003, p. 36) afirma que embora “o problema do endividamento agrícola não tenha sido sanado, ela colocou o tema sob os holofotes da imprensa, sendo trazido novamente, em decorrência dos impactos negativos exercidos pelo Plano Real sobre a agricultura brasileira”.

Com a implantação do Plano Real³⁰, durante a presidência de Itamar Franco, a agricultura se beneficiou, já que a inflação foi controlada, contudo, o cenário favorável não durou até o término de seu mandato. Singer (1998, p. 223) aponta que o plano “constitui a velha política econômica aplicada durante o regime militar e a Nova República, porém realizada com outros meios [...] tendo como objetivos primordiais evitar a crise cambial por meio do manejo da política econômica”.

Todas as medidas adotadas pelo Plano Real refletiram na agricultura, como o declínio do preço das terras e dos produtos agrícolas, graças ao crescimento dos juros e apreciação cambial. Entretanto essa valorização do câmbio e a abertura comercial permitiram ganhos em produtividade (BARBOSA E COUTO, 2008).

³⁰ Em 19 de maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado para o cargo de Ministro da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco, assumindo perante o país o compromisso de acabar com a inflação, ou pelo menos reduzi-la.

Segundo Leite (2000), as políticas de importações de alimentos contribuíram com a manutenção do valor da moeda e minimizar o risco de desestruturação do Real, mas foi decisivo para a oscilação do PIB agropecuário brasileiro, conforme demonstra a tabela 16.

Tabela 16 - Participação Relativa (Comparado com o PIB da Indústria e Serviços) e Taxa de Crescimento, em percentual, do PIB agropecuário no Brasil entre 1991 e 1999

Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Participação Relativa	7,79	7,72	7,56	9,85	9,01	8,32	7,87	8,42	8,26
Taxa de Crescimento	1,4	4,9	-0,1	5,5	4,1	3,1	-0,2	0	9

Fonte: Organizado pelo autor a partir de IBGE (2000).

Percebe-se que no ano de implantação do Plano Real, a taxa de crescimento aumentou em mais de 5%, já que o plano criou um ambiente favorável para investir na produção agrícola, além do crescimento do consumo de alimentos guiado pelo poder de compra.

O Plano Real causou uma queda considerável nos preços e um aumento na demanda e reestruturação do crédito, já que com a inflação em alta era quase impossível obter crédito. Contudo, depois de algum tempo o Plano Real se tornou uma armadilha para o crescimento da economia brasileira (SINGER, 1998).

Em 1995 o México passa por uma crise que refletiu principalmente nas economias emergentes, aumentando o risco cambial dos investimentos nos países latinos, fazendo com que os investidores vendessem seus ativos, resultando na fuga de grandes volumes de capitais dessas economias (BASTOS, 2002).

Com essa fuga do capital estrangeiro, aliado as medidas adotadas pelo governo federal para evitar essa retirada (aumento da taxa de juros e corte do crédito), a economia brasileira entra em recessão, deteriorando ainda mais a agricultura. De acordo com Padilha (2014, p. 58), esse “desmonte das políticas agrícolas, que já haviam começado, continuou e se tornou ainda mais intenso”.

As altas taxas de juros inibiram o consumo e penalizaram o setor agrícola, como o resto da economia. A valorização da taxa de câmbio real e a política de liberalização das importações reduziram a rentabilidade das atividades agrícolas. Esse fato afetou as vendas de produtos ligados a agricultura, provocando assim um endividamento do setor, que não alcançou receita suficiente para quitar os financiamentos adquiridos anteriormente (LUCENA E SOUZA, 2001).

De acordo com Lucena e Souza (2001), a média anual de vendas de tratores na década de 1990 foi de 21.782 unidades, contra 35.325 unidades vendidas na década de 1980, representando somente 58% do total das vendas anteriores. Em relação as colheitadeiras, o

número foi ainda menor, atingindo 48% do total das vendas da década de 1980. Essa queda acentuada de vendas dos maquinários agrícolas ocorreu graças à redução da oferta de crédito para os produtores rurais.

A abertura comercial defendida pelo governo da época acarretou uma diminuição das exportações brasileiras. Conforme os dados da Secretaria do Comércio Exterior (1999), no ano de 1993 o Brasil exportou o correspondente a 9% do seu PIB, taxa que se reduziu para 6,4% em 1996. No mesmo tempo em que, as importações passaram de 6,3% para 7,6% do PIB. Em 1998, o país desembolsou US\$ 1,1 bilhão com importação de trigo, colocando o Brasil na categoria de maior importador mundial desse produto, cerca de 5,9 milhões de toneladas. No mesmo ano, importou 2 milhões de toneladas de milho e 1,7 milhão de toneladas de arroz, gastando ainda muitos milhões de dólares com a importação de feijão, de algodão e de outros produtos alimentares e de matérias-primas para a indústria (LUCENA E SOUZA, 2001).

O Plano Real também afetou o preço dos imóveis rurais. De acordo com Wilkinson *et al.* (2010), em 1994 houve um retrocesso nos valores das terras brasileiras, contudo no início dos anos 2000 os preços se recuperaram rapidamente, dado ao bom desempenho dos *commodities*, liderados pela soja até 2004. Depois de um período de estabilidade, em 2007 os preços começaram a subir expressivamente em todas regiões brasileiras.

No governo FHC as exportações agrícolas cresceram após a desvalorização cambial de 1999, contudo o restante da agricultura continuou em dificuldades, mesmo após a criação de políticas públicas que favoreceram a produção e comercialização dos produtos oriundos do campo.

De acordo com o IBGE, o setor agrícola foi a atividade econômica que mais ascendeu entre os anos de 2000 a 2010, com crescimento médio anual do PIB de 3,67%, contra 3,59% de crescimento do PIB geral do Brasil, mostrando assim sua importância para a economia brasileira.

No início do século XXI, mais precisamente após 2003, ocorre uma nova fase do cooperativismo agropecuário, dado as transformações políticas e econômicas advindas do governo Lula. Bem diferentemente do que foi a década de 1990, a partir da mudança de governo, o cooperativismo agropecuário apresentou uma crescente expansão.

De acordo com Padilha (2014), dentre os fatores que interferiram na retomada do crescimento do setor, destacam-se: a melhora nas condições políticas (a política de crédito, juros abaixo do mercado e isenções tributárias e fiscais) tanto para a agricultura, como para os setores interligados (caso das cooperativas). Além disso, a evolução do mercado interno e as

exportações intensificaram as vendas das cooperativas e com isso, o aumento no faturamento das empresas.

No governo Lula (2003-2010), a agricultura, como os demais setores produtivos foram tratados como estratégicos para a recuperação econômica do país, assim, houve a retomada das políticas agrícolas e do crédito rural, que serão analisados no restante deste capítulo.

2.2 Os programas governamentais para as cooperativas agroindustriais a partir das mudanças políticas e econômicas do Plano Real

Com a criação do Plano Real o governo brasileiro criou uma nova ação em relação a atividade agrícola, que consistia na menor intervenção estatal nos financiamentos, como na comercialização dos produtos, tanto *in natura* como industrializado. De acordo com Massuquetti *et al.* (2010, p. 11) a redução dos dispêndios com as políticas agrícolas “já estava acontecendo desde o final da década anterior, mas foi a partir de 1990 que as políticas liberais, que buscavam transferir a regulação do setor agrícola para o mercado, foram iniciadas”.

Os maiores ramos do cooperativismo brasileiro até a década de 1980 eram o agrícola e o de crédito, que tinham o governo brasileiro como principal fonte de financiamento. Contudo, a crise que assolou o país, aliado a instabilidade inflacionária, fez com que os recursos financeiros direcionados às cooperativas diminuíssem e o endividamento subisse (SILVA, 2000).

Ao mesmo tempo, houve o encerramento das atividades do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)³¹, diminuição contínua do preço das *commodities* agrícolas, como graves dificuldades administrativas, provocando uma ampla crise financeira na maioria das cooperativas agrícolas brasileiras, gerando o fechamento de muitas delas (PANZUTTI, 1997).

Com a diminuição do crédito rural via financiamento estatal a partir da década de 1990, as cooperativas agropecuárias passaram a atuar como bancos, fornecendo recursos para os agricultores que não conseguiam através do mercado financeiro. Neste momento, as cooperativas passaram a assumir riscos, já que antecipavam o crédito aos cooperados e sua

³¹ Foi criado pela lei nº 1.412, de 13 de agosto de 1951, que transformou a Caixa de Crédito Cooperativo no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com objetivo de promover assistência e amparo às cooperativas. Em 21 de março de 1990, foi editado o Decreto nº 99.192, dissolvendo o banco e fazendo-o entrar no regime de liquidação, sendo definitivamente encerrado em 17 de maio de 1994, sendo aprovada pelo Banco Central em despacho de 17 de março de 1995 (PINHEIRO, 2008).

dívida era convertidas em equivalentes de produtos. Visto que as cooperativas não possuíam recursos próprios, as mesmas recorriam às instituições financeiras, assumindo assim o risco do crédito. Se houvesse problemas com a safra, o produtor rural não honrava suas obrigações financeiras, assim as cooperativas eram obrigadas a renegociar seus débitos com os agentes financeiros a taxas de juros cada mais vez mais altas (GONZALEZ E COSTA, 1998).

Diante desses resultados, os agricultores e as cooperativas reivindicaram uma ação concreta por parte do governo federal para tentar sair da crise. O resultado veio por meio da criação dos programas: Securitização da Dívida, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), sendo o último o único exclusivamente para as cooperativas.

O primeiro programa federal a ser instituído foi da “Securitização da Dívida”, por meio da Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995, no qual tinha como objetivo sanar os débitos dos produtores rurais e das cooperativas inferiores a R\$ 200 mil. De acordo com Silvestrini e Lima (2011, p. 1027) foi elaborado um plano de renegociação de dívidas que “abrangeria todas as instituições financeiras participantes do Sistema Nacional de Crédito Rural. Essa renegociação ficou conhecida como a securitização das dívidas agrícolas dos agricultores”. Para tanto, se determinou que os prazos de pagamento seriam de 7 a 10 anos, com dois ou três de carência, e os juros seriam de 3% ao ano, acrescentados da variação dos preços mínimos (equivalência em produto) (ALVES, 2003).

Após a criação da lei da securitização, várias outras leis, medidas provisórias e resoluções foram elaboradas em relação a renegociação das dívidas dos produtores rurais, conforme listado abaixo:

- Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995;
- Resolução nº 2.220, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 6 de dezembro de 1995 (normativo revogado);
- Resolução nº 2.238, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 31 de janeiro de 1996;
- Resolução nº 2.279, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de maio de 1996 (normativo revogado);
- Resolução nº 2.471, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 26 de fevereiro de 1998;
- Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999;
- Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

- Resolução nº 2.963, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 28 de maio de 2002;
- Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003;
- Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006;
- Resolução nº 3.404, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de setembro de 2006;
- Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Porém, foi a resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, emitida pelo Conselho Monetário Nacional que trouxe uma maior mudança a securitização. Essa resolução, mais conhecida como Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), segundo Silvestrini e Lima (2011) foi modificada para preencher o processo de ampliação das dívidas originárias de crédito rural que haviam sido excluídas pelo Art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 9.138 de 1995, em particular aqueles excedentes a R\$ 200 mil. Também abrangeu os débitos que se enquadravam na Resolução nº 2.238 e que não haviam sido objeto de securitização com base naquele normativo.

Em suma, o público-alvo do PESA eram os agricultores e cooperativas com dívidas acima de R\$ 200 mil e tinha como prazo de pagamento 20 anos, com juros de 8% ao ano, acrescidos da variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), no caso de débitos de até R\$ 500 mil. Já a parcela dos débitos maiores a R\$ 500 mil, e até o limite de R\$ 1 milhão, as taxas seriam compostas pela variação do IGP-M, adicionado de juros de 9% ao ano. E, no caso da parcela que extrapolasse R\$ 1 milhão, os encargos financeiros envolveriam juros de 10% ao ano, mais a variação do IGP-M³²³³ (ALVES, 2003).

Com a lei nº 10.437 de 25 de abril de 2002, ficou estabelecido que o prazo do pagamento dos débitos da securitização teria como limite o prazo máximo de 23 anos, com data máxima de vencimento em 31 de outubro de 2025. Já a Resolução nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, transferiu o risco das operações para o Tesouro Nacional, ou seja, as pendências passaram a ser cobradas como dívida pública pela Procuradoria Geral da Fazenda

³² O IGP-M tem como base metodológica a estrutura do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), resultando da média ponderada de três índices de preços: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) (SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, 2015).

³³ A partir de 31 de outubro de 2001, os encargos financeiros do PESA foram reduzidos para os mutuários adimplentes, entrando em vigor da Medida Provisória nº 9. Esta norma introduziu, para os pagamentos feitos com pontualidade, uma trava de 9,5% para a variação do IGP-M, além de reduzir os juros para 3% ao ano, para as operações de até R\$ 500 mil, 4% ao ano, para a parcela dos débitos superior a R\$ 500 mil e não superior a R\$ 1 milhão e, 5% ao ano, para a parcela superior a R\$ 1 milhão (ALVES, 2003).

Nacional, e no caso de não pagamento, o débito passa a ser Dívida Ativa da União (SILVESTRINI E LIMA, 2011).

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, conhecida como Pesinha, permitiu a renegociação dos débitos com valor de financiamento de até R\$ 35 mil, tanto dos produtores rurais, como das cooperativas e associações, com a condição de que os mutuários estivessem adimplentes ou tivessem regularizado suas operações até 31 de maio de 2004. Em 17 de setembro de 2008 foi criada a última lei (nº 11.775), que manteve o prazo de vencimento em 31 de outubro de 2025 das dívidas, além de ter incentivado o pagamento ou regularização das dívidas originárias de operações de crédito rural renegociadas (SILVESTRINI; LIMA, 2011).

De acordo com Alves (2003, p. 42), “a Securitização beneficiou cerca de 168 mil produtores rurais, enquanto o PESA atingiu cerca de 60 mil contratos”. Além das medidas citadas, o governo federal também cria o RECOOP, que ajudou os produtores rurais e as cooperativas agropecuárias brasileiras a equilibrarem seus débitos.

De acordo com Gimenes *et al.* (2008, p. 10), o RECOOP “foi instituído pela Medida Provisória nº. 1.715 (MP 1.715/98), tendo como objetivo reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária visando seu desenvolvimento autossustentado”. Contudo, o programa só foi regulamentado pelo Governo Federal através do decreto 2.936 em 11 de janeiro de 1999.

Para tanto, o Tesouro Nacional destinaria ao programa capitais da ordem de R\$ 2,1 bilhões, originados pela emissão de títulos públicos, com prazos de amortização de até 15 anos com encargos financeiros calculados a razão de 4% ao ano, mais a variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)³⁴ para as modalidades: a) dívidas junto ao sistema financeiro; b) dívidas com cooperados; c) dívidas tributárias; d) investimentos e capital de giro associado (BIANCO *et. al.*, 1998).

Para se beneficiar das medidas do programa a cooperativa deveria passar por uma série de etapas, como explica EW (2001, p. 54-55):

³⁴ O IGP-DI, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - IBRE/FGV, é coletado entre o primeiro e o último dia do mês de referência. O índice registra as variações de preços de matérias-primas agropecuárias e industriais, de produtos intermediários e de bens e serviços finais. Semelhante ao IGP-M e ao IGP-10, é composto por 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA), 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e 10% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) (SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, 2015).

Cada cooperativa deveria solicitar o seu enquadramento através de uma Carta-consulta e, se aceita apresentar um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), previamente aprovado pela maioria dos seus associados em assembleia geral, ao Comitê Executivo do RECOOP, contemplando os cinco projetos do programa, quais sejam:

1. Projeto de Reestruturação e Viabilidade Econômico-Financeira: procura redirecionar as atividades da cooperativa para seu foco principal;
2. Projeto de Capitalização: propõe recursos novos para a reestruturação da cooperativa;
3. Projeto de Profissionalização da Gestão: busca uma estrutura profissional para a cooperativa adequada ao mercado competitivo;
4. Projeto de Organização e Profissionalização dos Associados: objetiva fidelizar os associados à cooperativa;
5. Projeto de Monitoramento do PDC: acompanha a execução dos demais projetos (EW, 2001, p. 54-55).

O Comitê Executivo para o RECOOP era composto por 15 representantes, sendo 3 da própria cooperativa, 2 do Ministério da Agricultura (no qual 1 deveria ser do DENACOOP³⁵), 2 do Ministério da Fazenda, 2 da Secretaria do Tesouro Nacional, 2 do Banco Central do Brasil e 2 do Ministério do Planejamento e Orçamento.

No ano de 2001 institui-se um teto de 9,5% ao ano para a variação IGP-DI nos contratos firmados pelo RECOOP. A partir de 2002, a taxa foi aumentada para 9,75% ao ano. No total, o comitê executivo do RECOOP avaliou 651 cartas-consulta enviadas pelas cooperativas de todo o país, entretanto somente 439 foram aprovadas para a próxima etapa. A última etapa consistia em fazer um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), no qual 322 foram aprovados pelo comitê (ALVES, 2003).

O número alto de cartas-consulta enviadas ao comitê demonstra a fragilidade das cooperativas da época, já que no ano de 2002 haviam no Brasil 1.624 cooperativas agropecuárias, com 865.494 cooperados e 105.597 funcionários³⁶, sendo o maior ramo cooperativo do país. Foram enviadas 651 cartas-consulta, ou seja, 40% das cooperativas agropecuárias brasileiras estavam endividadadas, todavia menos de 20% do total entraram no programa do governo.

Porém o RECOOP não atingiu todo seu objetivo, como afirma Gimenes *et al.* (2008, p. 135):

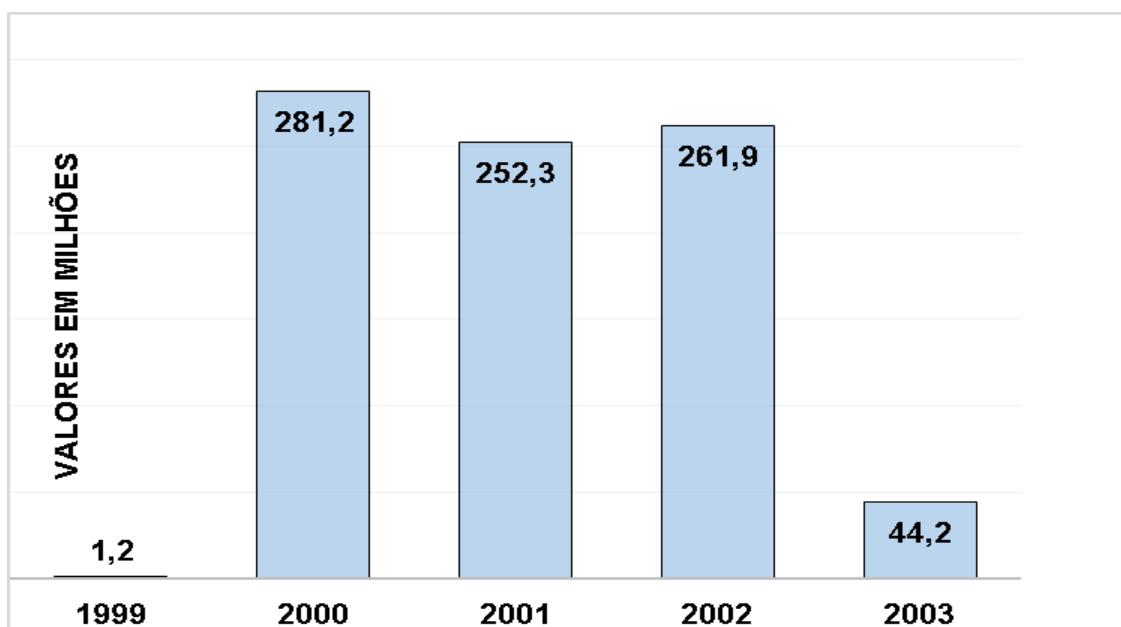
³⁵ O Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOP), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), é o órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que tem a atribuição de apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural brasileiros.

³⁶ De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Segundo reportagem da Revista “A Granja”, apenas 132 cooperativas conseguiram firmar contratos no âmbito do RECOOP, envolvendo recursos da ordem de R\$ 796 milhões, o que perfaz apenas 37,9% dos recursos disponibilizados originalmente pelo programa. Já a “Revista Agroanalysis” afirma em reportagem sobre as operações contratadas no âmbito do RECOOP até 19 de janeiro de 2001, 95 haviam sido realizadas pelo Banco do Brasil, 16 pelo BRDE e apenas 14 pelo restante das instituições financeiras.

O gráfico 07 demonstra a evolução dos desembolsos do RECOOP de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) considerando os recursos mobilizados pelo Tesouro Nacional.

Gráfico 07 – Evolução dos desembolsos do RECOOP



Fonte: Organizado pelo autor a partir da Secretária do Tesouro Nacional (1999/2003).

No total foram disponibilizados pelo RECOOP, via Secretaria do Tesouro Nacional, o montante de R\$ 840,8 milhões o que corresponde a 40% dos valores reservados ao programa pelo governo (R\$ 2,1 bilhões). Entre 2000 e 2002 foi o período onde houve maior aplicação dos recursos. Em 1999 foi registrado desembolso de R\$ 1,2 milhão, sendo que no ano seguinte o total dos desembolsos alcançou R\$ 281,2 milhões. Em 2001 foi programado para o programa R\$475 milhões, contudo apenas R\$ 252,3 milhões foram utilizados, equivalente a 53% do programado (PADILHA, 2014).

De acordo com o Relatório de Atividades do Secretaria do Tesouro Nacional, em 2002 foi aprovado um orçamento de mais de R\$ 358 milhões, mais R\$ 25 milhões que haviam sido

destinados para atender compromissos assumidos no ano anterior. Contudo, só foi utilizado um total de R\$ 261,9 milhões, ou seja, 68,4% do planejado. No ano de 2003, o último ano do RECOOP, o valor destinado foi apenas para atender compromissos assumidos, ou seja, apenas R\$ 44,2 milhões, atingindo integralmente os recursos previstos para o ano (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO STN, 2002/2003).

Segundo Oliveira (2001), do total de R\$ 3,2 bilhões destinados ao programa, somente 39% foram utilizados, ou seja, R\$ 1,25 bilhão. Vale salientar, que os bancos também aumentaram as exigências para contratarem os projetos das cooperativas, desta maneira, ao invés de revitalizar as cooperativas agropecuárias, o programa acabou servindo para solucionar os problemas do sistema financeiro, pois os recursos deferidos para o alongamento de dívidas (Pesa e Cotas Partes) é superior aos recursos alocados para a revitalização.

Um dos principais agentes envolvidos foi o Banco do Brasil. Esta instituição contratou o volume de R\$ 1,2 bilhão para 172 cooperativas, sendo R\$ 776 milhões em alongamento de dívidas e R\$ 459 milhões em novos créditos (PADILHA, 2014).

Por fim, a falta de interesse das instituições financeiras em relação ao RECCOP fez com que o programa não atingisse de forma integral todas as cooperativas necessitadas, sujeitando as não contempladas a buscar uma saída com as financeiras privadas, ocasionando assim altas taxas de juros e em muitos casos a falência da cooperativa.

2.3 O papel do BNDES para o Cooperativismo Agropecuário Paranaense

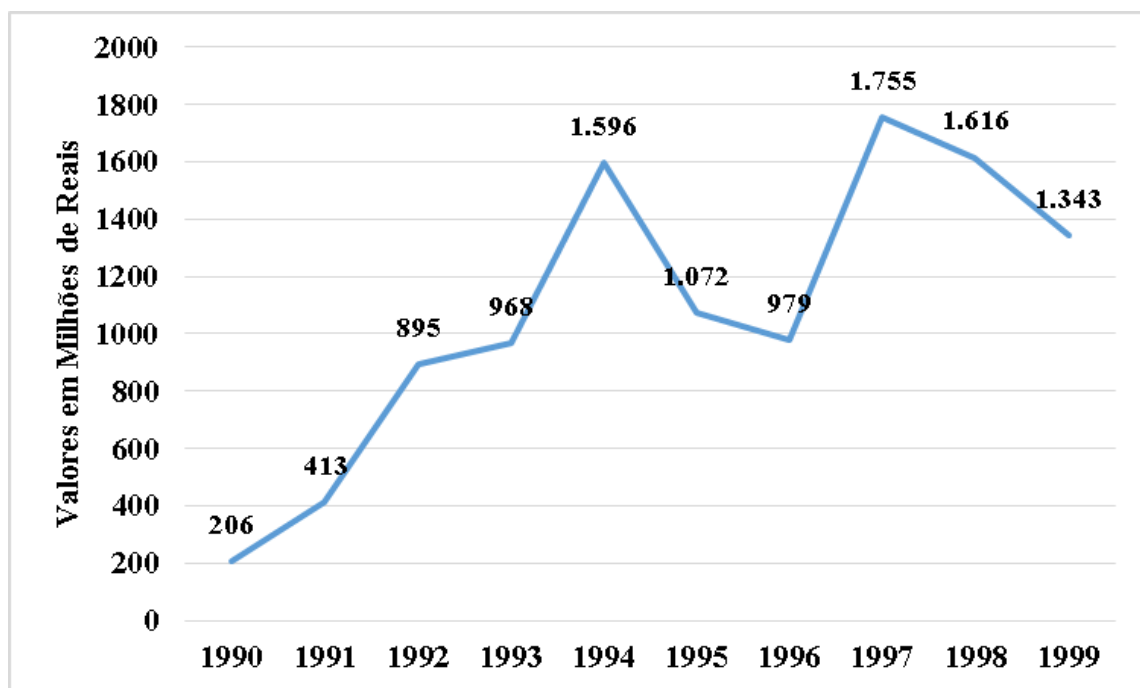
Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE³⁷) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, é um dos principais instrumentos do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira, atuando também com as cooperativas agroindustriais.

Sabe-se também que a década de 1990 sofreu com a queda de financiamentos destinados para a agricultura, representando apenas 36,4% do que foi destinado na década de 1960, ou seja, R\$ 319 bilhões e se comparamos com a década de oitenta, foi de apenas 35,9%. Porém, na década de 2000, os investimentos voltaram a crescer, e o crédito foi de R\$ 529,8 bilhões, 65% a mais do que a década passada (PADILHA, 2014).

³⁷ A sigla BNDE passou para BNDES após o governo Sarney (1985-1990).

Com o crédito rural menor no governo FHC, o BNDES teve um papel relevante naquele período, sendo um importante meio de crédito para investimentos na agricultura. Houve um rápido crescimento no financiamento entre 1990 e 1994, correspondente à criação do programa FINAME Agrícola³⁸, que estendeu às máquinas agrícolas as mesmas condições dos financiamentos de máquinas e equipamentos industriais (prazos, taxas, rede de bancos comerciais e acesso a pessoas físicas), conforme o gráfico 07.

Gráfico 08 – Desembolsos do BNDES para o Setor Agropecuário de 1990 a 1999



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Filho *et al.* (2000).

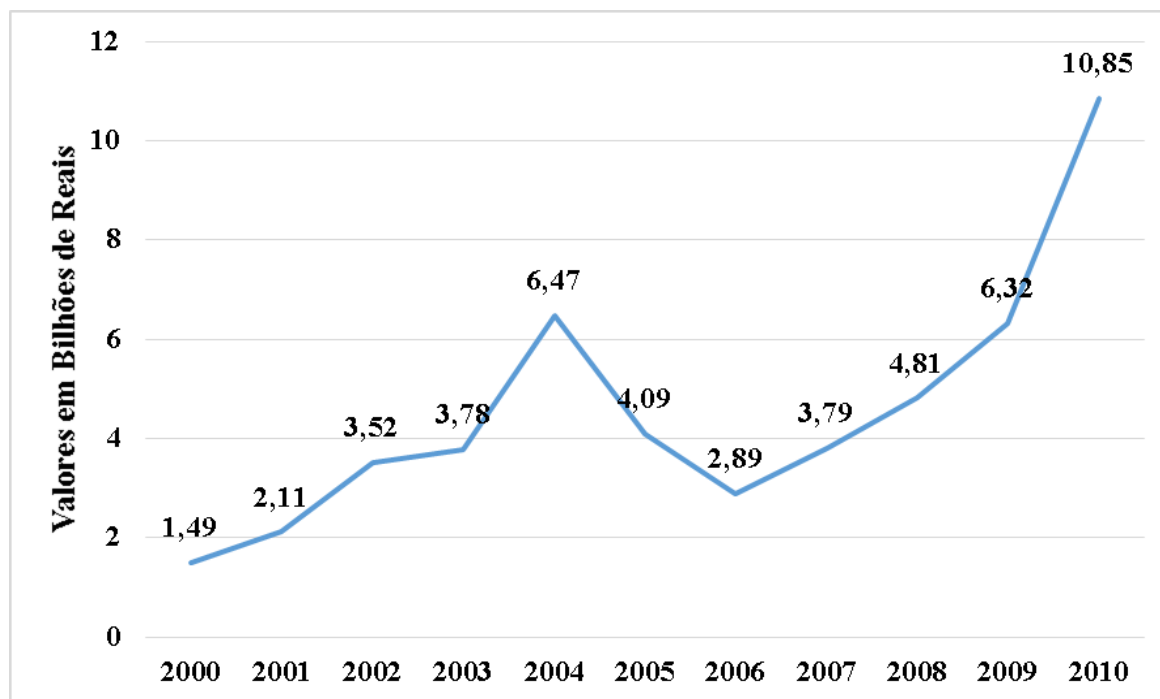
Porém, houve uma queda nos anos de 1995 e 1996, dado a crise do financiamento agrícola desencadeada pelo governo FHC. Mas ocorreu uma recuperação nos anos seguintes, compensada pelo grande volume de recursos aplicados através do Pronaf-Investimento³⁹.

Mas foi no decorrer da década de 2000 que o banco aumentou significativamente sua atuação, financiando 50,12 bilhões no período, conforme demonstra o gráfico 09.

³⁸ FINAME Agrícola é um programa do BNDES que visa financiar à aquisição de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas e bens de informática e automação, novos, de fabricação nacional.

³⁹ O Pronaf-Investimento é subsidiado pelo Tesouro Nacional e precisa ser destacado das linhas usuais porque alcança um público que não tinha acesso ao sistema bancário até então. Seu desempenho foi muito expressivo em valores absolutos, apesar das quedas em 1998 e 1999. No primeiro ano houve franco predomínio da região Sul (70% do total), situação que se reverteu em 1998, quando o Nordeste recebeu 65%. A linha tem sido operada quase que exclusivamente por bancos públicos e, embora a demanda potencial seja muito grande, a escassez de recursos do Tesouro para equalização dos juros limitou o nível dos desembolsos (FILHO *et al.*, 2000, p. 81).

Gráfico 09 – Desembolsos do BNDES para o Setor Agropecuário de 2000 a 2010



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Padilha (2014).

Já a tabela 17, demonstra os investimentos agropecuários no Brasil na década de 2000 com a participação do BNDES, no qual quase 50% de todos os recursos destinados para essa finalidade foram provenientes do banco, conforme demonstra a tabela 17.

Tabela 17 – Participação do BNDES em Investimentos Agropecuários no Brasil – 2000/10

Anos	BNDES	Investimento	%
2000	1,49	2,33	63,9
2001	2,11	3,71	57,0
2002	3,52	4,85	72,6
2003	3,78	7,11	53,2
2004	6,47	8,95	72,4
2005	4,09	9,29	44,1
2006	2,89	10,13	28,6
2007	3,79	10,90	34,8
2008	4,81	14,26	33,8
2009	6,32	17,54	36,0
2010	10,85	20,92	51,9
Total	50,12	110,00	48,8

*Valores em Bilhões de Reais

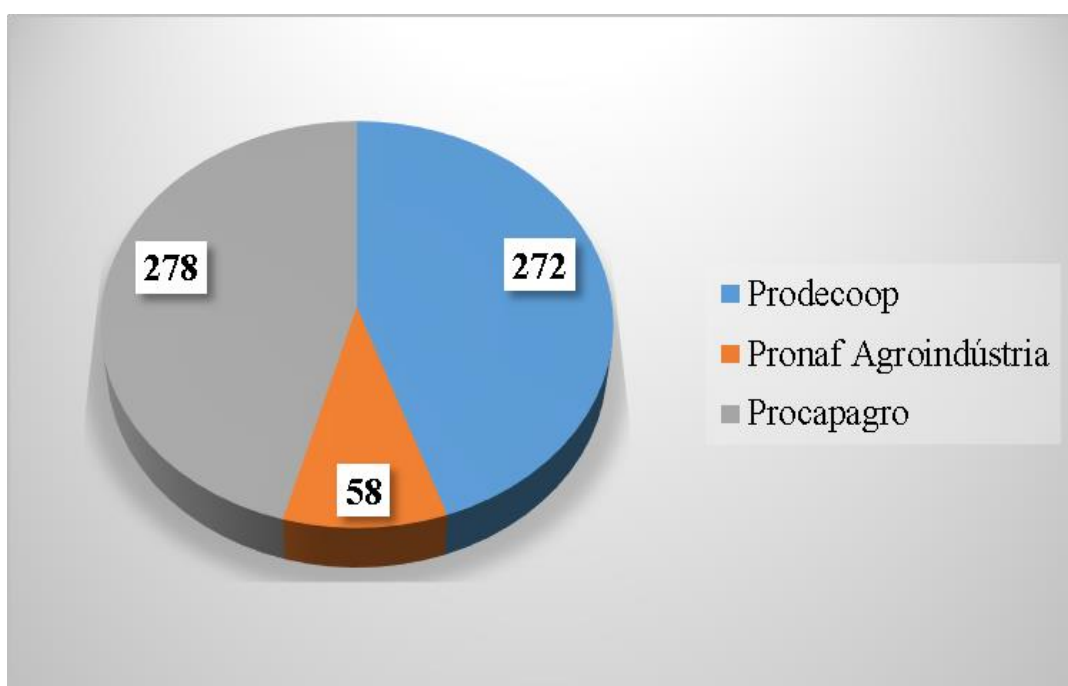
Fonte: Padilha (2014)

Percebe-se que em valores absolutos o BNDES liberou de 2000 a 2004 um montante de 17,37 bilhões, e de 2005 a 2010 liberou 32,75 bilhões, ou seja, houve um crescimento de 88,5%.

Já em relação a participação do banco no valor total investidos no setor agropecuário, sua maior expressividade ocorreu na primeira metade da década de 2000, tendo o mínimo de participação em 2006 com 28,6% e máximo de 72,6% em 2002.

De acordo com BNDES (2016), o banco de 2002 a 2014 financiou 4.427 projetos voltados as cooperativas agropecuárias brasileiras, através das linhas de crédito Procapagro Cotas-Parte, Procapagro Giro, Procapagro Linha Emergencial, Prodecoop e Pronaf Agroindústria, atingindo um montante de 15,8 bilhões de reais, conforme a tabela 18. Já o número de cooperativas atendidas pelos programas podem ser observados no gráfico 10.

Gráfico 10 – Número de Cooperativas financiadas pelo BNDES através dos programas Procapagro, Prodecoop e Pronaf Agroindústria de 2002 a 2014



Fonte: Organizado pelo autor a partir de BNDES (2016).

O Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – PROCAPAGRO, teve como objetivo promover a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; e disponibilizar recursos para o financiamento de capital de giro, visando atender as necessidades imediatas operacionais das cooperativas. Podem solicitar produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, associados a

cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; e cooperativas, singulares ou centrais, de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. O limite de crédito era de R\$ 10 milhões por cooperativa, em uma ou mais operações, independentemente de outros limites estabelecidos para o PROCAP-AGRO, não podendo ultrapassar R\$ 40 mil por associado ativo cuja obrigação será renegociada. A taxa de juros era de 5,5% ao ano e o prazo total para o pagamento era de até 5 anos, com até 1 ano de carência (BNDES, 2016).

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – PRODECOOP tem como objetivo incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. Podem solicitar cooperativas singulares de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; cooperativas centrais formadas exclusivamente por cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; e produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, associados a essas cooperativas, para integralização de quotas-parte vinculadas ao projeto a ser financiado, nos termos do Capítulo 5, Seção 3, do Manual de Crédito Rural (MCR). Os principais setores e ações apoiáveis são:

- instalação, ampliação, realocação e modernização de unidades industriais, de armazenamento, de processamento e de beneficiamento de produtos agropecuários;
- implantação de sistemas para geração e cogeração de energia e linhas de ligação;
- implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e de projetos de adequação ambiental, inclusive reflorestamento;
- implantação de fábrica de rações e de fertilizantes;
- instalação, ampliação e modernização de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS);
- instalação, ampliação e modernização de unidades industriais para a produção de biocombustíveis e açúcar;
- beneficiamento e processamento de materiais originários de florestas plantadas;
- implantação de frigorífico e de unidade de beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenagem de pescados e produtos da aquicultura;

A taxa de juros é de 8,75% ao ano e o BNDES financia até 90% do valor do projeto, obedecido o limite de R\$ 100 milhões por cooperativa, em uma ou mais operações, independentemente do nível de faturamento bruto anual verificado no último exercício fiscal. Contudo, o limite pode ser elevado para: até R\$ 150 milhões, quando os recursos adicionais

forem destinados a empreendimentos da própria cooperativa em outras unidades da federação, ou a empreendimentos realizados no âmbito de cooperativa central; e até R\$ 200 milhões, quando os recursos forem destinados a cooperativas centrais, para projetos de industrialização de produtos prontos para o consumo humano, processados e embalados. O prazo total de pagamento é de até 12 anos, incluída carência de até 3 anos. Este prazo de carência pode ser estendido para o pagamento dos juros, caso o projeto demonstre essa necessidade.

O Pronaf Agroindústria pode ser solicitado por pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares do Pronaf desde que, no mínimo, 80% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja própria; empreendimentos familiares rurais definidos no Manual de Crédito Rural (MCR) 10-6-2 que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pessoa jurídica ativa para a agroindústria familiar e que, no mínimo, 70% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja produzida por seus membros; e cooperativas, singulares ou centrais, de que trata o § 4º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24.07.2006, que comprovem que: no mínimo, 60% de seus participantes ativos são beneficiários do Pronaf, comprovado pela apresentação de relação com o número da DAP ativa de cada cooperado ou associado; ou no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada são oriundos de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf.

O programa tem por finalidade realizar investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, e a exploração de turismo rural, incluindo-se:

- implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede;
- a implantação de unidades centrais de apoio gerencial, nos casos de projetos de agroindústrias em rede, para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção;
- a ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais de agricultores familiares já instaladas e em funcionamento, inclusive de armazenagem;
- aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico;
- capital de giro associado, limitado a 35% do financiamento para investimento fixo;
- integralização de cotas-parte vinculadas ao projeto a ser financiado.

A taxa de juros é de 2,5% ao ano (a.a.) - para agricultores ou empreendimentos rurais familiares que realizem contrato individual de até R\$ 10 mil ou ainda para cooperativas e

associações com financiamento de até R\$ 1 milhão, limitado a R\$ 10 mil por sócio ou participante ativo; e 5,5% a.a. - para os demais casos, respeitado o limite de R\$ 45 mil por associado.

O limite do financiamento para pessoa física é de até R\$ 150 mil por beneficiário, aplicável a uma ou mais operações; Empreendimento familiar rural - até R\$ 300 mil, observado o limite citado no item anterior, por sócio relacionado na DAP; Cooperativa/Associação - até R\$ 35 milhões, de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, observado o limite individual de R\$ 45 mil por associado/cooperado relacionado na DAP emitida para a agroindústria. O prazo de reembolso é de até 5 anos, incluído até 1 ano de carência, para financiamento de caminhonetes de carga; e de até 10 anos para os demais empreendimentos, incluídos em todos os casos até 3 anos de carência. Os programas e os valores oferecidos pelo BNDES para as cooperativas agropecuárias brasileiras estão dispostos na tabela 18.

Tabela 18 – Programas oferecidos pelo BNDES para Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – 2002/14 –

Valores em Milhões e Quantidades de Projetos

ANOS	PROCAPAGRO COTAS-PARTE		PROCAPAGRO GIRO		PROCAPAGRO LINHA EMERGENCIAL		PRODECOOP		PRONAF AGROINDÚSTRIA		SOMA	
	VALORES	PROJETOS	VALORES	PROJETOS	VALORES	PROJETOS	VALORES	PROJETOS	VALORES	PROJETOS	VALORES	PROJETOS
2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	0	0	158.311.607	51	0	0	158.311.607	51
2004	0	0	0	0	0	0	257.662.692	66	0	0	257.662.692	66
2005	0	0	0	0	0	0	310.174.507	90	0	0	310.174.507	90
2006	0	0	0	0	0	0	276.123.086	85	0	0	276.123.086	85
2007	0	0	0	0	0	0	314.572.600	141	0	0	314.572.600	141
2008	0	0	0	0	0	0	623.091.755	153	4.164	1	623.095.919	154
2009	0	0	80.000.000	0	0	0	1.586.393.701	382	131.294.242	77	1.797.687.943	467
2010	6.978.600	382	2.144.569.630	386	0	0	1.091.996.864	293	23.505.821	67	3.267.050.915	1.128
2011	1.331.000	64	1.941.380.168	452	0	0	337.303.256	145	51.585.794	73	2.331.600.218	734
2012	160.000	16	928.960.421	318	10.000.000	1	564.160.323	132	99.386.980	93	1.602.667.724	560
2013	33.698.728	47	1.778.960.801	347	0	0	544.876.981	41	118.038.765	64	2.475.575.275	499
2014	0	0	1.675.001.500	331	0	0	502.279.179	37	214.223.933	84	2.391.504.612	452
TOTAL	42.168.328	509	8.548.872.520	1.842	10.000.000	1	6.566.946.550	1.616	638.039.700	459	15.806.027.098	4.427

Fonte: Organizado pelo autor a partir de BNDES (2016).

Na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, o BNDES financia a Coamo para diversos investimentos, desde ampliação de capacidade de unidades de armazenamento, até instalação e modernização de sua agroindústria. Do ano de 1995 até 2014, a Coamo já financiou, junto com o BNDES, um valor de R\$ 2.023.626.927⁴⁰ em um total de 806 projetos, conforme a tabela 19.

Tabela 19 – Contratações realizados pela Coamo junto ao BNDES – 2002/2014

	1995	1996	1997	1998	1999
Valor contratado	5.608.280	5.825.640	15.540.717	11.675.524	11.837.841
Nº projetos contratados	15	28	35	68	35
	2000	2001	2002	2003	2004
Valor contratado	1.481.675	6.801.379	12.430.292	49.538.798	47.921.868
Nº projetos contratados	7	20	29	45	77
	2005	2006	2007	2008	2009
Valor contratado	71.305.387	21.313.016	23.059.742	42.912.200	137.344.512
Nº projetos contratados	64	35	80	31	7
	2010	2011	2012	2013	2014
Valor contratado	114.073.202	132.936.929	146.140.637	195.470.070	146.701.012
Nº projetos contratados	48	15	148	9	10

Fonte: Organizado pelo autor a partir de BNDES (2016).

Percebe-se que os maiores valores financiados foram realizados à partir de 2009, no qual o ano de 2013 foi contratado o maior valor, chegando a quase 200 milhões de reais. Contudo, o número de projetos contratos foi de apenas 9, já que nesse ano foi instalado o moinho de trigo no parque industrial, no qual o BNDES financiou grande parte, acarretando assim um maior investimento. A tabela 20, demonstra os valores contratados e sua finalidade.

Tabela 20 – Finalidade dos valores contratados pela Coamo através do BNDES – 1995/2015

Em Valor R\$	De 1995 até 2008	A partir de 2009
CAPITAL DE GIRO	0	234.000.000
FINAME	123.997.055	329.136.355
PROJETO DE EXPANSÃO	130.046.592	150.000.000
PROJETO DE IMPLANTACAO	15.926.246	37.631.000
PROJETO DE MODERNIZACAO	0	121.899.007
PROJETO DE RACIONALIZACAO	57.282.466	0

Fonte: Organizado pelo autor a partir d BNDES (2016).

⁴⁰ Corrigidos pelo IGP-DI (2014).

A tabela acima evidencia que os maiores contratos firmados pela Coamo foram para aquisição de máquinas e equipamentos através do FINAME, seguido do capital de giro, projeto de expansão e modernização. Os projetos de modernização ocorreram somente à partir de 2009, como os contratos para capital de giro. Os projetos voltados a racionalização só ocorreram até 2009, quando foram encerrados⁴¹.

A tabela 21, demonstra os principais e as finalidades dos contratos realizados pela Coamo com o BNDES desde 2006.

Tabela 21 – Investimentos da Coamo com a participação do BNDES

Data	Contrato	Valor em Milhões	Finalidade
31/07/2006	6206821	9,6	Ampliação de capacidade e modernização de diversas unidades de armazenagem
29/05/2008	7007870	35,4	Ampliação e modernização de 23 unidades de armazenagem e das unidades industriais de fiação e extração de óleo de soja
23/03/2009	8006280	69,3	Ampliação e capacidade de esmagamento de soja; ampliação da capacidade de armazenagem; e modernização de diversas unidades
23/12/2010	11200031	52,6	Ampliação de capacidade de modernização de diversas unidades de armazenagem
21/03/2012	12202641	60,0	Ampliação de capacidade de modernização de diversas unidades de armazenagem
11/04/2013	13204651	70,0	Ampliação de capacidade de modernização de diversas unidades de armazenagem, além da implantação de uma unidade industrial para moagem de trigo
24/02/2014	13200102	37,6	Ampliação de capacidade de modernização de diversas unidades de armazenagem
22/05/2015	15202911	24,5	Modernização de diversas unidades de armazenagem
22/05/2015	15202941	39,1	Ampliação de capacidade de diversas unidades de armazenagem
22/05/2015	15202921	97,7	Ampliação de capacidade de modernização de diversas unidades de armazenagem

Fonte: Organizado pelo autor a partir de BNDES (2016).

A Coamo utilizou dos recursos oriundos dos financiamentos, na maioria das vezes, para ampliar sua capacidade de armazenagem e produção de grãos, ou seja, para aumentar sua

⁴¹ O corte antes e depois de 2009 ocorreu após a troca do sistema de armazenamento de dados do BNDES.

infraestrutura, para abranger um número cada vez maior de regiões e associados. O apoio do BNDES foi decisivo para os propósitos de crescimento da Coamo.

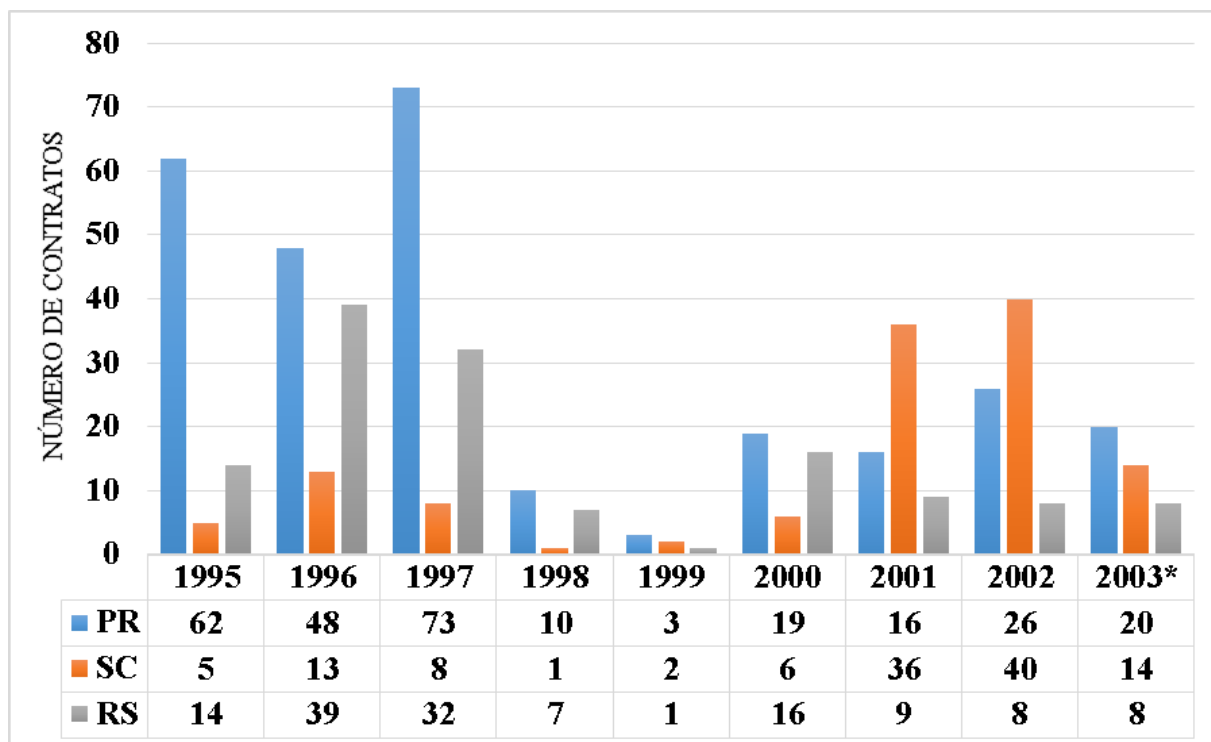
2.4 O BRDE e o Cooperativismo Agropecuário Paranaense

No ano de 1961, os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná criaram o BRDE, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que tinha objetivo apoiar e acompanhar o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes, através de financiamentos de longo prazo para investimentos. Atualmente sua sede é na cidade Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e o volume total de novas operações de crédito aprovado pelo Banco em 2014 foi de R\$ 3 bilhões, e as contratações somaram cerca de R\$ 2,8 bilhões (BRDE, 2015).

Desde sua fundação, o BRDE contribui para o desenvolvimento do cooperativismo paranaense, primeiramente com a consolidação das cooperativas de cafeicultores no Paraná, ainda na década de 1960, além das cooperativas surgidas no oeste e sudoeste paranaense, nos anos de 1970. Nas décadas seguintes, o BRDE continuou a ser um importante parceiro do cooperativismo agropecuário da Região Sul, fornecendo financiamento de longo prazo para os projetos de expansão, verticalização e modernização destas empresas (ALVES, 2003).

Contudo, com a criação do Plano Real, o banco aumentou sua participação no cenário cooperativista, concedendo crédito nesse momento de crise que as cooperativas estavam enfrentando. Entre janeiro de 1995 e agosto de 2003, o BRDE realizou contratos com 72 cooperativas agropecuárias no Região Sul, das quais 19 estavam sediadas no Paraná, 19 em Santa Catarina e 24 no Rio Grande do Sul. Também foram firmados 536 contratos (Gráfico 11), contando com os refinanciamentos, sendo que dos quais 51,7% envolviam cooperativas paranaenses, 23,3%, cooperativas catarinenses, e 25,0%, cooperativas gaúchas (ALVES, 2003).

Gráfico 11 – Números de Contratos firmados das Cooperativas Agroindustriais com o BRDE



*Referente até agosto de 2003

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Alves (2003).

Entre os anos de 2011 e 2015, o BRDE liberou linhas de créditos no valor de R\$ 2,1 bilhões para o cooperativismo paranaense (BRDE, 2016).

No último ano, assinaram contratos com o BRDE, no valor de R\$ 575 milhões, 15 cooperativas com sede no Paraná: C. Vale Cooperativa Agroindustrial, Castrolanda Cooperativa Agroindustrial, Coamo Agroindustrial Cooperativa, Coasul Cooperativa Agroindustrial, Cocamar Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agrária Agroindustrial, Cooperativa Agroindustrial Copagril, Cooperativa Agroindustrial Lar, Cooperativa Agropecuária Tradição, Cooperativa Nacional Agroindustrial Coonagro, Cotriguaçu Cooperativa Central, Frimesa Cooperativa Central, Integrada Cooperativa Agroindustrial, Copacol Cooperativa Agroindustrial e Primato Cooperativa Agroindustrial.

Entre os cooperados, os contratos somaram um valor de R\$ 196 milhões, com produtores associados das seguintes cooperativas: Copagril, Credialiança, Credicoamo, Credicoopavel, Cresol Baser, Batavo, C. Vale, Castrolanda, Coasul, Cocari, Copacol e Sicredi (BRDE, 2016).

2.5 COAGEL: do auge na década de 1990 a crise na virada do século

Nas décadas de 1970 e 1980, a Coagel passou por um processo de expansão incentivada pelas condições favoráveis de financiamento da época, chegando a atuar em onze municípios nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 1,7 mil associados e uma receita anual de 600 milhões de reais. Porém, durante os anos noventa e na primeira década do século XXI, passou por uma grave crise, que desencadeou na sua incorporação pela Coamo.

A cooperativa iniciou suas atividades atendendo a demanda do café, porém atendia os seus cooperados com o recebimento de soja, milho, trigo, algodão, café e leite. No final da década de 1980, a produção de algodão no município de Goioerê deu um grande salto, se tornando o maior produtor do Brasil (PORTO, 1991).

O aumento expressivo na produção ocorreu graças a lucratividade que o algodão trazia aos produtores, além das políticas públicas que protegiam a comercialização da cotonicultura brasileira. De acordo com Gonçalves e Gonçalves (2008), até o final dos anos 1980, com tarifas elevadas (até 55%), as paridades entre os preços nacionais e internacionais mostram que a proteção conferia uma situação desfavorável à compra de algodão estrangeiro, uma vez que apenas a taxação explicaria as paridades entre preços internos e externos menores que a unidade.

Em 1990, a área plantada de algodão no município de Goioerê representava 2,18% de toda a área plantada no Brasil, e 6,74% do estado do Paraná, que era o maior produtor brasileiro, como pode ser observado na tabela 22.

Tabela 22 – Área plantada de Algodão no ano de 1990

Ano 1990	Área Plantada (Hectares)	%
Brasil	1.516.168	100%
Paraná	490.039	32,32%
Mesorregião Centro Ocidental Paranaense	106.198	7%
Microrregião de Goioerê	76.321	5,03%
Goioerê	33.029	2,18%

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2016).

O algodão em 1990 era a cultura com maior área plantada no município de Goioerê, seguido do trigo, soja e milho (Tabela 23). Com a alta produção das culturas mencionadas, a Coagel, para alcançar maiores lucros, recebia os mesmos em seus entrepósitos.

Tabela 23 – Principais culturas e suas respectivas áreas plantadas em Goioerê em 1990

Cultura	Área Plantada (Hectares)
Algodão herbáceo (em caroço)	33.029
Alho	20
Amendoim (em casca)	5
Arroz (em casca)	550
Aveia (em grão)	200
Cana-de-açúcar	429
Feijão (em grão)	1.800
Mamona (baga)	5
Mandioca	500
Melancia	10
Milho (em grão)	5.200
Soja (em grão)	25.000
Trigo (em grão)	31.000

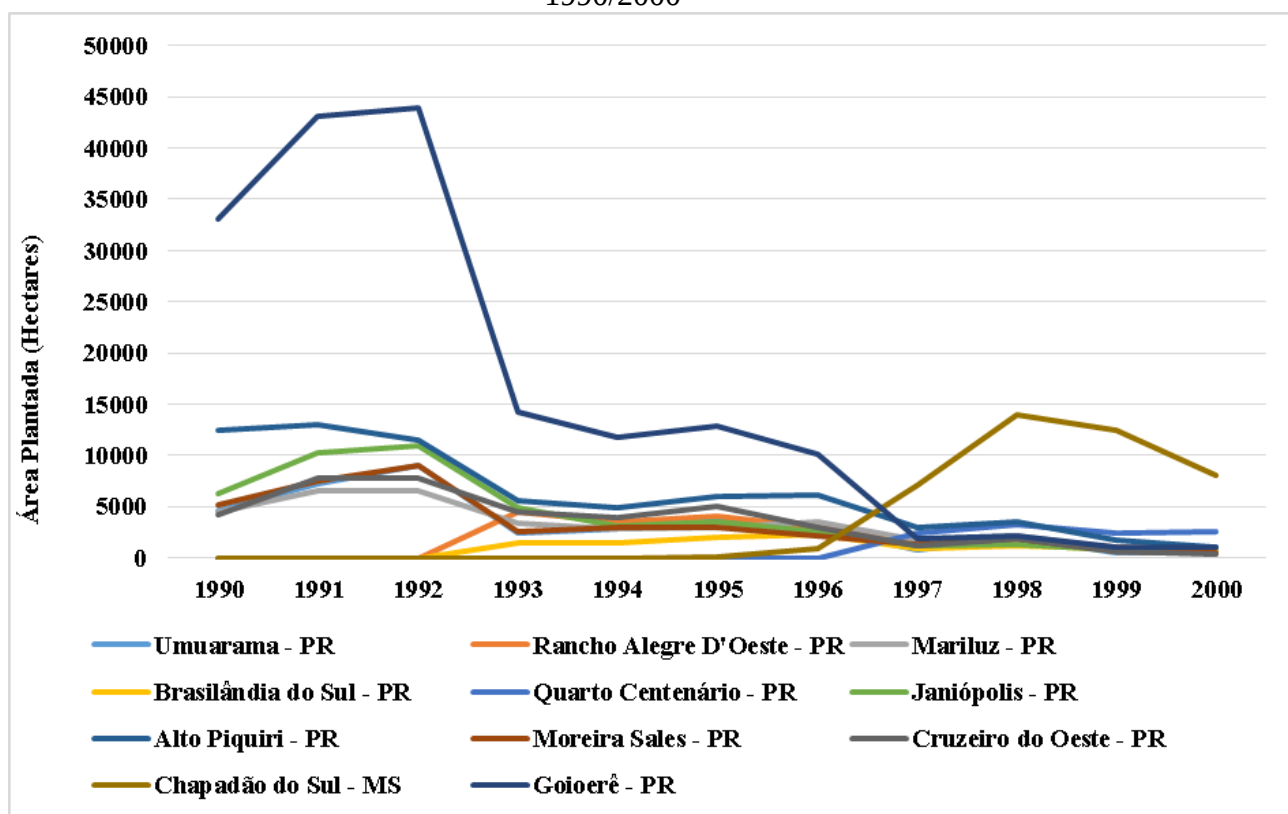
Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2016).

Contudo, na época a Coagel dependia basicamente do algodão, já que em Goioerê haviam outras cooperativas que recebiam o soja, o trigo e o milho. De acordo com o entrevistado Francisco Scarpari Neto⁴², com o declínio do café, e com a produção cada vez maior de algodão, a Coagel teve que se adaptar, além de desenvolver pesquisas⁴³ com a cultura, já que o algodão produzido na região não era de boa qualidade. O gráfico 12 demonstra a área plantada de algodão nas cidades no qual a Coagel possuía entrepostos.

⁴² Idem subitem 17.

⁴³ As pesquisas eram desenvolvidas com a Ocepar, Iapar, Embrapa e Emater.

Gráfico 12 – Área plantada de algodão nos municípios com entrepostos da Coagel – 1990/2000



*Os municípios de Rancho Alegre D'Oeste e Brasilândia do Sul foram emancipados em 1993 e Quarto Centenário em 1994.

Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2016).

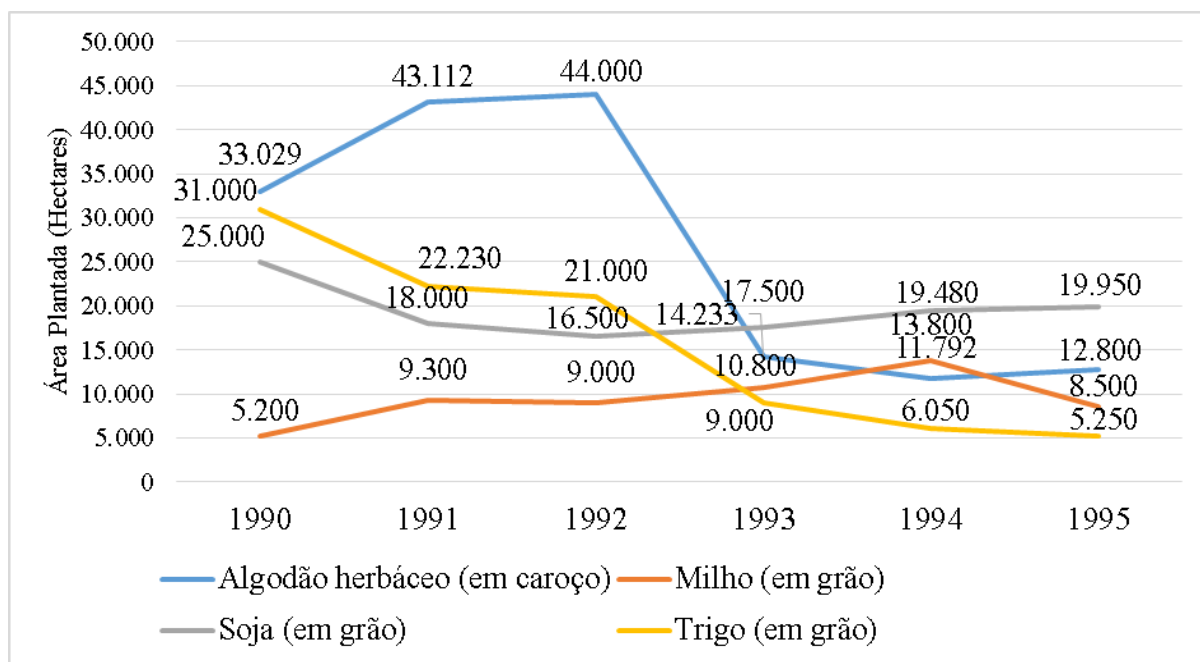
O gráfico 10 revela uma redução na área plantada de algodão nas cidades com atuação da Coagel à partir de 1997, contudo houve um crescimento real no município de Chapadão do Sul, já que a cotonicultura migrou para o cerrado. Em relação a migração do algodão, Gonçalves e Gonçalves (2008, p. 11):

Os anos 1990 marcariam o fim da hegemonia da cotonicultura meridional, que sofreu o duro impacto da abertura do mercado nacional no início da década, recuando de 1,3 milhão de toneladas de algodão em caroço, em 1990, para 264 mil toneladas em 1999. Em contrapartida, o novo algodão dos cerrados avançou de forma significativa, saindo de 227 mil toneladas, em 1990, para 3,2 milhão de toneladas em 2007. Esse deslocamento espacial mais recente da produção do algodão, nas terras de cerrado, difere das bases que sustentaram a produção meridional, com uso da mecanização intensiva do plantio à colheita e não mais de material genético brasileiro. Esse novo padrão estrutural recuperou a autossuficiência brasileira na produção de algodão, bem como permitiu um movimento recente de exportação de pluma (GONÇALVES E GONÇALVES, 2008, p. 11).

A produção de algodão e milho subiram 33,1 % e 77,07%, respectivamente, nos dois primeiros anos da década de 1990 no município de Goioerê, já que os preços praticados eram

mais vantajosos para os produtores, acarretando assim uma redução nas áreas plantadas de soja e trigo no início da década de 1990 (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Área plantada de algodão, soja, milho e trigo no município de Goioerê – 1990/1995



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2016).

De todo algodão produzido na região, um pouco mais da metade eram entregues a Coagel e com essa alta produção, aliado com a dificuldade de vendas *in natura*, a cooperativa em 1986 montou uma fiação para beneficiá-lo. No início da década de 1990, a cooperativa recebia aproximadamente 45 mil toneladas de algodão, sendo que 15 mil toneladas eram beneficiadas pela fiação.

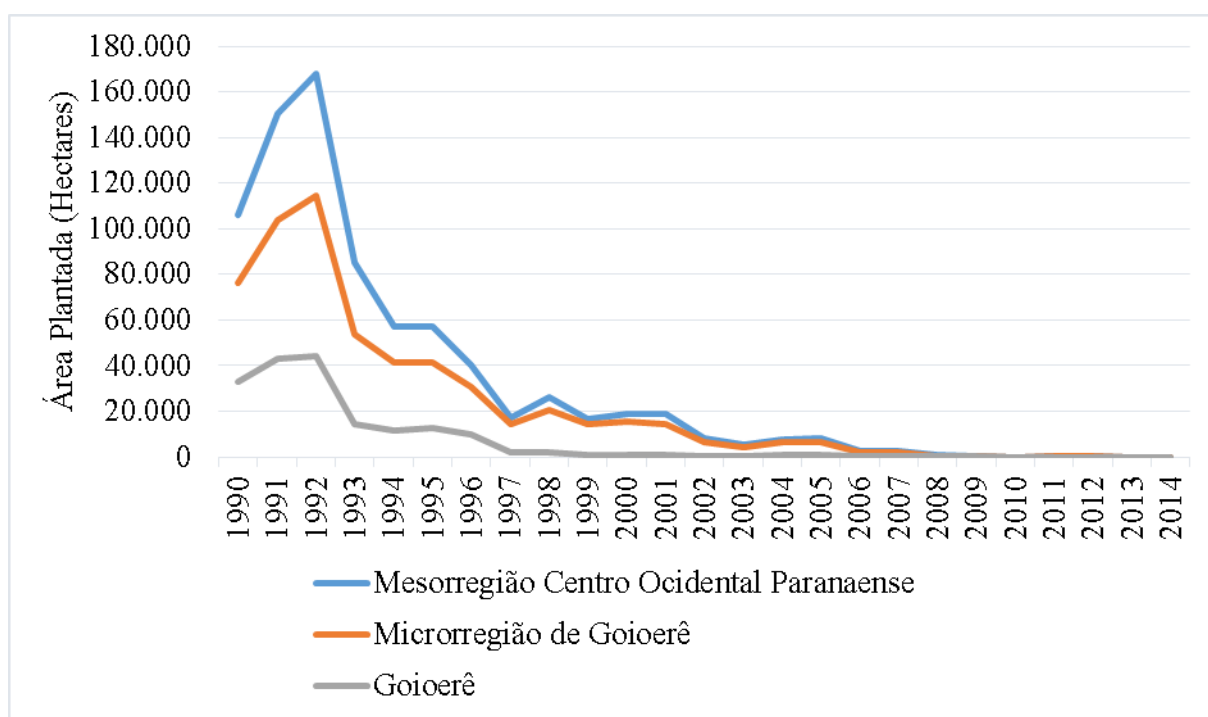
O algodão produzido na região se tornava um fio ruim, assim eram importados 5 mil toneladas de algodão oriundos da África e da Ásia para melhorar a qualidade do material, dando uma liga mais resistente, melhorando seu preço e comércio. Graças as condições climáticas da região, em parceria com a Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), foi desenvolvido em 1993 uma variedade de algodão que atendesse a qualidade que o mercado exigia em solo paranaense e uma produtividade considerável, o cultivar IAPAR 71 – Paraná 3⁴⁴.

⁴⁴ O cultivar IAPAR 71 – Paraná 3, teve sua origem no IAC (Instituto Agrônômico de Campinas) em 1993, em parceria com o IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná). Foi registrado em 30 de setembro de 1998, sob o registro nº 74.

Percebe-se com o gráfico 13, que a área plantada de algodão já tinha desacelerado antes da safra 1995/1996, contudo a crise se agravou nessa safra, já que o alto índice pluviométrico causou um descontrole nas pragas, assim a variedade difundida na região ficou suscetível a um fungo, até então desconhecido, denominado de *Stepdriluim sp.* Essa doença atacou as plantações de todo o Paraná, se dizimando de forma rápida. O defensivo só foi criado na época da colheita e os produtores tiveram uma redução de 60% de sua produção.

A redução da área plantada de algodão entre as safras de 1996 e 1997, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense foi de 57,2%, na Microrregião de Goioerê de 54% e no município de Goioerê de 81,7%. Em comparação entre 1992, que foi o auge de hectares plantados, até o ano de 2000, a redução chegou a 88,8% na mesorregião, 86,5% na microrregião e 97,6% em Goioerê, conforme demonstra o gráfico 14.

Gráfico 14 – Área Plantada de Algodão na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, Microrregião de Goioerê e no município de Goioerê – 1990/2014



Fonte: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2016).

O prejuízo causado com a doença, aliado a diminuição considerável das plantações, fez com que a Coagel entrasse em dificuldades financeiras, já que 85% do seu faturamento estava voltando a cotonicultura. A crise atingiu outras cooperativas paranaenses, e de acordo com Asti (2007), em 1980 existiam apenas 8 cooperativas e 45 algodozeiras atuando na produção do algodão, em 1992, 12 anos após, estavam constituídas 58 cooperativas na

produção do algodão, respondendo por 76% do total de algodão em contraposição a um total de 35 algodojeiras respondendo por 24%. Entretanto, a crise do algodão nos anos de 1990 levou a uma queda significativa desta produção, e em 1994 o número de cooperativas produzindo algodão caiu para 26. Em 1999 existiam apenas 12 cooperativas, entre elas a Coagel Cooperativa Agroindustrial, e somente 9 algodojeiras.

A Coagel funcionava, como afirma Padilha (2014), em um sistema de “troca”, pois primeiramente a cooperativa adquiria insumos juntos as multinacionais ou adquiria financiamento com terceiros para aquisição de insumos, com o compromisso de pagar a dívida no momento da safra, em dinheiro ou produto (dependendo do contrato). A mesma operação era realizada junto ao produtor, que adquiria os insumos necessários para o plantio com o compromisso de pagamento na safra, descontando o valor da produção entregue na cooperativa.

Com a quebra da safra causada pela doença, os cooperados não conseguiram pagar suas dívidas oriundas do plantio, já que grande parte dos produtores eram de pequenos e médios. Desta maneira, a Coagel não cumpria os acordos com seus credores, que eram basicamente o Banco do Brasil e o Banco Bradesco, tendo que amargar com enormes prejuízos.

A partir de então, a Coagel começa a apresentar resultados negativos, acumulando dívidas. Esse fato fez com que a cooperativa perdesse competitividade no mercado agroindustrial, já que quase entrou em estado de liquidação⁴⁵ no final da década de 1990. Outros fatores que impulsionaram as dificuldades financeiras foram as mudanças ocasionadas pela política econômica, a falta de apoio do Estado (crédito) e a concorrência com o setor privado.

O ano de 2005, o algodão ainda era o principal produto da cooperativa, todavia a mesma teve um recebimento de produtos abaixo do esperado e as vendas de insumos também caíram drasticamente, afetando diretamente o seu faturamento bruto, que já vinha numa ascendência. Mesmo assim, a Coagel no mesmo ano teve um substancial crescimento de 8,41%.

Sabe-se que década de 2000 foram retomados os investimentos na agricultura pelo Governo Federal, assim a cooperativa buscou se modernizar, através dos financiamentos. Em 2006, foram investidos R\$ 350 mil reais na modernização da fiação de algodão, localizada em

45 As sociedades cooperativas não se sujeitam à falência ou a insolvência civil, considerando as cooperativas como sociedade simples, elas se dissolvem através de liquidação extrajudicial, com a intervenção de órgão executivo federal, conforme art. 75 da Lei nº 5.764/71.

Goioerê (COAGEL, 2014). Foram adquiridos três modernos passadores RSB-D40, do fabricante Rieter, uma empresa suíça de fabricação de máquinas têxteis e automotivo. Os três novos passadores substituíram cinco antigos, com duas décadas de funcionamento e que já estavam operando de forma obsoleta.

Em 2007, a cooperativa teve um crescimento do faturamento bruto da ordem de 28,3% em relação a 2006, atingindo a cifra de R\$ 125,7 milhões. Já em relação ao recebimento de produtos na cooperativa, houve um aumento de 27,7%, totalizando 152,327 mil toneladas (COAGEL, 2014). Contudo, a cooperativa acumulava dívidas com fornecedores e com o Estado.

Em 2008, a Coagel contava com 448 empregados, 2.300 associados, recebendo 152 mil toneladas de produtos nas suas 13 unidades de recebimento de soja, milho, trigo, algodão, café e leite. Contudo, a fiação, que estava com capacidade de produzir 9 toneladas diárias de fios, passou por dificuldades, tendo sua produção parada várias vezes no ano por falta de matéria-prima. Mesmo com uma receita de 142 milhões de reais, a cooperativa não distribuiu sobras nesse ano (COAGEL, 2014).

Ainda em 2008, a Coagel inaugura com recursos próprios sua segunda indústria, de café, no município de Moreira Sales, para tentar aumentar seu faturamento através da verticalização de seus produtos (COAGEL, 2014). Moreira Sales, que era o maior produtor da região, produzia 218 toneladas de café, em uma área de 169 hectares, com aproximadamente 324 mil pés (IBGE, 2010).

Contudo, mesmo com o aumento do seu faturamento, a cooperativa enfrentava problemas financeiros procedentes ainda da década anterior, como os financiamentos antigos no Banco do Brasil, em processo de execução, e a dívidas tributárias com o INSS.

Em 29 de abril de 2009, a Coamo arrenda a Coagel e em 09 de maio de 2012, houve sua incorporação, no qual a Coamo herdou um reflexo negativo de 36.912 milhões de reais, além de toda a infraestrutura e carta de cooperados da Coagel.

No mesmo ano, a Coamo inaugura uma unidade da Credicoamo⁴⁶⁴⁷ em Goioerê, atendendo cooperados de toda região. Também ocorre uma ampla reforma nas dependências da cooperativa, padronizando-a com as demais.

⁴⁶ Mais informações vide item 3.1

⁴⁷ A CREDICOAMO mantém postos de atendimento aos cooperados em Araruna, Boa Esperança, Boa Ventura do São Roque, Bragantina (Assis Chateaubriand), Campo Mourão, Candói, Cantagalo, Coronel Vivida, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fênix, Goioerê, Guarapuava, Ivaiporã, Juranda, Luiziana, Mamborê, Mangueirinha, Marilândia do Sul, Manoel Ribas, Nova Santa Rosa, Palmas, Peabiru, Pinhão, Pitanga, Roncador, São João do Ivaí, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Tupãssi e Vila Nova (Toledo), no Paraná; Abelardo Luz e São Domingos, em Santa Catarina; Amambaí, Aral Moreira, Caarapó e Laguna Carapã, no Mato Grosso do Sul (COAMO, 2016).

Em relação ao município de Goioerê, não ocorreram mudanças expressivas, já que não houve a instalação de agroindústrias, tampouco de outras unidades de recebimento. Em relação aos produtores, a Coagel já atendia suas necessidades, como compra de insumos, assistência técnica e comercialização. Entretanto, por ser uma cooperativa sólida financeiramente e com grande movimentação de produtos, as sobras para os cooperados são maiores em relação a extinta Coagel, proporcionando ao agricultor um capital extra para investimentos na sua qualidade de vida ou na própria lavoura.

2.6 Considerações do Capítulo

- O Plano Real conseguiu combater a inflação que assolava a economia brasileira, contudo afetou os setores produtivos e acarretou um processo de recessão econômica que perpetuou até o governo Lula.

- Houve uma queda considerável nos preços e um aumento na demanda e reestruturação do crédito após a criação do Plano Real, já que com a inflação em alta era quase impossível obter crédito. Posteriormente ele se tornou armadilha para o crescimento da economia brasileira.

- Todas as medidas adotadas pelo Plano Real refletiram na agricultura, como o declínio do preço das terras e dos produtos agrícolas, graças ao crescimento dos juros e apreciação cambial. Assim, o PIB Agropecuário Brasileiro oscilou durante a década de 1990, com crescimento na metade da década, mas teve seu pior desempenho a partir de 1997.

- A década de 1990, a agricultura foi marcada por políticas liberais, que buscavam transferir a regulação do setor agrícola para o mercado financeiro.

- O BNDES e BRDE foram de suma importância no desenvolvimento agrícola brasileiro, sendo uma alternativa para obtenção de crédito. Tais medidas foram tomadas graças a crise do financiamento desencadeada pelo governo FHC.

- Com a crise no financiamento, muitos agricultores se endividaram e não cumpriram seus compromissos financeiros com suas cooperativas, causando uma crise em todo setor. Quem assumiu o ônus das dívidas foram as próprias cooperativas.

- A grande causa da crise da Coagel foi o declínio do algodão na microrregião de Goioerê, já que 85% de seu faturamento vinha da cotonicultura.

Capítulo 3

A EXPANSÃO E O CRESCIMENTO DA COAMO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

O cooperativismo no decorrer dos dois últimos séculos se ampliou e conquistou seu próprio espaço, acentuado por uma nova maneira de pensar o campo, o trabalho e até mesmo o desenvolvimento social.

Perante o Estado brasileiro as cooperativas gozam de isenções fiscais e créditos subsidiados, já diante ao mercado, usufruem da compra de produtos agrícolas dos cooperados que na prática são uma clientela cativa, desde sementes, até insumos, peças e serviços.

Diante da grandeza do cooperativismo, principalmente da Coamo, esse estudo tem como objetivo entender o processo histórico da expansão horizontal e vertical da maior cooperativa da América Latina, verificando as reais consequências desencadeadas pelo seu processo expansivo, além das suas principais estratégias de crescimento econômico, diante do mercado interno, como do mercado externo.

A Coamo surgiu em uma perspectiva de lavouras modernas, diferentemente das várias outras cooperativas que surgiram no Paraná, principalmente aquelas do norte do estado, que foram impulsionadas sobretudo pela cafeicultura. E no decorrer de sua trajetória, acabou por adotar modelos de estratégias empresariais comuns a qualquer outro tipo de empresa, mesmo constituindo um formato diferenciado em relação às demais empresas, graças a sua própria organização administrativa, como sua gestão orientada por leis e estatutos que regem o cooperativismo.

Segundo Fajardo (2008), as empresas globais do setor agroindustrial, dispõem de inúmeras possibilidades de estratégias, e algumas destas podem também ser normalmente utilizadas pelas cooperativas, outras possuem um nível de dificuldade por depender de condições especiais no sentido legal e limitações no sentido operacional.

No caso da Coamo, como estratégia horizontal, utilizou-se do recebimento da soja em diversas regiões do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul desde meados da década de 1970. Já em relação as suas estratégias verticais, iniciou-se com a instalação do moinho de trigo na década de 1970, e na década de 1980 com a fiação de algodão e destilaria de álcool (COAMO, 2016).

Atualmente, a Coamo conta com 28.095 associados, nos quais 24.334 pertencem as unidades do Paraná, 1.240 em Santa Catarina e 2.512 no Mato Grosso do Sul, representando respectivamente 86,7%, 4,4% e 8,9% do total. No ano de 2015, foram realizados 1.736

eventos de capacitação para os cooperados, abrangendo 52.536 participantes (COAMO, 2016).

Em relação ao número de funcionários efetivos, que com suas competências funcionais são responsáveis pela condução das operações e atividades da cooperativa, o estado do Paraná emprega 6.366 (92%), Santa Catarina com 190 (2,7%) e o Mato Grosso do Sul com 361 (5,3), totalizando 6.917 empregados. No ano de 2015, foram realizados 2.451 eventos de capacitação para funcionários (COAMO, 2016).

A tabela 24, demonstra o número de municípios com entrepostos, fábricas ou posto de recebimento, de unidades de recebimento, além do volume de produtos recebidos e a capacidade de armazenamento divididos pelos três estados onde a cooperativa atua.

Tabela 24 – Coamo em Números divididos pelos estados do PR/SC e MS e sua porcentagem

	Municípios	Unidades de Recebimento	Volume de Produtos recebidos (ton)	Capacidade de armazenagem (ton)
Paraná	56 (82,3%)	96 (85,7%)	5.198.392 (73,8%)	4.864.160 (82,6%)
Santa Catarina	5 (7,4%)	5 (4,5%)	194.157 (2,8%)	194.942 (3,3%)
Mato Grosso do Sul	7 (10,3%)	11 (9,8%)	1.646.041 (23,4%)	832.080 (14,1%)
Total	68 (100%)	112 (100%)	7.038.590 (100%)	5.891.182 (100%)

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

É evidente que a Coamo é mais atuante no estado do Paraná, seguido do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina. O Mato Grosso do Sul possui 6 entrepostos a mais que Santa Catarina, contudo recebe quase nove vezes mais grãos, dado que o estado produz mais soja e o relevo pouco ondulado é propício a mecanização.

Em suma, tais dados revelam a presença do cooperativismo na organização e desenvolvimento do espaço rural brasileiro, e dado esses números, o presente capítulo será analisado com mais detalhes todo esse processo de expansão da Coamo.

3.1 O Processo de Expansão Espacial da Coamo Agroindustrial Cooperativa no Estado do Paraná

O primeiro presidente da então Cooperativa Mourãoense Ltda foi Fioravante João Ferri, nascido em Passo Fundo (RS), sendo assessorado pelo engenheiro agrônomo José

Aroldo Galassini, que em 1971 tornou-se gerente geral e no ano de 1975 presidente da cooperativa (PEDROZO, 1991).

Galassini no seu primeiro ano de cooperativa já tomava algumas medidas importantes. Segundo Pedrozo (1991, p. 246) “inicialmente, José Aroldo Galassini implementou a aquisição de sementes de soja e milho, inexistentes na região, e formou a equipe técnica para orientar os produtores a nível de campo e de escritório”.

Após a qualificação técnica, a empresa iniciou seu contínuo e duradouro processo de expansão, tendo o Estado como grande apoiador desse processo. Dos dois métodos de expansão, vigora-se como mais eficiente, no início das atividades, construir novos estabelecimentos bem como criar novos mercados para si (DENKER, 2009).

A primeira safra (1971) foi grande e com ela vieram os primeiros problemas com a demora na recepção e a falta de armazéns.

Para resolver a situação e prevendo o aumento de área e produtividade a diretoria promoveu em 06 de novembro de 1971 a sua primeira Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com o objetivo de obter autorização para contratação de financiamento junto ao BRDE para a construção de um armazém de fundo plano com 2.250 metros quadrados, além de escritório, secadores e balança. Com grande número de autoridades, os 68 cooperados presentes à assembleia aprovaram a contratação do financiamento que foi liberado sem restrições, tendo em vista o conceito e a organização da Coamo (COAMO, 2016).

De imediato, Procópio (2007, p. 5) afirma que:

A cooperativa alugou armazéns da estatal Copasa, da Algodoeira Limoense, da Contibrasil e da Armazéns Gerais Federal (AGEF), em Engenheiro Beltrão, com apoio da Comissão de Trigo Nacional (CTRIN) e da agência do Banco do Brasil de Campo Mourão (PROCÓPIO, 2007, p. 5).

A Coamo naquele momento já dispunha de 153 cooperados e 25 funcionários. Recebeu 194.391 sacas de trigo em armazéns alugados e adquiriu 5.110 sacas de semente de soja e 120 sacas de semente de milho. Obteve registro como produtor de semente de soja e de trigo e produziu 20.163 sacas de semente de trigo (PEDROZO, 1991).

No ano de 1972 a cooperativa já contava com 529 cooperados, e no mês de abril do mesmo ano, sua sede mudou de um prédio alugado de 50m² para instalações próprias, na avenida Guilherme de Paula Xavier, defronte ao prédio que abriga hoje a sua atual administração, além de ser inaugurado o seu primeiro armazém no município de Campo Mourão.

Em prol do desenvolvimento cooperativista, no mês de junho a Coamo obtém registro junto à Ocepar - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná⁴⁸.

Em 1973, a cooperativa inaugurou o Laboratório de Análise de Sementes e um armazém com capacidade de 500 mil sacas. Ao término do ano, a cooperativa havia aumentado seu número de cooperados em 80% em relação ao ano anterior e já recebia produtos a granel. Segundo Pedrozo (1991, p. 247):

A mecanização e o cultivo de novas áreas de soja e trigo na região aumentavam rapidamente. A cooperativa criou três departamentos: o operacional, o administrativo/financeiro e o de assistência técnica, além de criar uma assessoria gerencial. A Coamo já contava com 66 funcionários e 853 cooperados. Dentre os funcionários, existiam três engenheiros agrônomos, que davam assistência técnica direta aos cooperados e um técnico em armazenamento (PEDROZO, 1991, p. 247).

Sua primeira espacialização se deu por meio do consórcio de cooperativas Itaipú⁴⁹, que foi desenvolvido com a assistência financeira do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e recursos do Banco Central do Brasil. Esse consórcio foi idealizado por cooperativas agrícolas da região Oeste do Estado do Paraná, localizadas nas cidades de Campo Mourão, Cascavel, Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon, que sob forma de condomínio adquiriram uma área junto ao porto de Paranaguá. Após sua consolidação, mais três cooperativas situadas em Cafelândia, Medianeira e Capanema juntaram-se ao consórcio, que visava a exportação de seus produtos, além de armazéns com capacidades de 25 mil toneladas cada (COTRIGUAÇU, 2014).

Em 1974 a Coamo abre seus primeiros entrepostos, um no município de Engenheiro Beltrão e outro no município de Mamborê, ambas com capacidade estática⁵⁰ de 700.000 sacas e a menos de 40 km de distância de Campo Mourão. Segundo Pedrozo (1991, p. 247) tais entrepostos foram construídos “com base em estudos de viabilidade econômica. Esses estudos

⁴⁸ O Sistema Ocepar foi criado em 1971 e é formado por três sociedades distintas, o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop PR e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecoopar. O sistema não tem fins lucrativos e em parceria, se dedicam à representação, fomento, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses (OCEPAR, 2014).

⁴⁹ O consórcio e condomínio se transformou em 13 de dezembro de 1975 em Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda – COTRIGUAÇU. Seus objetivos eram: 1º - Integrar as atividades econômicas, em maior escala, no interesse das cooperativas filiadas; 2º - Orientar as atividades econômicas e assistenciais; 3º - Coordenar a utilização recíproca de serviços; 4º - Desenvolver os interesses e atividades econômicas de caráter comum; 5º - Aprimorar as atividades econômicas e assistenciais (COTRIGUAÇU, 2014).

⁵⁰ A capacidade estática de armazenagem no segmento agroindustrial é um elemento indispensável. Sendo esta constituída de distintas estruturas, a receber a produção de grãos, conservá-los em perfeitas condições técnicas por tempo determinado e, posteriormente, redistribuí-los chegando ao mercado consumidor, seja intermediário ou final (WEBER, 2001).

incorporaram-se como instrumentos ou medidas rotineiras nas análises e deliberações sobre novos investimentos da cooperativa”.

Com o crescimento no número de cooperados, a Coamo lançou em novembro de 1974 o seu primeiro jornal impresso, chamado de “Informativo Coamo”, passando a ser o órgão oficial de divulgação da cooperativa aos seus cooperados⁵¹. No começo da década de 80, o informativo chega as rádios, e atualmente o programa Informativo Coamo é veiculado diariamente, de segunda à sábado, em 27 emissoras de rádio espalhadas pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, onde a cooperativa está presente, atingindo um público de milhares de pessoas, ligadas ou não ao agronegócio.

Em 1975, a Coamo inaugura seu Moinho de Trigo e sua “Fazenda Experimental”, com 84,7 hectares⁵² e com convênio do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR).

A Fazenda Experimental Coamo, instalada atualmente numa área de 170 hectares, anexo ao parque industrial da cooperativa, em Campo Mourão, surgiu da necessidade de facilitar a vida dos cooperados, com a realização de testes e experimentos sobre novas técnicas de plantio, variedades, conservação de solos e de combate a doenças e pragas, uma vez que seria muito difícil, oneroso e sem resultado confiável cada cooperado promover individualmente esse trabalho na sua propriedade. Na fazenda são desenvolvidos diversos experimentos e testadas variedades, defensivos e fertilizantes agrícolas, máquinas e implementos, além de sistemas de plantio. Desta maneira, os novos defensivos e variedades que surgem no mercado são testados primeiramente na unidade de pesquisa da Coamo para depois serem utilizados pelos cooperados (COAMO, 2016).

Denker (2009, p. 56) afirma que “instalação da fazenda experimental manifesta-se como uma medida administrativa promovida pela gestão empresarial que contribuiu com a qualidade dos serviços e produtos prestados pela empresa, repercutindo nos anos seguintes em diversas oportunidades”.

Em 1975, iniciaram as atividades nos cinco armazéns da nova unidade de produção de sementes. Foi aprovado a construção do Terminal Ferroviário de Maringá, com a construção de um armazém graneleiro para 500.000 sacas. Foi autorizado a construção de mais quatro armazéns, dois em Campo Mourão, um em Mamborê e outro em Fênix, além da criação do Departamento de Insumos (PEDROZO, 1991).

Em 1976, a Coamo inaugura seu Centro de Treinamento Agrícola (CTA)⁵³ e o entreposto Fioravante João Ferri⁵⁴, ambos em Campo Mourão, e seu terceiro entreposto fora

⁵¹ A versão impressa e digital do jornal atualmente é chamado de “Jornal Coamo” e o “Informativo Coamo” é o programa de rádio.

⁵² Em 1976 foram comprados mais 169,4 hectares. Ao lado dessa área foram construídos armazéns e o atual parque industrial da Coamo.

de Campo Mourão, na cidade de Fênix, a 60 km de sua sede. Segundo Pedrozo (1991) no mesmo ano foi implantado definitivamente o Crédito de Repasse⁵⁵ para associados até 140 hectares por meio de convênio com o Banco do Brasil. Com o crédito, houve a diminuição da burocracia para o pequeno produtor.

No ano seguinte foram inauguradas as lojas de insumos em Mamborê e Engenheiro Beltrão, bem como foi implantado o viveiro de mudas na “Fazenda Experimental”.

Em 16 de fevereiro de 1978 são inaugurados os entrepostos de Peabiru e Boa Esperança. O último mencionado, foi adquirido à partir de negociações entre as diretorias da Coagel e da Coamo, já que o entreposto pertencia a Coagel e na época possuía uma capacidade de armazenagem de 570 mil sacas, ajudando no recebimento dos cooperados do entreposto de Mamborê.

No dia 15 de setembro de 1978, são abertos mais dois, um na cidade de Iretama e outro em Roncador. No ano de 1979, são implantados os entrepostos de Juranda⁵⁶ e Barbosa Ferraz. Com as construções desses novos entrepostos, a Coamo começou atender toda região da COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, já que seus entrepostos estavam ao máximo 50 km de distância de cada município (Tabela 25).

Tabela 25 – Entrepostos da Coamo na década de 1970

Entreposto	Inauguração
Engenheiro Beltrão	06 de setembro de 1974
Mamborê	06 de setembro de 1974
Fênix	06 de março de 1976
Boa Esperança*	16 de fevereiro de 1978
Peabiru	16 de fevereiro de 1978
Palmas*	11 de julho de 1978
Iretama	15 de setembro de 1978
Roncador	15 de setembro de 1978
Mangueirinha**	01 de janeiro de 1979
Juranda	05 de janeiro de 1979
Barbosa Ferraz	17 de setembro de 1979
Pitanga***	17 de setembro de 1979

* Por meio da aquisição do entreposto da COAGEL

** Por meio da aquisição da COPALMA

*** Por meio da aquisição da COOPERCENTRO

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

⁵³ O CTA tinha como objetivo capacitar os cooperados no uso correto dos equipamentos, maquinários e insumos.

⁵⁴ Atualmente o entreposto funciona no térreo do prédio administrativo.

⁵⁵ No primeiro ano de implantação foram aprovados 771 contratos, equivalente a 37.000 hectares de lavouras de trigo, milho ou soja.

⁵⁶ Em 1979 o município de Juranda pertencia a Mamborê. Em 16 de dezembro de 1981, pela lei n.º 7.549 Juranda é emancipada e desmembrada.

A expansão territorial na década de 1970, segundo Denker (2009, p. 37), foi dado graças “a ampliação da indústria nacional, possibilitando o surgimento de setores produtores de máquinas, implementos e insumos para a agricultura, bem como pela expansão do crédito agrícola proporcionado pelo Governo Federal para incentivar a produção para exportação”.

Percebe-se que a Coamo, já na década de 1970 adquire instalações de outras cooperativas agroindústrias, fato que se amplia na década de 1990 no momento de crise no setor⁵⁷.

Na década de 1980, o modelo de modernização da agrícola se esgotou, não havendo recursos baratos e fartos, afetando em cheio as cooperativas agropecuárias (BENETTI, 1992). Neste período, o cooperativismo entra em crise, todavia a Coamo, segundo Pedrozo (1991) não havia passado por nenhuma crise econômica até 1991⁵⁸, não tendo, portanto as oscilações que ocorreram com a maioria das organizações na época.

No ano de 1981, a Coamo dá sequência a sua expansão vertical, inaugurando sua primeira indústria de óleo de soja. A estabilização das duas agroindústrias fez a Coamo se consolidar no cenário agroindustrial, tornando-a mais forte. Segundo Serra (1992, p. 120):

A industrialização da matéria-prima entregue pelos associados foi a arma encontrada pelas cooperativas agropecuárias para atingir um determinado grau de crescimento que as tornassem menos vulneráveis ao jogo das concorrências de mercado, dentro ou fora do próprio sistema (SERRA, 1992, p. 120).

Após a emancipação do município de Altamira do Paraná, no dia 11 de julho de 1982 a cooperativa inaugura um entreposto na localidade. Na mesma data, é inaugurado o entreposto de Palmital. Ambos entrepostos foram inaugurados simultaneamente, pois o município de Altamira do Paraná pertencia a Palmital até o dia 27 de abril de 1982, quando foi emancipado por meio da Lei Estadual nº 7.571, aprovado pelo então governador estadual Ney Aminthas de Barros Braga.

Em 1983 é criado o entreposto do então Distrito Administrativo Corumbataí, pertencente a Barbosa Ferraz. Pela Lei n.º 8.484, de 27 de maio de 1987, foi criado o município. O termo ‘do Sul’, foi acrescentado para diferenciá-lo de município homônimo existente no Estado de Goiás. O território foi desmembrado do município de Barbosa Ferraz, sendo instalado oficialmente no dia 1º de janeiro de 1989 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2014).

⁵⁷ Maiores informações no item 3,1.1.

⁵⁸ Data de publicação de sua obra.

Em 1994 a Coamo inaugura o entreposto de Honório Serpa, o primeiro construído por iniciativa da cooperativa na Mesorregião Centro-Sul do estado. O entreposto de Mangueirinha, foi o primeiro na região, todavia suas instalações foram construídas pela então cooperativa Copalma. No mesmo dia, é inaugurada a Coamo no município de Araruna. Esse novo entreposto auxiliou os cooperados da cidade, já que os mesmos precisavam levar sua safra para os entrepostos de Campo Mourão ou Peabiru, cerca de 20 km de distância.

Em maio de 1986 são iniciadas as operações na Fiação de Algodão, com produtividade de até 20 toneladas de fio cardado por dia e a destilaria de álcool, que possuía capacidade de 150 mil litros diários, ambas em Campo Mourão.

No mesmo ano são inaugurados os entrepostos na região Central do Paraná, em Nova Tebas, desmembrado de Pitanga em 1987, São Pedro do Ivaí, Manoel Ribas e Boa Ventura de São Roque, desmembrado de Pitanga em 1997. Ainda foi aberto o entreposto do município de Quinta do Sol, na região Noroeste.

No ano de 1989, são criados os entrepostos de Luiziania e Cândido de Abreu (Tabela 26), além de ser fundado a CREDICOAMO – Crédito Rural Cooperativa. A CREDICOAMO foi criada como tentativa de defesa contra a crise do SNCR, para garantir a continuidade do crédito para os agricultores⁵⁹. Sobre esse momento, Denker (2009, p. 58) afirma que:

A implementação de uma cooperativa de crédito rural é uma prestação de serviço que pode servir de meio e de fim para o desenvolvimento das atividades da empresa, não deixando, todavia, de configurar uma forma de expansão de suas atividades (DENKER, 2009, p. 58).

Entre as modalidades disponibilizadas aos cooperados pela CREDICOAMO estão: conta corrente; cartão de crédito internacional; empréstimos para capital de giro; financiamentos de custeio e investimento para agricultura, pré-comercialização; financiamento complementar; financiamento para veículos, financiamentos para aquisição, construção, reforma ou ampliação de residências urbana e rural e outros bens, além de seguros de diversos ramos: agrícola residenciais, de vida e para máquinas e implementos agrícolas. A cooperativa também presta serviços por meio do recebimento de títulos e boletos bancários (COAMO, 2016).

Segundo Padilha (2014, p. 66):

⁵⁹ Essa medida foi tomada por quase todas as cooperativas agropecuárias, que criaram cooperativas de crédito na mesma época.

As cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas agropecuárias foram uma alternativa para buscar recursos no mercado financeiro sem pesar sobre a cooperativa de produção agropecuária. Segundo Alves (2003) as cooperativas agropecuárias não estavam preparadas para enfrentar essa nova realidade devido ao amparo governamental tido até então, o que encaminhou muitas empresas para crescentes dificuldades financeiras. A partir das mudanças no contexto internacional e nacional, foi gestada a crise no sistema cooperativo, que teve como principais consequências o endividamento do setor, a falência de cooperativas, o desestímulo a criação de novas associações e a diminuição no faturamento das empresas (PADILHA, 2014, p. 66).

De acordo com Benetti (1992), o crescimento das cooperativas de crédito a partir do final da década de 1980, evidencia a escassez de recursos para financiamento da agricultura com a elevação de taxas de juros e a falta de controle pelos produtores de suas condições de produção.

Tabela 26 – Entrepósitos da Coamo criados na década de 1980

Entrepósito	Inauguração
Altamira do Paraná	11 de junho de 1982
Palmital	11 de julho de 1982
Corumbataí do Sul	17 de novembro de 1983
Araruna	13 de março de 1984
Honório Serpa	13 de março de 1984
Nova Tebas	06 de março de 1986
Quinta do Sol	06 de março de 1986
São João do Ivaí*	06 de março de 1986
Manoel Ribas	03 de junho de 1986
Boa Ventura de São Roque	26 de setembro de 1986
Luiziania	16 de agosto de 1989
Cândido de Abreu	22 de dezembro de 1989

* Por meio da aquisição da COPIVA

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

Percebe-se que na década de 1970 e 1980 a Coamo desempenhou atividades administrativas de expansão de suas unidades administrativas e de recebimento e armazenagem de grãos, bem como investindo na diversificação de produtos da mesma área de especialidades da firma (DENKER, 2009).

Em 1990, a Coamo comprou uma indústria de óleo de soja e um terminal portuário no Porto de Paranaguá, no litoral do estado do Paraná, possibilitando a exportação de seus produtos, seja eles *in natura* ou industrializados a partir de 1991. Sobre essa expansão, Denker (2009) deixa claro que essas novas aquisições beneficiaram a cooperativa, por

diminuir a concorrência e as despesas no transporte dos produtos. Com a adoção da estratégia de crescimento via exportações, mesmo não possuindo problemas de demanda com seu mercado interno, a Coamo passou a possuir mais um mercado, possibilitando o aumento de sua lucratividade sempre que o cenário externo ofereça preços mais atraentes que no mercado interno.

A expansão no mercado interno brasileiro continua em 1994, com a inauguração do entreposto de Farol, a 20 km da sede. Em 1996, começa a funcionar a refinaria de óleo de soja, em Campo Mourão, cuja capacidade atual é de 360 toneladas por dia. Em 1999 a cooperativa inicia a hidrogenação de óleos, além do início das operações dos entrepostos de Candói, Guarapuava e Pinhão, ambas na região Central paranaense (Tabela 27).

Tabela 27 – Entrepostos da Coamo criados na década de 1990

Entreposto	Inauguração
Paranaguá	26 de novembro de 1990
Coronel Vivida*	26 de março de 1993
Farol	28 de julho de 1994
Assis Chateaubriand**	29 de dezembro de 1994
Ouro Verde do Oeste**	29 de dezembro de 1994
São Pedro do Iguaçu**	29 de dezembro de 1994
Toledo**	29 de dezembro de 1994
Tupãssi**	29 de dezembro de 1994
Nova Santa Rosa**	02 de janeiro de 1995
Ivaiporã***	15 de setembro de 1998
Jardim Alegre***	15 de setembro de 1998
Candói	05 de fevereiro de 1999
Guarapuava	05 de fevereiro de 1999
Pinhão	13 de outubro de 1999
* Por meio da aquisição da CAMPEG	
** Por meio da aquisição da COOPAGRO	
*** Por meio da aquisição da COPIVA	

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

Na década de 2000, pelo contrário das anteriores, houve a retomada do crescimento econômico, pautado em políticas de investimento na produção agropecuária e industrial. Segundo Padilha (2014, p. 91):

A nova fase do cooperativismo começa no início do século XXI, mais precisamente após 2003, momento de mudanças políticas e econômicas. Diferente do que foi a década de 1990, a partir desse momento, o cooperativismo agropecuário apresentou crescente expansão. Prova disso, é

o aumento no número de associados às cooperativas, o número de empregados e o surgimento de novas cooperativas (PADILHA, 2014, p. 91).

Em 2002, a Coamo inaugura seu entreposto em Moreira Sales na região da COMCAM e em Coronel Domingues Soares, na região Centro-Sul paranaense. No ano seguinte, as atividades se iniciaram em Cantagalo na região Centro-Sul, e nos municípios de Faxinal e Marilândia do Sul, ambos no Vale do Ivaí (Tabela 28).

É inaugurada a indústria de torrefação e moagem de café, em Campo Mourão, para produção de 450 toneladas por mês no dia 1º de setembro de 2009.

Tabela 28 – Entrepostos da Coamo criados na década de 2000

Entreposto	Inauguração
Moreira Sales	16 de maio de 2002
Coronel Domingues Soares	03 de setembro de 2002
Cantagalo	05 de março de 2003
Faxinal	05 de maio de 2003
Marilândia do Sul	29 de julho de 2003
Quarto Centenário*	16 de julho de 2008
Brasilândia do Sul*	30 de abril de 2009
Goioerê*	30 de abril de 2009
Janiópolis*	30 de abril de 2009
Mariluz*	30 de abril de 2009
Rancho Alegre do Oeste*	30 de abril de 2009
* Por meio da aquisição da COAGEL	

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

Na década de 2010, a Coamo inaugura entrepostos nos municípios de Reserva, Alto Piquiri, Arapuã, Cruzmaltina e Goioxim, todos no estado do Paraná (Tabela 29).

Tabela 29 – Entrepostos da Coamo criados na década de 2010

Entreposto	Inauguração
Reserva	28 de maio de 2012
Arapuã	28 de maio de 2012
Alto Piquiri	04 de junho de 2012
Cruzmaltina	04 de fevereiro de 2013
Goioxim	04 de fevereiro de 2013
Santa Maria do Oeste	16 de outubro de 2015

Fonte: Organizado pelo autor

O mais recente entreposto foi inaugurado em Santa Maria do Oeste, em 16 de outubro de 2015, com investimento de R\$ 20 milhões. A unidade possui silos com capacidade de 170

mil sacas cada e outros silos pulmão e resíduo com total de 410 mil sacas, além de tombadores para carretas e armazém de insumos.

Durante as primeiras décadas do século XXI, em geral, as cooperativas paranaenses mantiveram desempenho econômico significativo. Entretanto, ocorre um processo de concentração a partir do crescimento de algumas cooperativas que incorporam o capital e as forças produtivas de outras cooperativas, como foi o caso da Coamo.

3.1.1 Expansão por meio da Aquisição de Cooperativas no Estado do Paraná

Em 1978, a Coamo inicia seu processo de expansão territorial por meio da aquisição de cooperativas. Segundo Padilha (2014) a crise econômica se desenvolveu de forma diferente para a Coamo. Uma das estratégias de crescimento durante os anos oitenta e noventa, por parte das grandes cooperativas, foi a aquisição de empresas e cooperativas que estavam em dificuldades financeiras, estabelecendo uma expansão horizontal nessa época.

Segundo Penrose (2006, p. 33):

Evidentemente, os custos imediatos e as dificuldades administrativas e técnicas do ingresso num novo campo de atividades poderão ser substancialmente reduzidos se uma firma consegue adquirir outro empreendimento em atividade. [...] Desta forma, a aquisição pode ser utilizada como meio para obter os serviços produtivos e os conhecimentos necessários para estabelecer-se num novo campo (PENROSE, 2006, p. 33).

De acordo com Delgado (1985) as “multicooperativas”, ou seja, cooperativas com grande poder de mercado, cresceram pela fusão ou compra de outras empresas que estavam em dificuldades financeiras. Assim, uma característica do cooperativismo na década de 1990 é que em meio à crise e falência de muitas cooperativas, outras instituições apresentaram crescimento, que é o caso da Coamo (PADILHA, 2014).

Sua primeira aquisição, foram as instalações da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda (Copalma), localizada nos municípios de Palmas e Mangueirinha, sendo os primeiros entrepostos fora da região da COMCAM. O presidente da cooperativa José Aroldo Gallassini⁶⁰ afirma que o principal motivo que homologou a implantação do cooperativismo da Coamo em Palmas foi justamente a crença na capacidade laborativa dos agricultores e pecuaristas, que pesou na decisão de propor à assembleia dos associados da Coamo a incorporação da então Copalma, em 1978.

⁶⁰ JORNAL COAMO. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 25 de jul. 2014.

No ano seguinte, foi a vez da Coopercentro, em Pitanga, na região Central paranaense. No dia 3 de julho de 1979 os produtores aprovaram a presença da Coamo no município e a consolidação do entreposto da cooperativa, cujas atividades foram iniciadas nas instalações existentes da antiga Coopercentro, em 17 de setembro de 1979. O entreposto foi o terceiro aberto fora da região da COMCAM.

Na década de 1980, São João do Ivaí ganha seu primeiro entreposto da Coamo, por meio da aquisição da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda – Copiva. Dois anos mais tarde foram adquiridos os entrepostos de Ivaiporã e Jardim Alegre, que foram inaugurados apenas em 1998.

Em 1993, a Coamo chega na região Sudoeste do Paraná, com a aquisição da Capeg em Coronel Vivida. Padilha (2014, p. 84) afirma que:

Na virada da década de 1980 para 1990, devido a má administração e ao mesmo tempo a decadência da economia nacional, a cooperativa acumulou dívidas. Essas dívidas correspondem ao pagamento dos direitos trabalhistas de muitos empregados demitidos e de empréstimos realizados para contornar a crise. Com a suspensão de novos financiamentos (devido as ações trabalhistas), a empresa passou por um processo de reestruturação. Após denúncias e execuções judiciais, a cooperativa ficou com seu crédito comprometido, inviabilizando-a de prosseguir no setor de cereais. As unidades de grãos foram vendidas ou alugadas, sendo que a cooperativa concentrou suas atividades no leite. Dentre as negociações realizadas, duas foram com a Coamo, que expandiu sua área de atuação para o Sudoeste paranaense com a aquisição da estrutura de armazenagem da Capeg em Coronel Vivida (PADILHA, 2014, p. 84).

Em 1994, a cooperativa Coamo entra na região Oeste Paranaense, com a compra de parte da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda – Coopagro. A aquisição da denominada Ala Sul, saiu por R\$ 13 milhões, e incluía os entrepostos dos municípios de Toledo (na sede e nos distritos de Dez de Maio e Vila Nova), Nova Santa Rosa, Assis Chateaubriand (no distrito de Bragantina), Tupãssi, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu e Nova Santa Rosa.

No ano de 2009 as instalações da Cooperativa Agroindustrial de Goioerê - Coagel foram arrendadas para a Coamo. Ainda, após três anos de arrendamento, a Cooperativa Coamo Agroindustrial, anunciou a incorporação da Coagel pelo valor de aproximadamente R\$ 44 milhões, dinheiro não pago, pois a venda foi em troca da melhoria das unidades e na quitação de dívidas que a Coagel havia deixado. A incorporação vinha sendo debatida desde 2009, quando a Coamo arrendou a Coagel para exploração da estrutura de recebimento, armazenagem e processamento de grãos. O contrato vigoraria até 2016.

A Coamo passou as contas para seu nome, porém assumiu todo o patrimônio da Coagel, ou seja, 17 entrepostos em 14 municípios, além de apartamentos, carros e uma unidade de fiação de algodão. Já os associados da Coagel, cerca de 1,7 mil associados, passaram automaticamente para a Coamo.

O mapa 02, expõe a territorialização horizontal da Coamo dividido em por décadas, evidenciando sua grandeza no estado do Paraná.

3.2 O Crescimento Horizontal nos Estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina

A entrada da Coamo no Centro-Oeste, ocorreu pelo estado do Mato Grosso do Sul à partir do ano de 2003, com a construção dos entrepostos de Amambai e Caarapó (Tabela 30). Em 2004, são inaugurados os entrepostos de Aral Moreira e Laguna Carapã (Mapa 03).

A instalação de entrepostos na região teve como objetivo principal atender o quadro social já existente, pois muitos cooperados da Coamo adquiriram terras no sul do estado do Mato Grosso do Sul, além da necessidade de ampliação do recebimento de soja para atender principalmente o mercado europeu.

Para ampliar sua capacidade de recebimento e armazenamento de grãos, a cooperativa comprou unidades armazenadoras junto a uma empresa instalada na região, nos distritos de Rio Verde do Sul e Jaguaratê em Aral Moreira em 28 de dezembro de 2007 e Lagunita em Laguna Carapã em 04 de novembro de 2008.

Em 2010 foram arrendadas três unidades recebedoras pertencentes à Coagri – Cooperativa Agropecuária e Industrial de Dourados, que entrou em liquidação judicial expedida em setembro de 2009. Os entrepostos arrendados foram de Tagi (Aral Moreira), Guaíba (Ponta Porã) e de Laguna Carapã. Em 2014 os entrepostos foram para leilão e a Coamo somente arremata a unidade de Guaíba, em Ponta Porã.

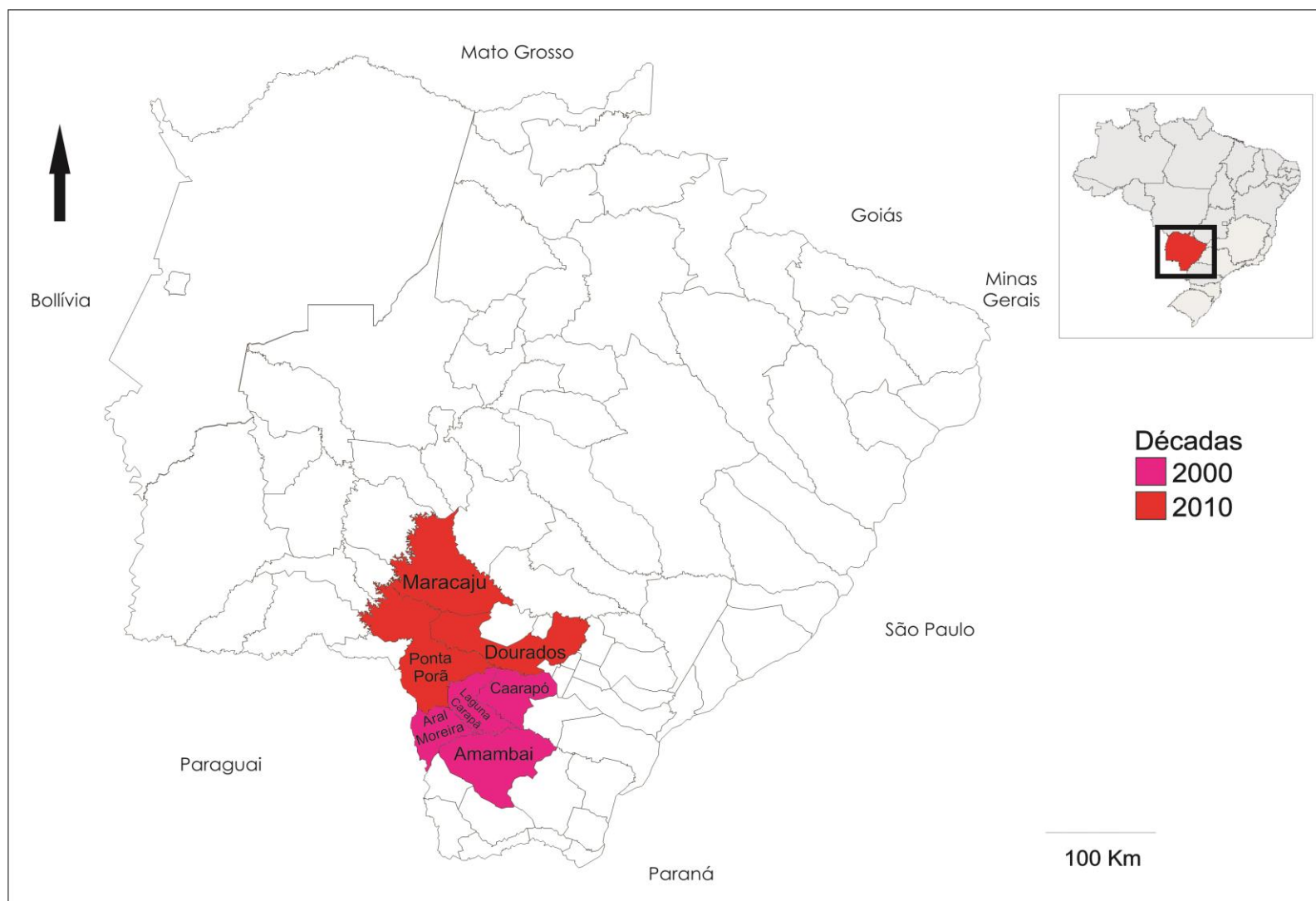
A unidade de Maracaju é inaugurada em 11 de junho de 2012, distante a pouco menos de 500 km de Campo Mourão. Em 27 de novembro de 2012, é inaugurado o entreposto de Dourados, segunda maior cidade do estado, contando com um escritório administrativo, um escritório operacional, uma balança automatizada, uma loja de peças, uma loja veterinária e estoque com capacidade para armazenamento de até 1,1 milhão de sacos de grãos e 3.000 m² de insumos agrícolas.

Tabela 30 – Entrepostos da Coamo criados no Mato Grosso do Sul

Entreposto	Inauguração
Amambai	10 de outubro de 2003
Caarapó	09 de dezembro de 2003
Aral Moreira	27 de setembro de 2004
Laguna Carapã	27 de setembro de 2004
Ponta Porã	26 de fevereiro de 2010
Maracaju	11 de junho de 2012
Dourados	27 de novembro de 2012

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

Mapa 03 – Expansão Horizontal da Coamo no Estado do Mato Grosso do Sul – 2000 e 2010



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

No estado de Santa Catarina, a Coamo está presente em cinco municípios, iniciando as atividades em 1984, com a incorporação da Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda (Cooperal), de Abelardo Luz/SC, no qual havia se tornado inviável financeiramente (Tabela 31).

De acordo com Setti (2010), um grupo de líderes procuraram a Coamo para retratar as dificuldades enfrentadas pela cooperativa e a possibilidade de incorporação, já que sua sede estava a menos de 50 km de Palmas/PR, onde a Coamo recém havia assumido a Copalma. A possibilidade foi submetida e aprovada pelas assembleias das respectivas cooperativas, e a incorporação foi concretizada. A transação envolveu os três entrepostos da Cooperal, o de Abelardo Luz, Ouro Verde e São Domingos.

Em 01 de janeiro de 1989, a Coamo inaugura o entreposto de Ipuçu, também na região Oeste de Santa Catarina. Em 2012, o entreposto recebe melhorias na sua infraestrutura, com a construção de um novo escritório, com mais de 420 m².

No ano de 2014, é inaugurado o último entreposto no estado, o de Xanxerê, em um terreno de 10 alqueires, às margens da rodovia SC-480 (Mapa 04). A implantação da unidade da Coamo no município possibilitou a oportunidade da cooperativa estar mais próxima dos associados, facilitando assim a vida dos produtores na região oeste catarinense, já que as quatro outras unidades do estado já não estavam dando conta do número cada vez maior de associados e do aumento expressivo de recebimento de grãos.

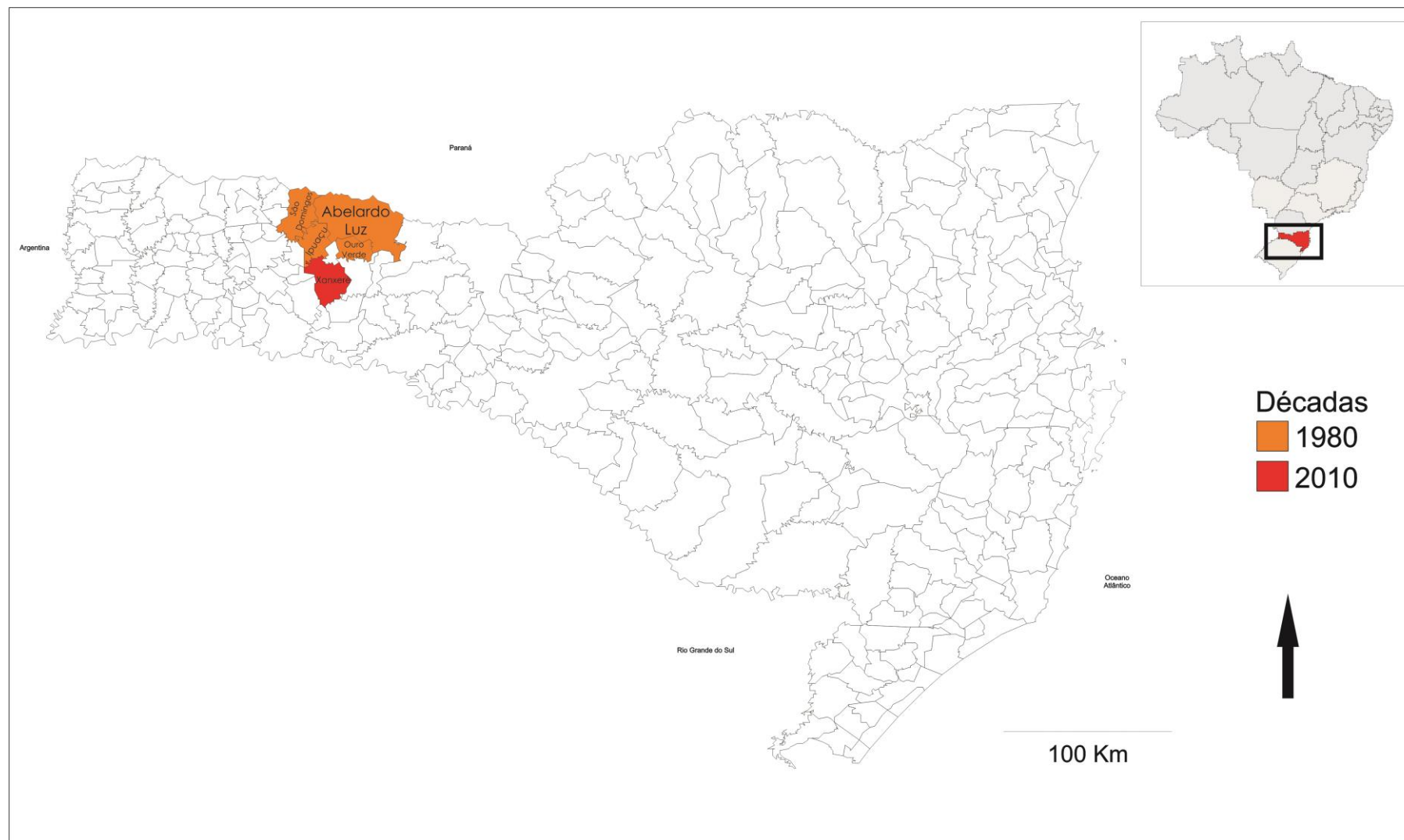
Tabela 31 – Entrepostos da Coamo criados em Santa Catarina

Entreposto	Inauguração
Abelardo Luz*	19 de outubro de 1984
Ouro Verde*	19 de outubro de 1984
São Domingos*	19 de outubro de 1984
Ipuçu	01 de janeiro de 1989
Xanxerê	04 de fevereiro de 2014
* Por meio da aquisição da COOPERAL	

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

Em suma, as duas principais razões para a incorporação, se justifica, primeiro, na necessidade de resolver os ônus deixados pelas cooperativas em processo de liquidação, como a possibilidade de utilizar infraestruturas já criadas, desde os armazéns até os escritórios, além da carta de associados já existentes. A segunda razão, ocorre pela necessidade de expansão da Coamo para atender ao crescimento da demanda de produtos para industrialização e principalmente para a exportação.

Mapa 04 – Expansão Horizontal da Coamo no Estado de Santa Catarina – 1980 a 2010



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Coamo (2016).

3.3 Processo de Verticalização da Coamo: O Caso do Alimentos Coamo

No ano de constituição da Coamo, o município de Campo Mourão dispunha de 2.809 alqueires plantados de trigo, 4.340 de soja, 4.960 de café e 30.952 de milho⁶¹. Todavia o recebimento da primeira safra foi de trigo, no ano de 1971, com 195.000 sacas. Para o armazenamento dessa produção, Procópio (2007) afirma que “a cooperativa alugou armazéns da estatal Copasa, da Algodoeira Limoense, da Contibrasil e da Armazéns Gerais Federal (AGEF), em Engenheiro Beltrão, com apoio da Comissão de Trigo Nacional (CTRIN) e da agência do Banco do Brasil de Campo Mourão”.

No ano de 1975, a plantação de trigo já chegava a 34.622 alqueires e de soja 52.620⁶². O cultivo de novas áreas ocorreu em grande velocidade e o desmatamento desenfreado ocorreu simultaneamente com a mecanização, aquisição de máquinas modernas como tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas de última geração. (PROCÓPIO, 2007)

O número de tratores no município passou de 295 em 1970, para 1.091 em 1975, representando um crescimento de 270%⁶³, aumentando consideravelmente a produção do trinômio soja - trigo - milho.

Com o aumento da safra, a Coamo começa a sua verticalização, dando início às operações do moinho de trigo, com capacidade de produção de 200 toneladas do produto por dia. Em relação as necessidades da cooperativa, Procópio (2007, p. 12) afirma que:

Embora a filosofia inicial da cooperativa era atender as necessidades mais urgentes de seus associados através de entrepostos próximos dos produtores e a comercialização da produção, em 1975 ela inicia sua industrialização com a implantação de um moinho de trigo, transformando-se num complexo agroindustrial com fins empresariais, aumentando de 7.500 para 25.531 seus cooperados na década de 80/90 (PROCÓPIO, 2007, p. 12).

Em 1980, era plantado em Campo Mourão 75.465 hectares de soja, se tornando assim a maior produção agrícola do município⁶⁴. Com essa considerável produção, a segunda indústria instalada no parque industrial da Coamo foi a indústria de esmagamento de soja, no ano de 1982. Segundo Oliveira (2001), tal fato ocorreu graças “a tamanha produção de soja, reunindo vantagens comparativas muito favoráveis à instalação de um parque dedicado ao beneficiamento do produto, ao invés de se dedicar apenas à exportação do produto *in natura*”.

⁶¹ IBGE. Censo Agropecuário de 1970.

⁶² IBGE. Censo Agropecuário de 1975.

⁶³ IBGE. Censo Agropecuários de 1970 e 1975.

⁶⁴ Censo Agropecuário de 1980.

A estabilização das duas agroindústrias fez a Coamo se consolidar no cenário cooperativo, tornando-a mais forte. Segundo Serra (1992, p. 45):

A industrialização da matéria-prima entregue pelos associados foi a arma encontrada pelas cooperativas agropecuárias para atingir um determinado grau de crescimento que as tornassem menos vulneráveis ao jogo das concorrências de mercado, dentro do próprio sistema ou fora dele. Assim, logo após a consolidação das lavouras mecanizadas de soja e trigo, com nova base da agricultura paranaense, em substituição ao café, as entidades ensaiaram os primeiros passos para a implantação da agroindústria, com pretexto de que uma vez podendo transformar a produção entregue pelos associados, teriam condições de repassar os lucros para eles (SERRA, 1992, p. 45).

Em 1986, a terceira agroindústria entrou em operação, a destilaria de álcool, que possuía capacidade de 150 mil litros diários e foi estimulada pela política de incentivos do Governo Federal por meio do PROÁLCOOL⁶⁵. A destilaria foi implantada ao lado de uma fábrica de esmagamento de soja, fornecendo vapor e eletricidade para o processo industrial.

A destilaria utilizava na época tecnologias modernas, o que resultava numa menor carga poluidora. Produziu em 1989, 17.168.000 litros de álcool hidratado, sendo 4.560.00 litros consumidos pela frota própria e por associados. Empregava 180 funcionários e funcionava 7 meses por ano, podendo processar até 2.400 toneladas de cana por dia. Contava com a mão-de-obra de 1.200 boias frias (PEDROZO, 1991).

Os boias frias da região foram beneficiados com a destilaria, já que ajudou a absorver os desempregados vítimas do declínio do cultivo do café, evitando assim um colapso social na região.

Todavia, em 2001 a destilaria de álcool erguida no meio do parque fabril da cooperativa virou ruína, culpa da falta de matéria-prima para abastecê-la. De acordo com Souza e Galvani (2010) em 2001 era plantado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense somente 2.232 alqueires de cana-de-açúcar, com uma produção média de 86,9 ton/ha, que tinham que ser distribuídas por diversas usinas da região. A falta de matéria prima foi resultante do pouco estímulo por parte da cooperativa para o plantio de cana-de-açúcar pelos seus cooperados (PEDROZO, 1991).

⁶⁵ Todo o aporte tecnológico desenvolvido pelo país na produção de álcool se deve ao Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, este foi um importante programa empreendido pelo governo brasileiro em 1975, e tinha objetivo de substituir os derivados de petróleo. Este programa foi o responsável pela expansão da cultura da cana-de-açúcar, ocorrida a partir de 1975 e teve importante repercussão na geração de empregos no meio rural, na substituição de culturas alimentares pela cultura da cana-de-açúcar. (CARVALHO E CARIJÓ, 2007)

Ainda em 1986, a Coamo ingressou na fiação de algodão, utilizando-se de equipamentos modernos, que dava uma produtividade de até 20 toneladas de fio cardado por dia. Massuda (2005, p. 23), em relação a produção de algodão no Paraná, afirma que:

O Paraná tornou-se o maior produtor de algodão no Brasil, na década de 80, sob o âmbito da denominada modernização agrícola. Destacou-se nesse contexto, a região Norte do Estado, especificamente, as microrregiões homogêneas de Campo Mourão, Norte Novo de Maringá, Norte Novo de Londrina e Norte Velho de Jacarezinho. Um fator que deve ser levado em consideração ao se deparar com o desempenho dessas microrregiões e também no extremo oeste paranaense é a forte influência das cooperativas em praticamente todo o processo, ou seja, desde a produção até o beneficiamento e a fiação (MASSUDA, 2005, p. 23).

Com o arrendamento da Cooperativa Agroindustrial de Goioerê – COAGEL em 2009, a Coamo passou a operar a fiação de algodão localizada no município de Goioerê-PR, englobando em sua produção 10 mil toneladas de fios cardados diariamente.

A Coamo Agroindustrial Cooperativa começou atuar no Porto de Paranaguá-PR no final de 1990. Originalmente a atuação em Paranaguá esteve vinculada a operação portuária, esmagamento de soja e industrialização de óleo. Atualmente, além da unidade produtora de óleo com capacidade de produção de 2.000 toneladas por dia, do terminal portuário, são 3 armazéns, 2 linhas de embarque e 2 moegas. Praticamente 100% do escoamento é realizado por Paranaguá, mas o porto de São Francisco também é considerado estratégico para a cooperativa (COAMO, 2016).

Com um crescimento interrupto, no ano de 1996 a Coamo conclui as obras da refinaria de óleo no seu parque industrial em Campo Mourão. A produção nessa unidade chega a 360 toneladas diárias. De acordo com o superintendente Industrial da Coamo, Divaldo Correa⁶⁶, em 1996 iniciou-se a produção de óleo de soja refinado, em Campo Mourão e no decorrer dos anos buscou-se o aumento da produção até que em 2012 ocorreu a duplicação da refinaria e do envase de óleo de soja refinado. O parque Industrial da Coamo é composto por duas indústrias de esmagamento de soja, cujas capacidades de produção somadas são de 6 mil toneladas/dia, além da produção esmagada junto aos parceiros, e uma refinaria de óleo de soja com capacidade de 660 toneladas/dia. São mais de 16 milhões de garrafas PET envasadas todo mês, numa média de 440 por minuto.

⁶⁶ Dados obtidos através de uma entrevista realizada pelo jornal Itribuna, publicado em 21/05/2013 às 17:59 no site: www.tribuna.com.br.

Em 1999 a cooperativa inicia a hidrogenação de óleos⁶⁷ em Campo Mourão. No ano seguinte começa a fabricação de margarinas. No final de 2003, foi concluída a ampliação da unidade de hidrogenação de gorduras vegetais, que saltou de uma produção de 100 para 200 toneladas por dia de capacidade. A unidade permite à cooperativa produzir para o mercado gorduras hidrogenadas para uso em margarinas, em frituras, em indústrias de massas e biscoitos, industriais anti-pó e para o mercado de sorvetes.

Em 2004, a Coamo ampliou a estrutura da fábrica de margarinas e cremes vegetais, fazendo a produção duplicar, produzindo 120 toneladas por dia.

Até 2009, a produção do Café Coamo estava entregue a terceiros. Porém, com o aumento da demanda pelo produto que se tornou conhecido por sua alta qualidade, comprovada também pelo selo de pureza ABIC⁶⁸, a Coamo resolveu assumir a produção. Para enfrentar o novo desafio, a Coamo iniciou uma pesquisa que se estenderia por um ano, para escolher a empresa que pudesse executar o planejamento e a instalação completa (turn key) de sua nova linha de produção, com sistemas e equipamentos que garantissem a excelência do produto final⁶⁹.

É inaugurada a indústria de torrefação e moagem de café, em Campo Mourão, para produção de 450 toneladas por mês no dia 1º de setembro de 2009.

No segundo semestre de 2015, com investimentos na casa de 100 milhões de reais, a Coamo inaugura um moderno moinho de trigo no seu parque industrial em Campo Mourão. O moinho possui uma área de 18.000 metros quadrados, com uma estrutura de armazenagem de 8 silos com capacidade total de 10.000 toneladas, com capacidade de moagem de 500 toneladas por dia, que é somada com as 200 toneladas/dia do seu primeiro moinho de trigo, instalado e arrendado no município de Mamborê. As 700 toneladas de matéria-prima moídas diariamente são oriundas dos cooperados Coamo.

Atualmente, a cooperativa é financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Desenvolvimento Cooperativa para

⁶⁷ A hidrogenação de óleos e gorduras é a reação química mais usada na indústria de processamento de óleos. Tem a característica de modificar química e fisicamente o comportamento de um produto, criando um produto com novas características, como margarinas (DORSA, 1988).

⁶⁸ Criado em 1989, o Selo de Pureza atesta a pureza do Café, garantindo que o produto adquirido está livre de qualquer tipo de impurezas (cascas e paus, milho, centeio, trigoilho, cevada, etc), sendo aquela marca produzida 100% só com grãos de café.

⁶⁹ Disponível em <<http://www.lilla.com.br/pdf/gazeta13.pdf>>. Acesso em 19 jun 2014.

Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP)⁷⁰, principalmente para ampliação de unidades de recebimento e instalação e modernização de agroindústrias.

3.3.1 Alimentos Coamo na Atualidade

Hoje, o parque industrial da Coamo está presente em quatro cidades do interior do Paraná e é composto por duas indústrias de esmagamento de soja, uma situada no município de Campo Mourão e outra em Paranaguá, cujas capacidades de produção somadas é de 5 mil toneladas/dia; uma refinaria de óleo de soja com capacidade de 660 toneladas/dia; uma fábrica de gordura hidrogenada com capacidade de 100 toneladas/dia; uma indústria de margarina com capacidade para 180 toneladas/dia; duas fiações de algodão, uma na cidade de Campo Mourão e outra em Goioerê, com capacidade total de 30 toneladas de fio/dia; uma torrefação e moagem de café com capacidade para 15 toneladas/dia e um moinho de trigo com capacidade para 200 toneladas/dia instalada em Mamborê e outra com capacidade de 500 toneladas/dia em Campo Mourão, gerando um faturamento no ano de 2015 de R\$ 790,11 milhões e aproximadamente 700 empregos diretos.

A Coamo desenvolveu a estratégia de diversificação de produtos, investindo em marcas próprias de alimentos. Os alimentos Coamo são comercializados no varejo com as marcas de margarinas Coamo Família, Coamo Extra Cremosa e Coamo Light; de creme vegetal Primê; de óleo de soja Coamo, sendo o quarto mais comercializado no Brasil; de café Coamo, Dualis, Sollus e Coamo Premium; farinha de trigo Coamo e Anniela; mistura para bolos Coamo e a gordura vegetal Coamo. Já para atender a linha industrial, a Coamo oferece gorduras, farinhas, margarinas, além das commodities de farelo e óleo degomado de soja. No setor de fiação, a cooperativa fornece fios para distintas fábricas de tecidos e tinturarias. Todo esse complexo industrial transforma mais de 1,7 milhão de toneladas de produtos por ano.

A Coamo ainda produz sementes de soja, trigo e aveia fiscalizadas e certificadas. A produção é feita em campos próprios dos cooperados. As sementes são beneficiadas com alta tecnologia em unidades localizadas em regiões aptas para a atividade sementeira nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A produção é superior a 60 mil toneladas de sementes por ano (COAMO, 2016).

⁷⁰ Informações disponíveis em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pr odecoop.html>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

Para a movimentação dos produtos recebidos, dos bens de fornecimento e dos produtos industrializados, é disposto uma frota própria composta por 678 caminhões e bitrens, além de mais de 1.000 caminhões da frota de terceiros. Além dessa frota, a cooperativa contém com 674 veículos leves que são utilizados na assistência técnica e serviços administrativos e 352 máquinas pesadas.

Enfim, os alimentos Coamo são comercializados em diversos estados brasileiros, tanto no atacado, como no varejo, com distintos produtos, conquistando diversos prêmios pela sua qualidade.

2.6 Considerações do Capítulo

- A Coamo Agroindustrial Cooperativa nasceu em uma perspectiva de lavouras modernas, diferentemente das várias outras cooperativas que surgiram no estado do Paraná e no restante do Brasil.

- Graças a sua própria organização administrativa, a Coamo adotou no decorrer de sua história estratégias empresariais habituais a qualquer outro tipo de empresa capitalista, contudo recebendo regalias oriundas de leis e estatutos que davam subsídios para o desenvolvimento do cooperativismo, como isenção ou diminuição de alguns impostos, financiamentos, dentre outros.

- Na década de 1970 a Coamo já se expandiu horizontalmente, visando suprir as necessidades que os produtores da sua região necessitavam, já que o processo de armazenamento, compra, venda e escoamento da safra era realizada mediante atravessadores, que abocanhavam grande parte dos lucros.

- Ainda na década de 1970, a cooperativa se expandiu para o a Mesorregião Centro-Sul Paranaense e Sudoeste Paranaense, através da aquisição de entrepostos de cooperativas que já estavam enfrentando dificuldades financeiras, como a COPALMA em Mangueirinha e COOPERCENTRO em Pitanga.

- Na década de 1980, a Coamo continua seu processo de crescimento horizontal, entrando no estado de Santa Catarina, através da compra de cooperativas em liquidação.

- Com a crise instaurada com as novas políticas econômicas adotadas pelo governo federal na década de 1990, a Coamo aproveitou as liquidações de cooperativas nas Mesorregiões Oeste e Norte Central Paranaense para aumentar ainda mais sua hegemonia cooperativista agroindustrial no Paraná.

- Com a necessidade de atender o cooperados já existentes que haviam comprado terras no Mato Grosso do Sul, além de aumentar o seu recebimento de soja, a Coamo entrou em território sul-mato-grossense nas últimas duas décadas. Nesse período também arrendou e posteriormente incorporou uma das maiores cooperativas agropecuárias do Paraná, a Coagel. Essa foi a maneira de entrar na microrregião de Goioerê, que mesmo estando a menos de 70 km de sua sede, ainda era um território sem presença da Coamo.

- O processo de verticalização da Coamo ocorreu em vários momentos desde sua fundação e hoje representa uma fatia expressiva em suas receitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Dissertação, no âmbito local, discutiu-se a expansão e a formação do cooperativismo agroindustrial na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, dando ênfase nas duas maiores cooperativas agroindustriais da região, a Coamo Cooperativa Agroindustrial e a extinta Cooperativa Agroindustrial de Goioerê – Coagel. Investigou-se também o cooperativismo agropecuário brasileiro levando em consideração a conjuntura sócio espacial, além de temas como modernização da agricultura, complexos agroindustriais, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e os agentes financiadores, como o BNDES e BRDE.

Foi a partir da década de 1960 que o cooperativismo agropecuário brasileiro tomou força, graças aos incentivos externos e sobretudo a criação de políticas públicas federais, sendo difundido em todo território nacional, especialmente nos estados da região Sul.

O cooperativismo agropecuário veio ao encontro das defasagens de comercialização da produção que os agricultores perciam, assim o mesmo surgiu tendo como principais funções dar assistência técnica aos produtores, armazenar, industrializar e comercializar suas mercadorias, bem como ofertar assistência social e educacional aos cooperados, abastecendo o mercado interno com produtos alimentícios e participando nas exportações, contribuindo com a balança comercial do país, além de melhorar a vida dos seus cooperados.

Ainda na década de 1960 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, responsável pela consolidação da modernização da agricultura no território brasileiro, no qual priorizava tanto o mercado interno, quanto as exportações agrícolas. O SNCR foi um dos apoios lançados pelo governo federal a fim de modificar a agricultura em um setor dinâmico, provendo o item que faltava para interligar os setores, ou seja, integrar o capital financeiro.

Essa modernização inseriu um novo padrão tecnológico no campo, tendo papel fundamental na constituição do Complexo Agroindustrial, acarretando na década de 1970 a integração intersetorial entre os três setores principais: as indústrias, a agricultura moderna e as agroindústrias processadoras.

Nesse contexto, envolto de apoio governamental por meio de incentivos e acesso fácil ao crédito, como a inserção de maquinários na agricultura aliado a dificuldade na comercialização das safras, surge a Coamo em 1970, no município de Campo Mourão/PR e a Coagel em 1974, em Goioerê/PR, que mesmo usufruindo das vantagens cooperativistas, deixaram de ser apenas cooperativas agropecuárias intermediárias na compra e venda de produtos, passando a ser cooperativas empresariais direcionadas ao agronegócio.

Desde sua fundação, a Coamo cresceu tanto horizontalmente, como verticalmente, atuando em três estados brasileiros, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de criar uma marca própria de alimentos, desenvolvendo assim uma estratégia de diversificação de produtos. A partir dessa diversificação a cooperativa criou novos mercados e se tornou mais competitiva no cenário econômico mundial, inclusive se tornando mais sólida mediante crises, como a que ocorreu na década de 1990, que ocasionou na liquidação de várias cooperativas agroindustriais pelo Brasil.

Essa crise se deu graças a diminuição do crédito rural via financiamento estatal e por meio da criação do Plano Real, que contribuiu para a queda da inflação, entretanto prejudicou fortemente a agricultura da maneira na qual chegou a estabilização econômica. Nesse período o governo brasileiro renunciou o seu papel no desenvolvimento da economia produtiva e voltou sua face em benefício do capital financeiro especulativo, fato comprovado com a adoção das políticas macroeconômicas neoliberais, que eram pautadas no aumento dos juros, controle da inflação e no déficit na balança comercial (mercadorias e capitais).

Na década de 1990 as cooperativas agropecuárias começaram a operar como bancos, provendo recursos para os produtores que não conseguiam via mercado financeiro. Desta maneira, passaram assumir os riscos do crédito oriundos de instituições financeiras, ou seja, as cooperativas antecipavam o crédito aos cooperados e sua dívida era convertida em equivalentes de produtos, e caso ocorresse algum problema na safra, as obrigações financeiras caíram sobre as cooperativas.

Para tentar sanar as dificuldades financeiras, tanto dos agricultores, como das cooperativas, o governo federal cria os programas: Securitização da Dívida, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), sendo o último o único exclusivamente para as cooperativas. Tais programas dão um alívio financeiro para algumas cooperativas agropecuárias, por outro lado não conseguem suprir a real demanda de outras, levando-as posteriormente a liquidação.

Nesse cenário, o BNDES e BRDE tiveram um papel relevante, sendo um importante meio de crédito para investimentos na agricultura. A parceira forneceu financiamento de médio e longo prazo para os projetos de expansão, verticalização e modernização das cooperativas, viabilizando a consolidação de muitas, como a Coamo, que ainda hoje utiliza os financiamentos para sua expansão.

Em relação a Coagel, a década de 1990 foi decisiva no seu processo de liquidação, já que a mudança da economia para o Plano Real aliado ao declínio do preço do algodão,

diminuição da área plantada e uma praga até então desconhecida, fez com que a cooperativa perdesse espaço no cenário agroindustrial. Tal fato poderia ser evitado se fosse buscado a diversificação de sua produção, tirando o algodão como sua principal cultura, além de ter iniciado um projeto de verticalização mais eficaz.

Com o novo cenário político e econômico iniciado com o governo Lula, a Coamo cresce tanto verticalmente, quanto horizontalmente, tornando-se a maior cooperativa agroindustrial da América Latina. Uma importante característica desta fase de crescimento econômico foi a crescente oferta de crédito oficial, favorecendo o ramo agropecuário do cooperativismo.

O conjunto de dados apresentados no decorrer do trabalho permitiu apontar que nas últimas duas décadas a Coamo passou por uma fase expansiva, aumentando significativamente o volume de produtos recebidos, vendas, capacidade de armazenagem, faturamento bruto, resultado operacional líquido e sobras, por exemplo.

Já a Coagel que entrou em crise na década anterior, foi arrendada e posteriormente incorporada pela Coamo. Portanto, entende-se que os diferentes caminhos e perfis estratégicos utilizados pelas duas cooperativas definiram a hegemonização de uma, tanto no campo, como na cidade, como o fracasso decorrente das dificuldades financeiras já mencionadas pela outra.

O ápice do desenvolvimento do cooperativismo agropecuário ocorreu ainda no século XX, dado principalmente pela forte demanda do mercado interno. Atualmente, a potencialidade do mercado urbano continua sendo seu principal fator de ascensão econômica, principalmente pelo aumento do poder de consumo de algumas classes sociais após o governo Lula.

Em suma, é necessário frisar a relevância do estudo do tema para a Geografia, em especial para a Geografia Econômica e Geografia Agrária. A pesquisa da relação entre capital financeiro, agricultura, cooperativas agropecuárias e ação do Estado, é essencial para o entendimento das transformações que ocorrem no espaço agrário e urbano brasileiro, como no desenvolvimento das forças produtivas, relações de produção, desenvolvimento regional, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana. **Cooperativismo Avícola e o Desenvolvimento Socioeconômico em Palotina. Curitiba.** 2007. 136 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE Centro Universitário.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE?** 2003. Histórico, Situação Atual e Perspectivas. Disponível em: <http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ANDRADE, Áurea Andrade de Viana. **Poder, Estado e Capital nos Processos Des-re-territorialização no Campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão-PR.** 2013. 310 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

ASTI, Ana Larronda. **Comércio Justo e o Caso do Algodão: A Cadeia Produtiva Têxtil Brasileira.** 2007. 236 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.** 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>>. Acesso em 19 set. 2015

ÁVILA, Jader Libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão.** 2002. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

AZEVEDO, Charles Marcelo de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Assimetria de informação e crédito agropecuário: o caso dos cooperados da Coamo-Toledo (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2m p. 267-292, abr./jun. 2004.

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário do Crédito Rural.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário do Crédito Rural.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História do Cooperativismo de Crédito no Brasil.** Brasília: Banco do Central do Brasil, 2003.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Institucional.** 2015. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/default/institucional/mostrar/id/50/secao/55/tipo/conteudo/titulo/index>>. Acesso em: 02 de jan. 2016.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Apoio Financeiro**. 2016. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/>.
Acesso em: 10 de jan. 2016.

BARBOSA, Gabriel; COUTO, Ebenezer Pereira. **Evolução das Políticas Agrícolas e o Incentivo à Iniciativa Privada na Agricultura Brasileira**. 2008. Disponível em:
<<http://www.sober.org.br/palestra/9/896.pdf>>. Acesso em :12 de mar. 2015.

BARBOSA, Hellen Ferreira. **Análise do Direcionamento dos Recursos dos Fundos Constitucionais – Um Estudo do FCO, FNO e FNE**. Uberlândia. 2005. 125 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia.

BASTOS, Luciana Aparecida. **O processo de industrialização do Paraná: uma nova abordagem**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 1992.

BENITES, Miguel Gimenez. **Brasil Central Pecuário: Interesses e Conflitos**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.

BERNADES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, out. 1952.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.13, n. 2, abr/jun. 1951.

BETTES JUNIOR, Hamilton; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Paraná: estudos sociais**. São Paulo: Scipione, 1996.

BIANCO, Jader; CARDOSO, João L.; FUCHIDA, Marco A.; FREITAS, Márcio L. de. Revitalização do segmento cooperativista agropecuário – RECOOP. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 1ª Edição. Poços de Caldas: SOBER, 1998.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural.

BRASIL. Decreto/Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Lei do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRUM, Argemiro Luís. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

BRIDI, Juliana; SOARES, Beatriz Ribeiro. Transformações Sócio-Espaciais nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro: Um estudo em Tupaciguara. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”, 2, 2003,

Uberlândia. Anais ... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 2003.

CAMPOS, Margarida de Cássia. Expansão da Soja no Cenário Nacional: o Papel da Demanda Internacional e da Demanda Interna. **Revista Geografares**. Vitória, n. 8, ago. 2010.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Graficar, 1981.

CARVALHO, Simone Pereira de; CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. A produção de álcool: do PROÁLCOOL ao contexto atual. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLV, 2007, Londrina-PR: UEL, 2007.

CASAGRANDE, Letícia Risso. **Formação e Expansão da Cooperativa Agroindustrial - Coasul no Sudoeste do Paraná (1969-2012)**. Francisco Beltrão, 2014. 140 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

COAGEL. Cooperativa Agropecuária de Goioerê. 2014. Disponível em: <<http://www.coagel.com.br>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

COAMO. Coamo Agroindustrial Cooperativa. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 30 de mar. 2016.

COAMO – **Relatório de Atividades**, 1971 a 2015.

CORDEIRO NETO, José Raimundo *et al.* Mecanismos de Modernização da Agricultura Brasileira: Uma Leitura a partir da Teoria do Desenvolvimento Desequilibrado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2007. p. 1-20.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro ocidental paranaense. **Revista Geografia**. Londrina, v. 18, n. 2, p.109-127, jan. 2009.

COSTA, Fábio Rodrigues da. A transição do rural para o urbano no município de Campo Mourão – PR. In: ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideu. Anais... Montevideu, 2009, p. 1-9.

COTRIGUAÇU Cooperativa Central. 2014. Disponível em: <<http://www.cotriguacu.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura Familiar no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e a política tecnológica recente. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 79-97, jan. 1985.

DENKER, Nelson. **A Expansão e o Crescimento da Coamo Agroindustrial Cooperativa Ltda.** Curitiba, 2009. 89 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.

DORSA, Renato. **Tecnologia de Processamento de óleos, gorduras vegetais e derivados.** Westfalia Separator do Brasil, 1988.

EW, Ani Reni. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel – anos 90.** Porto Alegre, 2001. 212 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Departamento de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FAJARDO, Sergio. **Estratégias da cooperativa Cocamar no setor Agroindustrial.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária, v.4, n. 7, p. 86-111, fev. 2008.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense.** Guarapuava: Editora Unicentro, 2008.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A Dinâmica Geoeconômica do Cooperativismo do Agropecuário do Sul do Brasil.** Florianópolis, 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3 ed. São Paulo: Positivo, 2004.

FILHO, Paulo Faveret; LIMA, Eriksom Teixeira ; PAULA, Sergio Roberto Lima. O papel do BNDES no financiamento ao investimento agropecuário. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 77-92, set. 2000.

FÜRSTENAU, Vivian. A Política de Crédito Rural na Economia Brasileira Pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.139-154, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Pegorini; GOZER, Isabel Cristina. Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36, abr. 2005.

GONÇAVES, José Sidnei; GONÇALVES, Simone Pereira. Transformações da Produção do Algodão Brasileiro e os Impactos nas Paridades de Preços no Mercado Interno. **Revista Economia Ensaio**, Uberlândia, v. 23, n.1, p. 1-34, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GONZALEZ, Bernardo Celso de Rezende; COSTA, Silvia Maria Almeida Lima. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Revista Teoria e Evidência Econômica** (Passo Fundo.Online), v. 5, n. 10, p. 7-35, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 373-384. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1950**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1970**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1975**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1980**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1970**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1980**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais 2014**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população para Estados e Municípios de 2014**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população para 1º de julho de 2013.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Expectativas Populacionais Municipais de 1975.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse – Estatística do Município de Campo Mourão de 1950.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.**

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Fundo Instituto Brasileiro do Café IBC (n9):** Inventário dos Documentos Textuais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico e Análises:** Cooperativas de Produção Agropecuária do Estado do Paraná. Curitiba: IparDES, 1974.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais:** Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Curitiba: IparDES, 2004.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos Municípios do Estado Ordenados Segundo as Mesorregiões e as Microrregiões Geográficas do IBGE - Paraná - 2012.** Curitiba: IparDES, 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do município de Goioerê.** Curitiba: IparDES, 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26 de mar. 2016.

KAGEYAMA, Angela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa *et al.* (orgs.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 53, p. 79-94, abr. 1991.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty (org). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-50.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LEITE, C. A. M. Política agrícola para o setor rural em transição. In: SANTOS, Maurinho Luiz dos e VIERIA, Wilson da Cruz. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios.** 1ª Edição. Viçosa: Suprema, 2000. p. 193-216.

LUCENA, Romina B.; SOUZA, Nali de Jesus. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indic. Econ. FEE** (Porto Alegre. Online), v.19, n. 2, p.180-200, ago. 2001.

LOUREIRO, Maria Rita. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

MAGALHÃES, Marisa Valle. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. Anais ... Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998. p. 3-31.

MARAFON, Gláucio José. **Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0006.html>>. Acesso em 10 abr. 2015.

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MASSOQUIM, Nair. **Clima e Paisagem da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. São Paulo, 2010. 141 p. Tese (Mestrando em Geografia) – Universidade de São Paulo.

MASSUDA, Ely Mitie. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão do Paraná. **Acta Scientiarum: Ciências Humanas e Sociais**, Maringá, v. 27, n. 1, p. 61-68, 2005.

MASSUQUETTI, Angelica; SOUZA, Osmar Tomaz; BEROLDT, Leonardo Alvim. **Instrumentos de Política Agrícola e Mudanças Institucionais**. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/777.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2015.

MESQUISTA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Modernização da Agricultura e Formação dos Complexos Agroindustriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA, 19, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009. p. 1-17.

MATA, Milton da. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 215-245, jul/set. 1982.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. 2009. 261 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

MORO, Dalton Áureo. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Boletim de Geografia**. Maringá, n. 10, p. 25-44, dez. 1992.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 16, n. 1, 1998.

MULLER, Geraldo. **O complexo Industrial**. São Paulo: FGV, 1981.

NETO B. S. B. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (Orgs.) **Economia & gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **História**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acesso em 15 de abr. 2015.

OCB. Gerência Técnica. **Informações sobre o RECOOP**. Disponível em: <<http://www.portfolioweb.kit.net/ocb2003/gerencias/tecnica/siterecoop.html>>. Acesso em 15 mar. 2015.

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. 2014. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: Colonização, Uso do Solo e Impactos Sócioambientais**. Maringá, 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

PACZYK, R. Setor sucroalcooleiro paranaense: do proálcool ao biodiesel. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.6, p.1-6, ago. 2009.

PADILHA, Willian. **O Papel do Crédito no Desenvolvimento das Cooperativas Agropecuárias**. Francisco Beltrão, 2014. 229 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PADIS, Pedro Calili. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PALHARES, José Mauro. **Paraná: Aspectos da Geografia**. 3 ed. Foz do Iguaçu: Gráfica Grasmil, 2007.

PANZUTTI, Ralph. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo: Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia**. Campinas, 1997. 306 p. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

PANZUTTI, Ralph. **Sistema financeiro e cooperativas agrícolas**. SOBER, 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/634.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

PAZ JÚNIOR, Antônio Correia. **Memórias de minha Terra**. Goioerê: Sensação, 2003.

PEDROZO, Eugenio Avila. **Uso de modelos de estratégias industriais em cooperativas de produção – um estudo exploratório**. Porto Alegre, 1991. 383 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul.

PEIXOTO, M. A **Extensão Privada e a Privatização da Extensão: uma Análise da Indústria de Defensivos Agrícolas**. Rio de Janeiro, 2009. 310 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas: Unicamp, 2006.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito História da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Carlos Marques. O Estado brasileiro e as cooperativas. In: PINHO, Diva (coord.). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PORTO, Fernando. Paraná. O alvorecer de um pólo têxtil. In: **Textília**, v. 1, n. 1, p. 8-17, jan. 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL. 2014. Disponível em: <<http://www.corumbataidosul.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

PROCÓPIO, Elóide Fátima Fiorese. **Campo Mourão: a participação dos migrantes sulistas na produção da soja a partir dos anos 1960**. Maringá, 2007. 15 p. Artigo Final (PDE) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PRIORI, Angelo, POMARI, Luciana Regina, AMÂNCIO, Silvia Maria, IPÓLITO, Verônica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização, e crise urbana no Brasil**. Ed. Universidade UFRGS: Porto Alegre, 2000.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Natureza e Requisitos**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/perguntao/dipj2011/CapituloXVII-SociedadesCooperativas2011.pdf>>. Acesso em 12 set. 2015.

REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores 2015**. Edição 109.202 de 01 de Julho de 2015.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2013.

RICKEN, José Roberto. **A Integração Econômica e Social nas Cooperativas Agropecuárias do Paraná**. Rio de Janeiro, 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Executivo e Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas.

SALANEK FILHO, Pedro. **Integração regional, desenvolvimento local e cooperativismo: O melhoramento da renda do pequeno produtor associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR**. 2006. Disponível em: <<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/pedrosalanek.pdf>>. Acesso em 13 set. 2015.

SANTOS, Antônia Claudia Lopes dos. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. Fortaleza, 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente, 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

SEABRA, Manuel Gonçalves. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, IGEOG-USP, Série Teses e Monografias, nº30. São Paulo, 1977.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Conjuntura Econômica**. 2015. Disponível em: <https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/igp-di.html>. Acesso em: 28 de mar. 2015.

SERRA, Elpídio. **A reforma Agrária e o movimento camponês**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11. 1992, Maringá. Anais ... Maringá: UEM, 1992. v. 2, p. 108-138.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense: Ocepar 35 anos, mais de um século de história**. Curitiba: Ocepar, 2006.

SETTI, Eloy Olindo. **Coamo 40 anos**. Campo Mourão: Edição por Demanda, 2010.

SILVA, Emanuel Sampaio **O Agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998**. Recife, 2000. 198 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Departamento de Letras e Ciência Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SILVESTRINI, André Dressano e LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Securitização da dívida rural brasileira: o caso do Banco do Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/273.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2016.

SIMIONATO, Edina. **Campo Mourão: Sua gente... Sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SINGER, Paul. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: MERCADANTE, Aloizio. **O Brasil pós-Real: A política econômica em debate**. 1ª Edição. São Paulo: UNICAMP.IE, 1998, p. 23-32.

SOARES, B. R.; Melo, N. A. Revisando o Tema Pequena Cidade: Uma busca de caminhos metodológicos. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (org.). Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

SOUZA, Ivonete de Almeida; GALVANI, Emerson. **Clima e produtividade da cultura da cana-de-açúcar na microrregião de Campo Mourão, PR, Sul do Brasil.** Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/ivonete>. Acesso em 13 abr. 2015.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 1999.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2002.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2003.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2009.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2010.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2011.**

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Atividades da Secretaria do Tesouro Nacional de 2012.**

SZMRECZSANYI, Tamás. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 141-144, abr. 1983.

TAVARES, Maria da Conceição *et al.* **O Papel do BNDES na Industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980.** 4 ed. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2010.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais E Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso.** Maringá: Bertoni, 1999.

YOOKO, Sandra Carbonera. **Anos bons e anos ruins, do ponto de vista climático, para as culturas do trigo e da soja no município de Campo Mourão-PR.** Maringá, 2007. 171 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

WEBER, Érico Aquino. **Armazenagem agrícola.** Guaíba: Ed. Agropecuária, 2001.

WILKINSON, John; REYDON, Bastian e DI SABBATO, Alberto. **El caso de Brasil.** <http://www.rlc.fao.org/pt/publicacoes-edocumentos/dinamicas-mercado-tierra>. Acesso em 13 abr. 2015.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZYLBERSZTAJN, Decio; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; BIALOSKORSKI, Sigismundo.
Cooperativa COAMO: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. Estudo de caso
apresentado no VI Seminário Internacional PENSA de Agrobusiness, Canela, 1996.